

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Autor: Ricardo Corrêa
Orientador: Dejalma Cremonese

**UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS
COMPREENSÕES DE FELICIDADE DOS DOCENTES
DO IFFar, CAMPUS SANTO AUGUSTO-RS**

Santa Maria, RS, Brasil
2023

Ricardo Corrêa

**UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS COMPREENSÕES DE FELICIDADE
DOS DOCENTES DO IFFar, CAMPUS SANTO AUGUSTO-RS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Acadêmico do Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **doutor em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Dejalma Cremonese

Santa Maria, RS, Brasil
2023

Corrêa, Ricardo
UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS COMPREENSÕES DE
FELICIDADE DOS DOCENTES DO IFFar, CAMPUS SANTO AUGUSTO
RS / Ricardo Corrêa.- 2023.
112 p.; 30 cm

Orientador: Dejalma Cremonese
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2023

1. Felicidade 2. Relatório Mundial da Felicidade 3.
Professores I. Cremonese, Dejalma II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, RICARDO CORRÊA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

RICARDO CORRÊA

**UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS COMPREENSÕES DE FELICIDADE
DOS DOCENTES DO IFFar, CAMPUS SANTO AUGUSTO-RS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Acadêmico do Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **doutor em Ciências Sociais**.

Aprovado em 07 de dezembro de 2023:

Dr. Dejalma Cremonese (UFSM)
(Presidente/Orientador)
(por parecer ou videoconferência)

Dr.^a Rosana Soares (UFSM)
(por parecer ou videoconferência)

Dr. Daniel Rubens Cenci (UNIJUÍ)
(por parecer ou videoconferência)

Dr.^a Leonice Alves Pereira Mourad (UFSM)
(por parecer ou videoconferência)

Dr. Everton Rodrigo Santos (FEEVALE)
(por parecer ou videoconferência)

Santa Maria, RS
2023

Dedico esta tese aos meus pais, Geraldo e Ângela, e aos meus amores: Leidi,
Antônia, Benjamin e Joaquim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha esposa, Leidi, por cuidar de mim e me apoiar nos momentos mais difíceis da minha vida. Se não fosse o amor que lhe tenho, juntamente a meus filhos, “a corda já se teria partido”. Nessas idas e vindas do sanatório, que compõem meu ano, aprendi que o amor (seja *eros*, *philia* ou *ágape*) é o único sentimento que realmente desejo e que se apossa de mim.

Hoje, graças ao amor, sou mais um “Hans Castorp” do que o velho “Lobo da Estepe”. Entrei no doutorado depressivo, achando que me afastar do trabalho e voltar a estudar me faria bem. Me enganei. Atravessei a pandemia em frangalhos. E piorei.

Peço desculpas ao meu amigo e orientador, Dejalma Cremonese, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Fui uma pessoa que não sou: arrogante, impertinente, debochada. Só compreendi que estava muito doente quando quase perdi a vida, em fevereiro deste ano.

A experiência de “quase-morte” realizou uma transformação em mim. Está sendo doloroso, mas a cada dia sinto que devo viver mais. Primeiro, para pedir perdão às infundáveis pessoas a quem ofendi, debochei, escarnei. Depois, para cuidar, ver o crescimento dos meus filhos e poder, talvez um dia, cuidar da minha esposa como ela me cuidou, pois eu a amo.

Esta tese ou ensaio (como prefiro denominar) é sobre um tema que me atraiu por muitos anos. Bem ou mal, a Banca há de julgar, é uma etapa concluída da minha vida.

Agradeço aos representantes da Banca, a paciência que tiveram para comigo. Aos meus pais, Ângela e Geraldo; aos meus sogros, Arnaldo e Erica. Também não poderia deixar de agradecer aos amigos Carlos Silveira, Américo Piovesan, Giovane Corrêa, Eder Rodrigo Rodrigues, Luciano de Almeida, Raphael D’Campora, Fernando Duarte Cassel, Maurício Cristiano de Azevedo, Francisco Sperotto Flores e Paulo Denisar, além dos meus mestres queridos, Claudio Boeira Garcia e Paulo Evaldo Fensterseifer. Agradeço também aos meus dois irmãos de alma: Marcelo Giovano da Silva e Júlio César Burdzinski. A Marcelo, pelas incontáveis “visitas” de apoio, no momento em que eu mais precisei. Ao Júlio, pelos incontáveis sábados em que passamos nos divertindo com textos de filosofia e boas conversas.

Aos médicos Dra Maria Leocádia Bernardes Amaral Padilha, Dr. Jorge Ralf Brust e, especialmente, ao Dr. Cassiano Dei Ricardi da Rosa, por me mostrar uma nova expectativa de vida e pelas conversas amistosas.

“Vi-me a mim mesmo arrastando-me pelo deserto do além, como um peregrino morto de cansaço, carregado com os inúmeros livros inúteis que havia escrito, com todos os artigos e opúsculos que havia publicado. Seguido de um exército de leitores que se viram obrigados a tragar tudo aquilo. Meu Deus! E além disso, ali estavam também Adão e a maçã e toda a restante culpa hereditária. Tinha de purgar tudo aquilo e só então poder-se-ia levantar a questão. Se, após tudo aquilo, havia algo pessoal, algo próprio que considerar, ou se todos os meus atos e suas consequências não seriam mais que espumas boiando no mar, ondulação sem sentido na torrente dos acontecimentos” (Harry Haller, p. 187, in: HESSE,1982).

RESUMO

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS COMPREENSÕES DE FELICIDADE DOS DOCENTES DO IFFar, CAMPUS SANTO AUGUSTO-RS

Autor: Ricardo Corrêa
Orientador: Dejalma Cremonese

Esta tese busca, através de uma genealogia da felicidade no Ocidente, explicar o porquê de o tema da felicidade ter sido valorizado a partir da filosofia grega e ter se adequado, em certos períodos, à ideologias e visões de mundo, ou ser quase esquecido em outros períodos (séculos) na história intelectual eurocêntrica. Quando o tema da felicidade ressurgiu na Modernidade, pouco a pouco vai se deslocando das esferas filosófica e ética, para adentrar no campo científico e ser objeto de pesquisas científicas. Para confirmar nossa tese, analisaram-se os dois últimos Relatórios Mundiais da Felicidade (2022-2023) e, também, como trabalho complementar, buscou-se pesquisar, à maneira científica, as compreensões de felicidade dos professores do IFFar – Campus Santo Augusto/RS. Portanto, esta pesquisa científica, juntamente com a intenção de fazer uma pesquisa científica sobre o tema da felicidade, encontra uma metaexplicação a partir da genealogia da felicidade.

Palavras-chave: Felicidade. Relatório Mundial da Felicidade. Professores.

ABSTRACT

A SOCIOLOGICAL STUDY ON THE UNDERSTANDING OF HAPPINESS OF THE PROFESSORS OF IFFar, CAMPUS SANTO AUGUSTO-RS

Autor: Ricardo Corrêa
Orientador: Dejalma Cremonese

This research seeks, through a genealogy of happiness in the West, to explain the reasons why the theme of happiness has been valued since Greek philosophy and has adapted, in certain periods, to ideology and worldviews, or has been almost forgotten in other periods (centuries) in Eurocentric intellectual history. When the theme of happiness reappears in modernity, little by little, it moves from the philosophical and ethical spheres to enter the scientific field and be the object of scientific research. To confirm our thesis, we analyzed the last two World Happiness Reports (2022 – 2023) and, also, as a complementary work, we sought to research, in a scientific way, the understandings of happiness of the teachers of IFFar – Campus Santo Augusto/RS. Therefore, this scientific research, together with the intention of doing scientific research on the topic of happiness, finds a meta-explanation from the genealogy of happiness.

Keywords: Happiness. World Happiness Report. Teachers.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Esquema abordando teoria e ideologia.39
- Figura 2 - Gráfico de barra de erros (IC95%) das médias de percepção de felicidade em função das faixas etárias. Barras de erros que não se cruzam indicam diferença estatisticamente significativa a partir do post-hoc de Bonferroni.92
- Figura 3 - Gráfico de barra de erros (IC_{95%}) das médias de percepção de felicidade em função das faixas de renda. Barras de erros que não se cruzam indicam diferença estatisticamente significativa a partir do post-hoc de Bonferroni.93
- Figura 4 - Diagrama de caminhos apresentando as relações entre as variáveis do questionário e o nível de percepção de felicidade.....94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição das variáveis sociodemográficas. n=23	87
Tabela 2 – Descrição das respostas para as perguntas do questionário de percepção de felicidade. n=23	88
Tabela 3 – Modelo de avaliação da associação das variáveis socioeconômicas com a percepção de felicidade observada.	90
Tabela 4 – Modelo de avaliação da associação das variáveis socioeconômicas com os scores de percepção de felicidade observada obtidos através da análise fatorial exploratória.....	91
Tabela 5 – Comparação de médias par a par (<i>post-hoc</i>) da percepção de felicidade para cada faixa etária.....	92
Tabela 6 – Comparação de médias par a par (<i>post-hoc</i>) da percepção de felicidade para cada faixa de renda.....	93
Tabela 7 – Parâmetros do modelo fatorial confirmatório para a felicidade perceptual.	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A IDEIA DE FELICIDADE E A PESQUISA SOCIOLÓGICA	18
2.1 VISÃO DE MUNDO.....	36
2.2 A IDEOLOGIA.....	38
3 O DESENCANTAMENTO DA IDEIA DE FELICIDADE	42
3.1 PLATÃO E A RACIONALIZAÇÃO DA EUDAIMONIA.....	50
3.2 ARISTÓTELES E A EUDAIMONIA.....	51
3.3 O CRISTIANISMO.....	52
3.4 A MODERNIDADE.....	56
4 OS RELATÓRIOS MUNDIAIS DA FELICIDADE 2022 – 2023	61
5 O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA E OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA	72
5.1 O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA.....	72
5.2 O PROFESSOR EBTT – STATUS SOCIAL E ELEMENTO SITUACIONAL NA SOCIEDADE.....	75
5.2.1 Tipo Específico de Professor	78
6 A PESQUISA	81
7 ANÁLISE DOS DADOS	86
7.1 ANÁLISE INFERENCIAL (SOCIOECONÔMICAS X PERCEPÇÃO DE FELICIDADE) MODELO 1.....	90
7.2 ANÁLISE INFERENCIAL (SOCIOECONÔMICAS X PERCEPÇÃO DE FELICIDADE) MODELO 2.....	90
7.3 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	93
8 CONCLUSÃO	96
9 REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	105
APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	107
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO	109

1 INTRODUÇÃO

(...) ocorrem períodos na história cuja direção a longo prazo é determinada pelas ideias de tal maneira que os homens podem se esfalfar até a morte na perseguição de seus interesses, mas no longo prazo a água da história é conduzida pelo moinho das ideias e as ações dos homens permanecem sob a influência das ideias (TENBRUCK, 1980 apud PIERUCCI, p. 92, 2013).

Oferecemos, neste trabalho, um ensaio sociológico com um possível poder explicativo de o porquê do tema da felicidade, no período moderno ocidental, ter se deslocado das esferas ética/moral e política à esfera científica. Nossa tese, ressaltamos, insere-se nas linhas explicativas daquilo que Max Weber compreendeu por “desencantamento do mundo”. A ciência moderna, soberana como esfera explicativa de mundo (WEBER, 2018, p. 55 e ss.), atrai e justifica como legítimos os temas, bem como as próprias áreas de conhecimento. A legitimidade da ciência faz com que as outras explicações de mundo sejam relegadas a segundo plano. E, também, buscamos compreender se, para as pessoas entrevistadas a partir de um molde de entrevistas como técnica metodológica contemporânea, as ideias de felicidade ainda remetem à tradição ocidental proveniente do campo filosófico. Ou seja, ainda que o tema da felicidade, desde o período moderno, tenha se deslocado da filosofia ética para a economia, neurologia, psicologia, etc., com suas medições, análises laboratoriais, cálculos equacionais e, é claro, conceitos bem determinados e gerais, a felicidade está vinculada a um projeto de vida, e esta, a uma visão de mundo que, se não é socialmente determinada, é condicionada pela cultura e pela tradição¹.

¹ Adiantamos aqui que, apesar de esta tese procurar seguir uma linha weberiana, há diferenças não só terminológicas com a obra weberiana, mas conceituais. As ideias, para Weber, são “imagens de mundo” e têm a função (intelectual) de buscar uma narrativa coerente do mundo. Por esse fato, as ideias, em Weber, são “criadas” por elites (religiosos, profetas, intelectuais). Ainda, em Weber, as ideias (imagens de mundo) respondem a coações racionais, ou seja, às suas legalidades internas próprias, havendo assim um progresso racional teórico destas. Nesta tese, ideias formam um conjunto mais ou menos coerente de pré-noções, conceitos, imagens, símbolos e sentimentos que podem se juntar a visões de mundo (o que Weber chama de imagens de mundo) apenas e se estiverem em coerência teórica com estas. As ideias de felicidade, por exemplo, por mais que alguns doutores da Igreja tenham tentado incorporá-las à visão de mundo cristã, como o fez Santo Agostinho, foram abandonadas no período medieval europeu, por mais racional que se encontrasse a visão de mundo cristã (e esse é o fato decisivo), pois as ideias “racionais” de felicidade não combinavam com a racionalidade da visão de mundo cristã. Ver Weber sobre o que ficou conhecido em nosso meio

Como tese suplementar, tentamos analisar os dados coletados da presente pesquisa e “posicionar” algumas reflexões num espectro mais amplo, mediante comparações com pesquisas mais abrangentes de cunho científico, como a do Relatório Mundial da Felicidade. Obviamente que nossa pesquisa é pontual e muito limitada, com um público específico, mas usamos tal expediente como um ensaio que, como todo ensaio, serve para pensarmos sobre uma determinada questão, não tem um grande valor científico, pois analisa um grupo limitado: no caso, os docentes do IFFar – Campus Santo Augusto/RS. Tal ensaio, porém, pode muito bem servir de mote a pesquisas futuras sobre a felicidade do docente. Se os indivíduos de uma determinada categoria profissional têm uma avaliação da sua felicidade muito distantes de outros indivíduos, que não fazem parte de tal categoria, ou se o que importa é a renda, bem mais do que a profissão na própria avaliação da felicidade.

Desde o século XVIII, ligada às ideias iluministas, a felicidade aproximou-se das formulações hedonistas, ou melhor, se reaproximou ganhando relevância. Vale lembrar que o utilitarismo benthamiano tentou fazer da felicidade um princípio de escolha ligado aos prazeres e à dor². Se bem compreendidos os princípios utilitaristas, a busca pelo bem-estar e pela felicidade não só estariam mais próximos da elucidação científica como seria possível chegar às políticas de crescimento geral da felicidade de maneira mais eficaz. Bentham, talvez, tenha sido um dos primeiros a sugerir uma aferição quantitativa da felicidade. Hoje, psicólogos, economistas, neurocientistas, sociobiologistas e outros, influenciados pela teoria benthamiana, têm apostado em ferramentas e técnicas de pesquisa para superar o assim chamado “problema benthamiano” de medição da felicidade. Nesse sentido, para economistas como Layard ou psicólogos como Kahneman, a felicidade não é algo intangível, e pode ser mensurada.

Daniel Kahneman, em sua *Objective Happiness* (1999), e Richard Layard, em *Felicidade: lições de uma nova ciência* (2008), têm atualizado o conceito de felicidade – dentro das linhas da filosofia utilitarista – em que esta passa a responder a pares de opostos como satisfação/insatisfação, bom/ruim, prazer/desprazer, abrindo a possibilidade da pesquisa objetiva dentro do quadro “O quanto somos felizes?”, com

acadêmico, a partir de Gerth e Mills (1971, p. 314 e ss.), *A Psicologia Mundial das Religiões Mundiais*. (IN: GERTH; MILLS, 1971).

² Essa afirmação também é válida para as obras de Henry Sidgwick *Os métodos da ética* (1977) e Stuart Mill em seu livro *Utilitarismo* (2000).

respostas do tipo: “muito, razoavelmente e pouco feliz”. Esse é um caminho para as pesquisas sociológicas sobre felicidade, mas vemos que o termo felicidade, em muitas dessas pesquisas, pode ser substituído por prazer, satisfação, etc. António Damásio, em duas célebres obras *O erro de Descartes* (1996) e *Looking for Spinoza* (2003), também recorre ao expediente emoção e sentimento para tratar a felicidade. Em uma passagem sobre sentimentos, na obra *O erro de Descartes*, Damásio entende a felicidade como a “[...] percepção de certos estados corporais e de pensamentos que estejam justapostos, complementados por uma alteração no estilo e na eficiência do processo de pensamento” (1996, p. 177). Assim, a felicidade ganhou notoriedade e pode ser um componente importante do mundo contemporâneo, pelo menos nos países ocidentais. O tema da felicidade, então, sai do campo da filosofia, da Ética mais especificamente, e ganha ares de cientificidade. A felicidade agora pode ser medida, comparada, escalonada e provada empiricamente. É assim que muitas universidades, em especial norte-americanas e britânicas, desenvolvem pesquisas sobre a felicidade e influenciam as plataformas sociais online³.

A tese que aqui apresentamos não busca, nem tem como base, uma análise causal sobre “os efeitos” da felicidade ou coisa assim. Está ancorada em dois pilares epistêmicos: 1) busca explicativa, mediante a análise conceitual e histórica, a partir da história das ideias, sobre as mudanças das ideias de felicidade (a preponderância ou a quase ausência de certas ideias de felicidade em certos períodos da história do Ocidente – e poderíamos falar, aqui, em um método genealógico); e 2) busca compreensiva de por que, a partir de um mercado de ideias de felicidade, um certo tipo de ideia felicidade é preponderante hoje no Ocidente.

³ Na obra *A fragilidade da bondade...* (2019), Martha Nussbaum faz um comentário pertinente sobre a herança utilitarista e o significado de felicidade: “(...) Dada nossa herança kantiana e utilitarista na filosofia moral, em ambas as partes da qual a ‘felicidade’ é considerada um sentimento de contentamento ou prazer, e dado que se assume que uma concepção que faz da felicidade o bem supremo seja, por definição, uma concepção que confere valor supremo antes a estados psicológicos que a atividades, essa tradução é altamente enganosa. Para os gregos, *eudaimonía* significa algo como ‘viver uma vida boa para um ser humano’, ou, como sugeriu um escritor recente, John Cooper, ‘florescimento humano’. Aristóteles nos diz que é equivalente, no discurso ordinário, a ‘viver bem e fazer o bem’. A maioria dos gregos entenderia *eudaimonía* como algo essencialmente ativo, do qual as atividades de louvor não são meios produtivos, mas efetivas partes constitutivas. É possível, para um escritor grego, argumentar que *eudaimonía* seja equivalente a um estado de prazer; nessa medida, a atividade não é uma parte conceitual da noção. Mas, mesmo aqui, devemos estar cientes de que muitos pensadores gregos concebem o prazer como algo antes ativo do que estático; uma equiparação da *eudaimonía* com o prazer pode, pois, não significar aquilo que esperaríamos que significasse em um escritor utilitarista. A ideia de que a *eudaimonía* é equivalente a um estado de prazer é uma posição não convencional e *prima facie* contra intuitiva na tradição grega. Muito comum seria a posição de Aristóteles de que a *eudaimonía* seria uma atividade conforme à (s) excelência (s)” (NUSSBAUM, 2019, p. 5-6, *nota de rodapé*).

O tema da felicidade, na tradição ocidental, entra em linha de conta através dos trágicos gregos (JAEGER, 1986) e ganha sua forma racional com Sócrates, Platão e Aristóteles (McMAHON, 2009). A felicidade é uma ideia importante que, como um pêndulo, se liga ou a *týkhe* (destino, sorte, fortuna) ou a *tekhné* (*logos, sophrosyne, razão*). Os filósofos, ganhadores do debate intelectual contra os sofistas (é essa a tradição majoritária de discursos que nos chegam), ligam a felicidade aos aspectos racionais não só preponderantemente, mas absolutamente. É assim com Platão e Aristóteles (apesar deste não ignorar a fortuna como um componente de felicidade).

Em seu longo caminho, a felicidade, frisamos mais uma vez – como uma ideia ocidental –, passa a ser objeto de análise racional e se inscreve no debate ético/político até o denominado período moderno ocidental. Mas eis que, com o discurso científico cada vez mais predominante nas sociedades ocidentais, “surge” um novo *locus* à felicidade: a ciência. Contemporaneamente, a felicidade é “objeto” de estudos científicos (VEENHOVEN, 2003)⁴.

A nossa primeira tese está vinculada a uma tentativa de explicação de tais mudanças da ideia de felicidade na nossa tradição eurocêntrica. Tentamos, ancorados em pesquisas bibliográficas, compreender – de forma esquemática – os desdobramentos mais importantes dessa ideia grega e que ainda se mantém como uma das ideias centrais em nosso mundo. Nossa tese é, resumidamente, de que a felicidade (tão difícil de controlar, programar e prever) é a ideia central no debate entre a *týkhe* e a *tekhné*. Problema central entre os trágicos gregos e que só aumenta de importância a partir dos filósofos. Tal tese, em quadros gerais, sem ter a atenção na felicidade, liga-se à formação (racional) do Homem grego, conforme Jaeger em sua *Paideia* (1986) e Martha Nussbaum em sua *A fragilidade da bondade...* (2019).

O filólogo e a filósofa enxergam, através desses dois termos-chave (*týkhe* e *tekhné*), o grande tema dos gregos, ou seja, a tentativa de racionalização da vida. A diminuição dos “efeitos” da fortuna, do destino, do imprevisível.

Obviamente que todas as culturas têm maneiras de tentar explicar e controlar o acaso, a fortuna e o destino. Se tal empresa faz ou não parte da “natureza humana” não nos cabe responder. Apenas desejamos ligar tal tese a uma sociologia das ideias. Tese que nos é cara porque irá desembocar no que Raymond Boudon (1998) chamou

⁴ Tal tese vai de encontro ao que Weber compreende por racionalização sobre a imagem do mundo: “(...) um domínio cada vez mais teórico da realidade por meio de conceitos cada vez mais abstratos e precisos” (1971, p. 337).

de mercado de ideias. As ideias mais consumidas sobre a felicidade são encontradas altamente disponíveis nesse mercado (que, como uma figura de linguagem, não é uma instituição, mas parte de um processo de produção e consumo de ideias). Confessamos desde já que essa parte da tese encontra muitas fragilidades, mas ainda nos parece a mais cabível).

A segunda tese, que se liga à primeira, é a pesquisa empírica. Ao utilizarmos os procedimentos de pesquisa empírica sobre a felicidade (Layard, 2005; World Happiness Report, 2022; World Happiness Report, 2023), pretendemos verificar se os pesquisados “são felizes”, conforme tais parâmetros da “nova ciência”, e se suas ideias de felicidade remetem ao mercado de ideias de felicidade; e mais: se ideias de felicidade ligadas à religião, à política, à *eudaimonia* e aos prazeres hedônicos são “absorvidas” pelos entrevistados. Para tanto, buscamos entrevistar uma categoria profissional que nos é cara – os professores do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), campus Santo Augusto. Escolhemos uma instituição federal. A população analisada é, de certa forma, homogênea e, a partir da análise das respostas e das características da população, poderemos “testar” algumas teses sobre felicidade e renda, felicidade e condições de trabalho, felicidade status, as questões que mais interferem, por exemplo, nas percepções e compreensões de felicidade.

2 A IDEIA DE FELICIDADE E A PESQUISA SOCIOLÓGICA

Um bom caminho para a pesquisa sociológica, referente ao tema da felicidade, pode ser a investigação de como pessoas vivendo na mesma sociedade, exercendo o mesmo tipo de profissão, percebem a felicidade; ou se têm percepções de felicidade distintas. Será que profissionais em condições favoráveis de execução de seu trabalho têm uma expectativa de felicidade distinta entre si? E quais ideias, além de visões de mundo, ligam-se às suas noções de felicidade? Esses profissionais orientam suas práticas laborais, de amizade e seus papéis sociais conforme seus entendimentos de felicidade? Ou seja, na expressão de variadas individualidades (por exemplo, professores com faixas etárias diferentes, sexo, formação, remuneração), podemos encontrar regularidades na apreensão do que cada um faz na elaboração e construção de sua felicidade? Se sim, essas regularidades se refletem nas práticas cotidianas e nas representações sociais?

Creemos que as questões postas acima podem justificar a nossa intenção em elaborar uma pesquisa sobre as compreensões e percepções de felicidade de professores do ensino médio público, em Santo Augusto, Rio Grande do Sul. Santo Augusto, Rio Grande do Sul, é uma cidade do Noroeste gaúcho, com população total de 13.813 habitantes, segundo os dados IBGE em 2021⁵.

Optamos por pesquisar uma instituição de ensino pública: o Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Augusto, cujo número total de docentes é de 75. O Campus Santo Augusto atualmente conta com 1.053 alunos entre cursos de nível médio e superior na modalidade presencial, sem contar os alunos de Pós-Graduação e dos cursos de Educação a Distância, e possui um quadro de servidores formado por 75 professores e 54 técnicos administrativos em Educação.

A escolha da categoria *docente*, na pesquisa, assume, desde logo, alguns supostos em relação ao conceito de felicidade. Desde Aristóteles, passando pelos utilitaristas (Bentham e Mill) até os recentes estudos sociológicos (Layard e Veenhoven), além dos “críticos da felicidade” (Rawls e Sen), todos concebem a felicidade em relação a uma escolha racional ou a um projeto de vida. Parece-nos que

⁵ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santo-augusto.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

uma categoria como a dos professores se inclui nessa conceituação. Obviamente, é apenas um suposto, que pode ser facilmente refutado pela pesquisa empírica. Mas analisando, hipoteticamente, a trajetória de formação de uma pessoa “x” para se tornar docente, podemos concluir que: a) ela fez uma escolha entre cursos acadêmicos; b) persistiu em seu objetivo de formar-se; c) candidatou-se a uma vaga de trabalho na área de sua formação; e d) mantém-se trabalhando na área de formação.

O tema da felicidade é oriundo da filosofia, pelo menos na nossa tradição epistêmica ocidental. As ciências sociais colocam outros problemas. E a maneira de problematizar certas questões é o que nos difere da filosofia. Nesse sentido, não nos interessa definir o que é, em essência, a felicidade. Ou se a felicidade é um problema estritamente ético. Também não nos interessa nos colocarmos *reflexivamente* diante da tradição. Podemos reconhecer que há uma ou várias tradições em relação à felicidade, mas não precisamos decidir qual é a melhor ou qual devemos escolher como a *cientificamente correta*.

O que constitui, em nossa sociedade e em nossa época, a ideia de felicidade? Sabemos, de antemão, que a felicidade está assentada em elementos estruturais da vida em sociedade⁶. Em outras palavras, o que compreendemos por felicidade se assenta, em boa parte, naquilo que a “sociedade indica” como felicidade. Mas, a felicidade não pode ser vista apenas como um fato social à maneira de Durkheim⁷. Quando escrevemos que a “sociedade indica”, estamos pensando na nossa relação como indivíduos, situados em uma sociedade que tem uma ou várias tradições. As noções de felicidade não podem se *presentificar* sem a ideia de tradição. Obviamente que a tradição não se confunde com o passado, mas “a tradição é um fio que puxamos do emaranhado de fios do passado”. E cada sociedade, pela ação de indivíduos (agrupados ou não), pode “puxar” outros fios do “emaranhado”. Assim, a tradição é um elemento mutável, mas sempre em relação ao passado. Podemos puxar outros “fios” do passado? Sim, mas não uma infinidade de fios. É por isso que temos de

⁶ “Elementos estruturais”, “tradição”, devem ser compreendidos, em nossa pesquisa, como elementos situacionais devido à nossa escolha epistemológica e metodológica, conforme já mencionado. Tentaremos seguir os passos de Raymond Boudon em *A Ideologia*: “(...) explicar o comportamento (atitudes, crenças, etc.) do ator é tornar evidente as boas *razões* que o levaram a adotar esse comportamento (atitudes, crenças, etc.), reconhecendo que estas *razões*, segundo os casos, podem ser de tipo utilitarista ou teleológico, mas também podem pertencer a outros tipos” (1989, p. 22).

⁷ Nas *Regras do Método Sociológico*, Durkheim define o fato social como “(...) maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores do indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se impõem a ele” (2019, p. 39).

resgatar algumas ideias de felicidade, desde os gregos clássicos⁸, talvez, para compreendermos a ideia de felicidade em nossa sociedade⁹.

Ao buscar, na tradição, algumas ideias de felicidade, intentamos submeter à análise algumas tipologias de felicidade, como: a) há uma compreensão de felicidade ligada ao consumo (*happiness*), ou seja, uma compreensão de que ser feliz é o resultado da obtenção de sucesso material e social, associado a momentos de prazer e lazer, o tipo de felicidade hedônica; b) há uma compreensão de felicidade ligada à religião (*beatitude*), ou seja, ser feliz é participar de uma comunidade religiosa ou de uma igreja ou da “*verdade de Deus*”; c) há uma compreensão de felicidade ligada a uma execução bem-sucedida de um plano racional, um projeto de vida “virtuoso”, que culmina na felicidade (*eudaimonia*); e d) há uma compreensão “*negativa de felicidade*”, justificada por circunstâncias econômicas, políticas e sociais.

Saber se a felicidade pode ser um modelo, um arquétipo, que orienta práticas e condutas e se há práticas e condutas orientadas por alguma ideia de felicidade e, ainda, que tipo de modelo de felicidade vigora, nos interessa. Quais são os símbolos que envolvem a ideia de felicidade em nossa sociedade? Ou se a felicidade é a culminância de um projeto de vida que está ligado a uma visão de mundo. Ou seja, a felicidade não é um modelo, nem um arquétipo, mas faz parte de modelos e arquétipos.

A escolha da categoria *docente* justifica-se, também, por nossa trajetória profissional. Por sermos professor há mais de 18 anos. Iniciando na rede municipal, passando pela rede privada e, ultimamente, na rede federal. Os diferentes ambientes e estruturas de trabalho aos quais frequentamos nos proporcionaram algumas impressões sobre a profissão docente que serviram de mote para o projeto.

É claro que as ideias e as imagens ligadas à felicidade nos penetram *de fora, do mundo, da tradição* em que estamos inseridos. Mas nós não recebemos quase nenhuma ideia ou vislumbramos *imago mundi* passivamente e sem lhes modificar. Nós individualizamos, imprimimos nossa marca pessoal, damos um colorido *sui generis, ma non troppo*. Nossa individuação está limitada à ideia mesma recebida.

⁸ A premência dos gregos não é uma escolha aleatória. Sabemos que a ideia de formação para a felicidade é um projeto aristotélico que perpassou boa parte da Idade Média e alcançou a Modernidade. Uma boa explanação sobre a importância da felicidade em detrimento da alegria para os gregos é a tese de Adam Potkay: “Uma história da alegria”, 2010.

⁹ O debate entre tradição e passado é discutido por Hannah Arendt, em “O que é autoridade?”, páginas 130 e seguintes. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Não meditamos por horas, quanto mais meses e anos, sobre cada ideia recebida. Assim, as linhas gerais se impõem. Nossas ideias e nossos sentimentos¹⁰ nos vêm de fora e, de uma maneira muito específica, impõem-se. É a noção expressa por Weber de máximas. Nem sempre a racionalidade da *persona* opera em termos lógicos, a maioria das vezes dá saltos (racionais) justificados por máximas, truísmos, clichês que podem refletir a melhor escolha (argumentativa ou de ação momentânea).

Também, diz-se que as ideias e representações de felicidade não são verdadeiras ou não é possível estabelecer, sobre a felicidade, nenhuma ciência. Ora, o papel das ideias e representações sociais é nos colocar em mínima harmonia (interpretativa e de ação) com o mundo social que nos cerca. O papel social das ideias e representações é dar sentido ao mundo, mesmo que seja verdade que esse mundo não tenha sentido. “É possível que a vida social seja apenas o desenvolvimento de certas noções; mas, supondo que seja assim, essas noções não são dadas imediatamente, mas somente por meio da realidade fenomenal que as expressa. Não sabemos, a priori, quais ideias estão na origem das diversas correntes entre as quais se divide a vida social, nem se elas existem; só depois de tê-las remontado até suas fontes é que saberemos de onde provêm” (DURKHEIM, 2019, p. 59).

Outro ponto importante que devemos destacar é que não há nenhuma conexão necessária entre ideias e interesses materiais. Não pode haver entre tais nenhum vínculo a priori. O material e o simbólico têm relação, mas tal relação é sempre dinâmica e não guarda nenhuma determinação a algo como, por exemplo, “o processo histórico”. Obviamente que, ao “separarmos” o mundo em duas categorias macros (material e simbólica), somos compelidos a admitir a influência mútua entre elas.

Creemos que algumas ideias podem ser remontadas às suas fontes¹¹: é o caso da ideia ou das ideias de felicidade nas sociedades ocidentais. Precisamos dos dados,

¹⁰ Desde já esclarecemos que separamos os sentimentos, que são socialmente aprendidos e assimilados ou não, compartilhados e, em boa parte seguidos a partir de um constrangimento social, das emoções, que são o núcleo comum e universal de nossa espécie.

¹¹ Entendemos como fontes não a primeira aparição do termo, noção ou ideia, mas o que podemos rastrear de documentos que sobreviveram. Entendemos por documentos tudo o que nos foi legado e tem valor significativo não só para nós, mas que teve um valor significativo. Um documento pode ser insignificante à cultura atual, mas ter influenciado muito a cultura passada. Isso vale no sentido mais lato possível. Obviamente que, no nosso caso, todo documento “importante” remete à nossa pesquisa e só à nossa pesquisa. Não é possível, aqui, uma valoração escalonada de “documentos”. Assim, a *Ética a Nicômaco* de Aristóteles não é um documento importante no séc. IV d.C., para o Ocidente, em termos de definição de felicidade. Mas a epistolografia paulina é de valor incontestável, para tal século.

na realidade social atual, para verificar como e por que algumas noções estão mais presentes que outras e quais são seus papéis na vida social.

A ideia de felicidade une-se a uma espécie de molde, onde “despejamos” – juntamente com algumas de nossas ações mais fundamentais – a escolha da profissão, amizades, projetos de vida¹². Também a felicidade – palavra, signo – atualmente expressa noções novas, como não poderia deixar de ser. Além de expressar novas noções (que se juntam às antigas), elas ocupam um lócus diferente na hierarquia de valores e de prioridades dos indivíduos, contemporaneamente. Isso ocorre porque as sociedades são dinâmicas devido à ação de seus membros.

Se relativizarmos as pretensões de Durkheim quanto à cientificidade do fato social, podemos assimilar melhor sua afirmação de que “as representações, as emoções, as tendências coletivas não têm como causas geradoras certos estados de consciência dos indivíduos, mas as condições em que se encontra o conjunto do corpo social” (p. 126). Em nossa pesquisa, não temos certeza de que poderemos demonstrar como as ideias de felicidade são fatores causais da ação de um determinado segmento social. Talvez consigamos apenas ilustrar a relação entre ideias de felicidade e “escolhas de vida”, pois escolhas de vida sempre remetem a uma visão de mundo e de totalidade.

Com a *racionalidade* cada vez mais presente no mundo, as pessoas, nas sociedades, ganham mais clareza sobre meios e metas. Com a ciência, segundo Weber, há um ganho de clareza mais democrático, digamos assim, pois ela está disponível a todos¹³. A ciência faz parte do processo de desencantamento do mundo que se dá pela intelectualização. Logo, só crianças grandes podem acreditar num sentido absoluto da ciência ou, por exemplo, na ciência como “caminho da felicidade”. Para a ciência, o mundo é uma sucessão de causas e efeitos materiais. A vida também acompanha essas causas e efeitos; então, a vida não encerra nenhum sentido absoluto!

Outro ponto importante, em que devemos nos deter, é sobre as condições materiais quando da teorização eudaimônica aristotélica e nosso momento atual. Nosso momento atual guarda as demandas do período moderno, ou seja, ainda

¹² Obviamente, não somos largados no “mundo” e o nosso “mundo” só ganha significado devido à nossa circunstância ou situação “social”. A velha frase da fenomenologia gassetiana “Yo soy yo e mi circunstancia” é um ponto incontornável na busca de interpretação e explicação dos fenômenos sociais.

¹³ Ver Max Weber. *Ciência como vocação* (2018).

estamos muito influenciados pelas revoluções científica, industrial e política. A economia que representava, no tempo de Aristóteles, um papel secundário, agora (em representação) toma o palco principal e atua com o papel principal nesse palco. Ninguém pode descurá-la. O que antes era imposto às classes inferiores hoje está “democratizado”. Mesmo a ciência, que tem imenso prestígio, só o tem quando serve à prática ordinária. É só no plano da *tekhné* que podemos falar em ciência moderna.

Hoje, o que constitui o interesse e o mosaico da felicidade não ultrapassa o indivíduo. O indivíduo não subordina seus interesses ao coletivo. Temos o que Tocqueville compreendeu por individualismo nas sociedades democráticas¹⁴. Não há mais, nos parece, um sentimento para com o todo. Não há mais o que Durkheim entendia como uma moral reguladora. Talvez, essa moral reguladora seja sentida, conforme Durkheim, quando se apresenta um estado geral de anomia. Na anomia, o indivíduo sente-se inseguro e amedrontado diante das desordens e conflitos; é na anomia que há a possibilidade de um indivíduo reconhecer que sua felicidade depende dos outros, da sociedade. Felicidade não, alegria. A vida comum, o comungar, é o terreno fértil que faz surgir o sentimento de alegria. Conforme Durkheim: “A vida comum é atraente e ao mesmo tempo coercitiva. Sem dúvida, a coerção é necessária para conduzir o homem a se ultrapassar a si mesmo, a acrescentar à sua natureza física uma outra natureza (...). Eis por que, quando indivíduos por ter interesses comuns se associam, não é somente para defender esses interesses, é para se associarem, para não mais se sentirem perdidos, em meio a adversários, para terem o prazer de comungar, de não fazerem senão uns com muitos, quer dizer, em definitivo, para levarem em conjunto uma mesma vida moral” (1978, p. 11).

Quando os corpos se encontram, para celebrar a vida moral, em festejos, procissões, homenagens, a alegria é sempre um sentimento componente. Podemos pensar na hipótese de que professores ainda guardam uma espécie de *ethos* da profissão? A família, hoje, não é mais uma espécie de sociedade completa, de que nos fala Durkheim. A família não tem mais a indivisibilidade de outrora; razão pela qual perde sua eficácia de coerção dos membros. A cada geração parece, continua Durkheim, que o indivíduo passa a maior parte da existência longe da família (1978, p. 12).

¹⁴ Ver tomo II de *A democracia na América* (1987).

O grupo parece ser, para Durkheim, uma fonte de vida *sui generis* (1978, p. 18). Há, em um grupo profissional, uma certa solidariedade, uma solidariedade intelectual e moral, que advém da prática de uma mesma profissão (idem, p. 18).

Mas como “medir” a felicidade? A felicidade é um estado de consciência, é um fenômeno subjetivo? Mas se esse estado de consciência advém de um poder mimético, como diria Ortega y Gasset (2016), podemos inferir, que há exterioridades que simbolizam a felicidade.

Buscamos as origens, os significados e as consequências ou decorrências da felicidade no Ocidente. Sabemos, pela pesquisa de Potkay, em sua *História da Alegria*, que a igreja, ao promover a felicidade¹⁵ em detrimento da alegria (a tradição cristã mais recente inverteu a ordem, a alegria do fiel agora é imprescindível), trouxe à arena da vida crenças, princípios e um discurso da valorização da felicidade em comunhão com a palavra sagrada.

Se há felicidade, se os indivíduos são felizes, não nos interessa, mas, se o indivíduo acredita que é feliz ou que poderá ser feliz, essa crença produzirá efeitos em sua vida. O freio, ou o arreio contemporâneo, ao projeto de felicidade é a dor e o sofrimento. A dor é um “imediate sem nenhuma perspectiva”, como nos fala Le Breton (2013, p. 24). A dor dilacera o indivíduo, é uma violência que o dissolve, esgota seu âmago. Continua ele: o sofrimento humano é acompanhado pela anulação das faculdades racionais e sobrevêm sentimentos de fé e esperança. Quando, em meio à dor, o indivíduo faz uso de suas faculdades racionais, é para racionalizar diante do desespero. É para transformar, sair ou consolar-se diante do desespero provocado pelo sofrimento. Se, na dor e no sofrimento, o indivíduo se “entrega a si mesmo”, já não está habilitado à “análise dos caminhos possíveis”. Sabemos que Schopenhauer racionalizava um caminho em meio ao sofrimento; mas era um caminho sem mundo, sem inter-relação. Já o indivíduo, quando está sem dor e sofrimento, na maior parte de sua vida, projeta, projeta o seu projeto no mundo. Esse projeto pode ser balizado por suas percepções ou representações de felicidade. As representações são fatos que entram na tradição. Obviamente que tal interpretação é válida, mas remete à psicologia, campo do conhecimento a que não estamos habilitados. Tal interpretação, porém, segue o itinerário (racional) paulino sobre o sofrimento. Para a sociologia,

¹⁵ Até o século IV. Depois, com Santo Agostinho (1998), o tema da felicidade também é suprimido pelos teólogos.

especialmente a sociologia da religião weberiana, o sofrimento não é paralisante enquanto máxima ou categoria vinculada a uma interpretação de mundo. Como emoção, o sofrimento pode ser amenizado ou potencializado de acordo com a visão de mundo escolhida pelo indivíduo. Logo, não é estranho encontrar indivíduos que, conforme suas visões de mundo, creem sofrer menos do que deveriam.

Para um weberiano como Boudoun (1998, p. 48), as ideias responsáveis pelas convicções normativas e as próprias normas sofrem efeitos tendenciais de racionalização. Para Boudon (1998, p. 63), as crenças não racionais não penduram no tempo. Essa teoria de Boudon vincula-se a uma ontologia do ser social como aquele capaz de escolher a melhor concepção de uma ideia para ser racional. Isso equivale a dizer que as melhores concepções, ou aquelas que passarem no teste de refutação, serão melhor acolhidas. Boudon transporta a teoria falsificacionista popperiana da ciência, para um aspecto da condição humana. Bueno, como explicar sociedades em que predominam crenças do tipo c e sociedades em que predominam crenças do tipo y sobre o mesmo fato ou instituição? Para Boudon, há crenças superiores. Assim, poderíamos comparar valores e hierarquizá-los conforme suas superioridades conceituais, ou seja, aqueles que são mais racionais e objetivos. Nós não seguiremos por esse caminho, apesar de concordarmos com Boudon em relação ao individualismo metodológico. Para nós, criar ou elaborar ou “descobrir” certas leis da preponderância relativa da racionalidade é vincular, novamente, a teoria social à metafísica. O que devemos elucidar, se possível, são “os rastros” das ideias que nos chegam e ainda desempenham um papel predominante em nossa sociedade¹⁶.

Dessa forma, é muito difícil afirmar se a ideia ou concepção, vinculada e elaborada por Aristóteles, de *eudaimonia*, evoluiu. Certamente, a concepção aristotélica de felicidade ainda sobrevive, mas em qual contexto ela é “usada”? A ideia cristã, ou paulina, de sofrimento neste mundo também sobrevive. A ideia predominante em Lutero de labor, idem.

A quem interessam tais concepções? Estão vinculadas a uma classe, a uma profissão, a um estilo de vida? É possível. Mas podemos afirmar – sem erro – que

¹⁶ Obviamente, Weber dá margem a tal interpretação, mas cobrar uma coerência irrestrita de todas as sentenças weberianas é resvalar na idolatria. Só a noção de tipo ideal weberiano já põe “panos quentes” na interpretação boudoniana. Aliás, Weber deixa claro, nas *categorias*, que uma grande distinção entre as ciências da natureza e as ciências sociais se dá na extensão dos conceitos. Quanto mais um conceito é relevante nas ciências naturais por sua universalidade, mais é irrelevante nas ciências sociais, pois, nestas, o conteúdo explicativo é imprescindível. Eis um exemplo hipotético: o *ser humano é um animal social*.

nenhuma ideia normativa, ou axiológica, “sobreviveu” sozinha, estando vinculadas a outras ideias, que se vinculam a outras, até formar um conjunto minimamente coerente. Se é que podemos usar essa imagem de conjunto não tão coerente. Por exemplo, a honra vincula-se a um status social que se vincula a normas de conduta que podem ter um “fundamento” religioso, ético-filosófico, etc.

É importante acentuar que não cremos, assim como Weber, na possibilidade de conexões necessárias entre ideias e interesses materiais. Não há nenhum vínculo determinante entre o mundo material e o mundo simbólico. Se há relação, como obviamente há, é sempre uma relação dinâmica e indeterminada do ponto de vista do “Processo Histórico”. Obviamente que, se separamos analiticamente tais mundos (“mundo simbólico” e “mundo material”), não negamos a influência de um pelo outro. Os ensaios weberianos sobre metodologia elucidam melhor a questão, principalmente “A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas Ciências Sociais”¹⁷.

Antes de abarcar o artigo de Max Weber, é preciso fazer algumas ponderações: o termo “objetividade”, com aspas, é usado para dar a dimensão do quanto esse conceito é problemático para Weber. É preciso salientar, também, que a primeira parte do artigo, em que Weber esclarece o conceito de econômico, não é fundamental na análise, pois o sociólogo está se referindo à Revista de Arquivo para as Ciências Sociais, da qual era editor. Outro fator importante, que é preciso esclarecer, é que Weber só escrevia sobre metodologia para atacar as posições de outros pensadores ou correntes de pensamento. Assim, escreveu contra Knies, contra Roscher, contra Eduard Meyer, contra Lipps e Benedecto Croce. Esse artigo também serve de pano de fundo para atacar o que Weber entendia como “materialismo histórico vulgar”, ou seja, contra alguns marxistas de sua época.

Passando às preliminares do artigo, pode-se perceber o primeiro aspecto importante da teoria de Weber: “um fenômeno só conserva a sua qualidade de ‘econômico’ na estreita medida em que o nosso *interesse* está exclusivamente centrado no seu *significado* para a luta material pela existência” (1986, p. 80).

A citação acima remete a duas conclusões: (1ª) o cientista não é neutro [e] os seus interesses sempre influenciam na pesquisa, porque (2ª) não há sentido imanente nos fenômenos ou coisas a que o cientista se propõe pesquisar. Escreve Weber: “o

¹⁷ É claro, não se pode esquecer outro famoso artigo de Weber: “O Sentido da ‘Neutralidade Axialógica’ nas Ciências Sociais e Econômicas”.

domínio do trabalho científico não tem por base as conexões ‘objetivas’ entre as ‘coisas’ mas as conexões conceituais entre os problemas” (idem, p. 83). Para tornar mais clara essa afirmação, se poderia pegar o exemplo do fenômeno religioso para um cientista social e para um teólogo. O exemplo da ascese protestante é bem característico da diferença entre os estudos de um cientista e de um teólogo sobre o mesmo fenômeno. Enquanto Max Weber, em seu trabalho *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, tentava encontrar ligações entre a ética e a prosperidade dos indivíduos que seguissem tal ética, um teólogo tentava encontrar, nessa mesma ética, a salvação no reino de Deus. Então, é a partir dos interesses do investigador que as conexões conceituais surgirão¹⁸.

Não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida cultural, ou – o que pode significar algo mais limitado, mas, seguramente, não essencialmente diverso, para nossos propósitos – dos “fenômenos sociais”, que seja *independente* de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa (idem, ibidem, p. 87).

Outro aspecto importante da teoria de Max Weber é a negação de qualquer explicação exaustiva de fenômenos ou coisas. “Todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um *fragmento* limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será ‘essencial’ no sentido de ‘digno de ser conhecido’” (idem, ibidem, p. 88)¹⁹.

Sendo qualquer descrição seletiva e aceitando a impossibilidade de explicação exaustiva de qualquer fenômeno ou coisa e, ainda, não acreditando em leis ou instâncias condicionantes – a priori – dos fenômenos culturais, resta a Max Weber buscar explicações causais, de fenômenos culturais, na relação com as ideias de valor, ou seja, nos sentidos que os indivíduos dão às suas ações:

¹⁸ Weber: “se exprime aqui o fato de que, nas ciências da cultura humana, a construção de conceitos depende do modo de propor os problemas, e de que este último varia de acordo com o conteúdo da cultura” (1986, p. 121).

¹⁹ Como, mais tarde, escreveu Popper: “Pretendendo estudar uma coisa somos levados a concentrar-nos em alguns de seus aspectos. Não nos é possível observar ou descrever uma porção integral do mundo ou uma porção integral da natureza; em verdade, nem o menor dos fatos pode ser descrito como todo, pois qualquer descrição é necessariamente seletiva” (1991, p. 61) .

Se as diversas esferas da existência correm paralelas, movidas pelas suas “legalidades próprias” e se está afastada a idéia de alguma delas ser objetiva e efetivamente determinante em relação às demais, a análise das relações entre elas (ou melhor, entre seus sentidos) só é possível com referência e essa entidade que as sustenta pela sua ação e é a portadora simultânea de múltiplas delas: o agente individual (COHN, 1978, p. 29).

Dessa forma, uma individualidade histórica, como o capitalismo moderno, não deve ser explicada a partir de “leis”, mas se deve buscar, nas ações dos indivíduos, a explicação causal do moderno capitalismo. É preciso compreender os motivos por que os homens agem e estes motivos só podem ser encontrados neles próprios. O indivíduo é o único portador de sentido. A partir dessas considerações sobre o artigo de Weber, se pode efetuar mais uma conclusão relativa aos pressupostos da teoria do sociólogo alemão: (3ª) toda explicação ou descrição de fenômenos ou coisas é, em essência, parcial.

A questão da pouca relevância das “leis” para as ciências da cultura é a grande diferença que se tem às ciências naturais.

Para as ciências exatas da natureza, as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto *mais geral* é a sua validade. Para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos, as leis *mais gerais* são, freqüentemente, as menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo. Isto porque quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico – isto é, quanto maior a sua extensão –, tanto mais nos *afasta* da riqueza da realidade, posto que, para abranger o que existe de comum no maior número possível de fenômenos, forçosamente, deverá ser o mais abstrato e *pobre* de conteúdo (1986, p. 96).

Não existe uma lei que mostre por que o capitalismo floresceu no Ocidente e não no Oriente. Não há lei que explique esse fato, o que há são imputações causais sobre determinados conteúdos culturais.

Sendo assim, a sociologia, concebida por Weber, deve ser uma ciência empírica em busca de causas, as quais só podem entrar em linha de conta nas ações dos indivíduos, os únicos portadores de sentido. Mas há um outro problema. Se, para Weber, todo conhecimento é finito em relação à “inesgotável” e “infinita” realidade que pretende explicar, então o cientista não pode fugir da construção de *tipos-ideais*, visto que “a realidade é sempre algo mais do que nossos conceitos são capazes de representar” (1998, p. 88). Partindo dessa citação, é possível afirmar que as

concepções e teorias não são cópias da realidade, mas *construções típicas*. Boudon e Bourricard, ao comentarem sobre os *tipos-ideais* e a sociologia weberiana, afirmam que “a ‘sociologia compreensiva’ procede *não por decalque, mas por construção*. É esse o aspecto de seu método que Weber destaca quando fala de noções tipos ideais” (2000, p. 617).

Frisa-se, mais uma vez, que, para Weber, a realidade ou os fenômenos culturais que o cientista pretende investigar só serão possíveis mediante a seleção de aspectos importantes (é claro, importantes para ele), sendo impossível uma análise exaustiva dos mesmos. É dessa forma que o cientista, ao operar uma seleção de aspectos importantes, constrói os *tipos*, que não se encontram de forma alguma na realidade e, por isso, são *ideais*.

Os *tipos-ideais* nada mais são do que instrumentos para “medir” a realidade, pois “possuem um elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para a *exposição*, se apenas forem usados como meios conceituais para *comparar* e *medir* relativamente a eles a realidade” (idem, p.113). Mas essa ferramenta heurística, de forma alguma, segundo Weber, pode conter toda a realidade. Os tipos não podem esgotar a infinita riqueza da realidade. Então, a “objetividade” do trabalho científico do cientista deve estar ligada aos fatos que se propõe a pesquisar, ou seja, a comparação dos *tipos-ideais* com a realidade de que tratam.

Mas não é só isso. A tese de Weber, no artigo sobre a “Neutralidade Axiológica”, é de que a ciência deve emitir apenas juízos de fato, se preocupar apenas com o “ser” e não com o “dever-ser”, ou seja, a ciência não tem como postular juízos de valor corretos²⁰. Em síntese, pode-se dizer que:

[os] problemas das disciplinas empíricas, certamente, devem ser resolvidos dentro de uma postura de “neutralidade axiológica”. Eles não são problemas de valor ou “problemas axiológicos”. Mas, mesmo assim, no âmbito de nossas disciplinas, sofrem a influência do relacionamento das realidades “com” os valores [...], porque [...] percebe-se que são os interesses culturais e, portanto, os interesses de valor que indicam a direção para o trabalho das ciências puramente empíricas (WEBER, 1992, p. 377).

²⁰ Na verdade, a pergunta é: como uma ciência pode estabelecer, uniformemente, os valores que devem ser seguidos?

O cientista não pode, portanto, “manusear” os resultados de sua investigação científica a fim de que não se contraponham aos seus ideais, mesmo que esses ideais sejam majestosos. O cientista, segundo Weber, deve “conservar a capacidade pessoal de ‘nadar contra a correnteza’ caso seja necessário” (1992, p. 398).

Segundo Luís Henrique Paiva, Weber soube distinguir “entre o contexto da descoberta e o contexto da validação” de uma teoria.

Assim, a origem (e, portanto, a “descoberta”) de um conhecimento não é, para Weber, questionável. Weber não acredita que exista um “método de abordagem particular”, ou um “processo psicológico específico” que resulte, com certeza, em conceitos e hipóteses válidos ou hipotéticos [...]. A validação de um conhecimento, portanto, é feita *a posteriori*, através do questionamento desse conhecimento por diversos meios (como o exame de critérios formais [...], a experimentação e o teste, a recorrência a dados empíricos históricos, etc.) (PAIVA, 1997, p. 28).

É preciso ressaltar, mais uma vez, que, para Weber, é o cientista que deve ter uma atitude de “neutralidade axiológica”. Apesar disso, um cientista pode burlar testes e dados, se desejar.

Assim, a felicidade vincula-se a certos conjuntos de concepções: a um fundamento religioso, ético, por exemplo. Mas a felicidade não pode fundar conjuntos de ideias e concepções valorativas. Ela agrega, certamente. Esse conjunto de ideias funda suas bases em concepções religiosas, estéticas, éticas ou políticas e filosóficas. Primeiro, devemos explicar o mundo, só depois podemos vincular uma ideia de felicidade ou de infelicidade, se assim acharmos coerente com nossa explicação macro.

Obviamente, o ser humano não é uma máquina de calcular e muito menos um ser onisciente. Muitas vezes somos “chamados” pela nossa consciência a pensar em algo nunca elaborado. Mas isso não quer dizer que agimos sem pensar ou irracionalmente. Uma tomada de posição nova ou uma ação demanda de o agente fazer associações com situações e contextos próximos ou já imaginados. Mesmo diante de uma nova situação, dificilmente alguém se mostrará totalmente despreparado, pois, antes de mais nada, o ser humano é um sonhador. Vive a colocar-se em situações imaginárias.

Outro ponto a salientar é que mudamos nossa concepção de mundo. Não podemos afirmar cientificamente, com dados, mas, a maioria dos indivíduos muda sua

concepção ou visão de mundo na fase adulta. Parece-nos que, na maioria das vezes, a mudança de visão de mundo acarreta mudanças na concepção de felicidade.

Paramos por aqui. Não estamos interessados em uma teoria geral das ideias, estamos apenas lançando uma tese bem possível de refutação: uma mesma profissão, com um padrão socioeconômico e de status agrupa indivíduos com concepções de felicidade próximas? E mais, quanto maior for a proximidade na área de formação, maior será a proximidade de concepções de felicidade?

No caso de se elucidar tais concepções, elas podem revelar visões de mundo? Não será mais pertinente pesquisar as visões de mundo? Se fosse uma relação monocausal, sim. E se vários elementos distintos ou pertencentes a outras visões de mundo, que só se apresentam puras na mente do investigador, não entrassem em linha de conta no indivíduo? Pode haver uma concepção de mundo fundada em elementos religiosos, mas que determinam ou condicionam o campo político, artístico, econômico? Pode-se estabelecer uma concepção filosófica, mas uma concepção filosófica é sempre de alguma instância ou dimensão do real. Não há filosofia da filosofia.

Talvez ocorra que indivíduos que se vinculam à mesma crença religiosa “produzam” visões de mundo completamente diferentes e até opostas. O ponto central é a premissa weberiana de que cada indivíduo vai elaborar e hierarquizar seus valores, mesmo que tais concepções e ideias sejam públicas ou, como queiram, representações sociais.

Obviamente que partilhamos valores, ideias e concepções mais amplas de mundo – que, por enquanto, denominaremos de visões de mundo –; se assim não fosse, os estudos sobre ideologia não teriam sentido.

Por outro lado, qualquer categoria deve ser passível de crítica ao ser inserida em algum arranjo explicativo. No entanto, há “elementos” explicativos constituintes de uma teoria social aos quais é necessário nos determos em seus significados ao utilizá-los. É o caso dos três elementos: ideias, condições materiais e interesses. Tais elementos estarão relacionados aqui, em nossa pesquisa. Obviamente, temos a noção de que as correntes materialistas de pensamento dão proeminência às condições materiais como determinantes dos interesses dos agentes. Já as correntes idealistas tentam demonstrar que as ideias, em larga medida, determinam os interesses. Partimos do segundo ponto de vista, nos associando à corrente idealista.

Aqui vale um esclarecimento, baseado em Wendt (2014, Cap. III e IV): é claro que, para os idealistas, as pessoas agem tendo como referência objetos, outras pessoas, coisas com base nos significados que objetos, pessoas, coisas, enfim, têm para elas.

Obviamente que qualquer pessoa tem muitas ideias. Mas nem todas as ideias são “carregadas” de significados plausíveis e/ou verdadeiros. Logo, as ideias que contam são aquelas que as pessoas tomam como verdadeiras²¹. As pessoas podem tomar como verdadeiras um conjunto de ideias bem esdrúxulas (visto de fora) e agir no mundo baseadas nelas²². Logo, os interesses dependem das ideias, e as condições materiais relacionam-se com as ideias. Nenhuma ideia, é claro, “aparece” sozinha ou é eficaz unitariamente: é preciso um corpo de ideias mais ou menos hierarquizadas. E mais: um corpo de ideias mais ou menos unitário e coerente, sob determinados aspectos e sobre determinada “esfera da vida”, que determine a ação do agente. É isso o que conta, em sociologia, e leva o nome de ação racional em relação aDonald Davidson faz mais uma ressalva (1992, p. 33 e ss): as ideias fazem parte do mundo objetivo²³.

Assim, “a” felicidade será tratada como uma ideia: uma ideia ocidental. Percorreremos sua história conceitual e sua relativa influência na ação. Uma das suas interpretações possíveis, como nos ensinou Max Weber. Nossa contrariedade não é com Max Weber, mas com alguns weberianos (como Raymond Boudon) que veem a inevitável racionalização das ideias. As ideias, como programas ideais, diferentes das opiniões, mas seguindo o mesmo “destino” destas, seguem no “mercado de ideias” do Ocidente ou no mundo 3 popperiano. Não há evolução racional de tais programas... há diferentes racionalizações.

Esperamos, também, que não se tomem tais escritos com “uma história das ideias de felicidade”. Não tentaremos algo tão profundamente intelectual. Tentaremos formular um tipo ideal que explique a escolha “racional” de um tipo predominante de programa (ideia) de felicidade. Frisaremos períodos e escritos que se conformam com nossa tese. Não adianta, também, nos defendermos de todas as contradições,

²¹ Usamos a palavra verdadeiro com este significado: a crença que o ator concebe como verdadeira para agir.

²² É o caso dos monges barbudos do Fundão, movimento messiânico ocorrido aqui no estado, no século passado: acreditavam que não precisavam mais plantar, nem trabalhar, que o *maná* “derramaria” do céu os alimentos (ver FACHEL, 1995 e CREMONESE, 2016).

²³ Apesar das diferenças na relação mente-corpo, aqui Davidson procede como Popper (1978), ao declarar a autonomia do *Mundo 3*, mundo que depende da mente criadora humana em muitos aspectos: teorias, livros, ideias.

porque, se não há como contra-argumentar, não é uma tese. Lembramos, também, contra o argumento “*ad hominem*”, que tais ideias para esta tese foram buscadas no mercado de ideias ou *Mundo Três*.

Tal tese nos leva a escrever na primeira pessoa do plural. A linguagem neutra de nada adianta à objetividade. Argumentos podem ser reduzidos, independente da forma, à lógica. Tentaremos provar nosso argumento, que se ancora em premissas. A primeira é a de que as ideias e teses já estão dispostas, desde os gregos, sobre a felicidade.

Sobre o porquê de uma ideia de felicidade se destacar em certos períodos, não recorreremos a nenhuma causa material ou interesse econômico. Basta a tese de que algumas ideias vencem o debate intelectual, nem sempre com argumentos racionais, e se estabelecem, até que um ou mais oponentes intelectuais as desbanquem. As causas, ou melhor, as assimetrias sempre estão dentro das possibilidades do período. Tais relações assimétricas se transformam em causa na explicação do pesquisador, mas não há fatores constantes.

Algum sociólogo, de categorias indemonstráveis em relação à explicação causal, pode nos contradizer afirmando que a ideia de felicidade vigente numa sociedade de tipo X, é a ideia que as condições objetivas “permitem”. Não há julgamento lógico racional baseado em fatos. Só pode haver julgamento lógico-racional baseado em argumentos ideais. Teses baseadas em algum todo devem recorrer, obrigatoriamente, a “provas” baseadas em ações individuais. Se são dois indivíduos ou dez mil, o procedimento é o mesmo.

Nesse sentido, a “prova”, em Ciências Sociais, está enjaulada na cantilena indutivista. “A classe X prefere futebol a tênis. A classe Y prefere tênis a futebol. Logo, a relação X-classe é em relação a Y-classe. Quem faz tal pesquisa usou que ferramentas metodológicas? Qual a relação entre a população total da classe X e a amostra? E a afirmativa igual de todos os indivíduos da amostra está baseada na mesma relação causal? Se recorrermos à mesma amostra, um ano depois, teremos a mesma tese afirmativa? Se sim, qual é a tese?”

Qualquer “cidadão intelectual” que afirme “temos tal crença porque vivemos em sociedade e a sociedade determina nossas crenças e descrenças” tem de responder por que ele chegou a tal conclusão e por que a aceitação de tal ideia. Há a hipótese

de tal “cidadão” ser um extra-humano, a possibilidade de ser uma revelação divina (aí já há uma alteração na tese original). Há a hipótese de que Ele seja Deus.

As categorias coletivas são inerentes à Sociologia; logo, devem ser descritas e relativizadas como meros instrumentos teórico-rationais. Não são descrições da realidade nem categorias inerentes ao racional. Em ciências, devem ser tratadas como categorias ou conceitos que se ligam a um tipo ideal.

Fora dos tipos não há realidade inerente. Não há “o” burguês, nem “o” protestante perambulando por aí. Enfim, observação é um conceito vazio em Ciências Sociais. Ninguém observa a “comunidade X do céu do mundo”. Alguém inquirir, conversa, vive, come, bebe e dorme na “comunidade X do céu do mundo”. Mas alguém observa, analisa, compara, classifica a bactéria X do “céu do mundo”. Logo, as ferramentas de pesquisa são diversas.

O que nos interessa em nosso tipo é a razão por que umas ideias (de felicidade) interessam para certos indivíduos mais do que a outros. É por que tais ideias têm uma função nas sociedades em determinados períodos e qual é a sua implicação nestas. Tal tese não pode inferir relações causais por, simplesmente, não se enquadrar em relações causais materiais da Sociologia. Apenas se situa nas relações formais da causalidade lógica.

Nossa teoria da escolha racional segue alguns passos de Boudon em sua obra *O Justo e o Verdadeiro* (1998) e, também, em *A Sociologia como Ciência* (2016). Só a partir dos meios de ações dos indivíduos podemos atribuir racionalidade a uma ação (2016, p. 100).

Preferimos, por isso, a expressão teoria das ideias em vez de teoria do conhecimento, em Ciências Sociais, para nos afastarmos de duas interpretações equivocadas: a) de que tudo o que ocorre é “planejado” e segue os interesses de alguém ou de algum grupo social; e b) de que quem age tem pleno conhecimento da situação²⁴.

Obviamente que não descartamos, relativamente à interpretação “a”, exposta acima, que, quando um grupo organizado busca impor seus interesses a outros grupos desorganizados, têm grandes chances de consegui-lo: é o chamado efeito Olson²⁴. Mas, mesmo os grupos organizados, quando conseguem impor seus interesses, não têm como controlar todos os efeitos de suas ações e, também, isso

²⁴ Boudon, Raymond também usa tal distinção em *A Sociologia como Ciência*, a qual adaptamos.

²⁴ Olson, Mancur. *The logic of collective action: public good and the theory of groups* (1871).

não assegura o alcance dos fins visados. É o grande exemplo que Weber nos dá dos fins visados na ascese protestante e no florescimento do moderno capitalismo²⁵.

Outro ponto que devemos distinguir é: os fins visados subjetivamente, que podem ser explicados através da análise situacional, próprios da sociologia; e os fatores psicológicos do agente, que não são matéria de interesse sociológico. Isso porque é simplesmente impossível incluir todos os fatores psicológicos nos casos analisados pela sociologia. Imaginamos se Weber, no tipo protestante, perdesse seu tempo buscando os fatores psicológicos dos protestantes em vez de analisar o fim subjetivo²⁶.

Outra noção que precisamos enfatizar é que, ao procurar, “no passado”, as ideias bases predominantes, e as que dispomos, não estamos sequer supondo que as sociedades sejam determinadas por ideias concebidas no passado. Tal suposição de determinação está vinculada à suposição de necessidade. Até porque, pensamos, há um trivial, mas constante, erro em atribuir interpretações à temporalidade. E, conseqüentemente, atribuir-se um vínculo de causalidade em relação ao passado.

O vínculo de relação causal entre *tradição*, por exemplo (uma interpretação em relação a “fatos” passados), e passado (o que aconteceu) é tratada por muitos pensadores como indubitável. A coisa “funciona” mais ou menos assim: porque havia judeus que proclamavam a volta do Messias, é que foi possível aparecer alguém se dizendo profeta dos judeus, como Jesus. Tal relação causal é impossível de se determinar por fatores: a) temporais; e b) lógico-interpretativos.

Então, uma ideia tem em seu cerne uma estrutura racional que obriga seus “consumidores” a “percorrerem” certos caminhos. Devemos tratar as ideias como programas racionais e não como descrições de algo, fenômenos ou coisas. Assim, há várias ideias de ideologia, mas, em Ciências Sociais, é fútil questionar “o que é ideologia?”. Conceitos, palavras, pré-noções, vinculam-se a ideias. Em sociologia ocorre o contrário da definição platônica. Em Platão, Ideias ou Formas de uma coisa expressam a sua essência, aquilo que liga a coisa à eternidade. Em sociologia, ideias formam um conjunto de noções, pré-noções, conceitos, pré-conceitos vinculados.

²⁵ *Ética Protestante* (2004).

²⁶ Popper (tomo II), em relação à autonomia da sociologia já argumentou muito, e seguimos aqui seu raciocínio (1987, cap. 14).

2.1 VISÃO DE MUNDO

Para N. T. Wright, a visão de mundo judaico-cristã fundamenta-se no monoteísmo criacionista; isto é, Deus criou o mundo e continua dinâmico e ativo.

Para os cristãos, Deus “enviou” Jesus (depois de anos de sofrimento e desolação) para estabelecer o verdadeiro governo soberano, tanto na terra como no céu. Para os judeus, os anos de desolação e sofrimento ainda perduram (WRIGHT, 2020, p. 24 e 55). Assim, não há um cristianismo “antigo” e “moderno”. Já o Epicurismo de Lucrécio, um século antes de Jesus, com sua visão de mundo ateu e naturalista, ainda persiste e é muito adequado à “visão de mundo” moderna.

A expressão “visão de mundo” remete à sociologia de Weber e sua intuição de que a visão de mundo sempre se vincula à determinação de uma ação com significado, ou seja, a uma ação racional. O filósofo paulino N.T. Wright aprofunda a noção alemã para explicar as ações e os rumos do catolicismo. Por exemplo, na biografia de Paulo, Wright busca compreender o judaísmo defendido por Paulo e sua vinculação ao zelo. A visão de mundo de Paulo não é alterada profundamente depois da Estrada de Damasco²⁷; pelo contrário, Jesus – a vinda do Deus à Terra – é a confirmação dos escritos dos profetas hebraicos. Claro que há algumas mudanças valorativas importantes para Paulo. O Deus esperado era um Deus vingador, um “rei primitivo” que, finalmente, libertaria o povo de Israel²⁸. O Jesus de Paulo é o Deus do amor, do perdão e de todos os que creem nele. Assim, a “visão de mundo” que implica um conjunto mais ou menos coerente entre ideias, conceitos, símbolos e hierarquia valorativa faz ou determina a ação racional. A fé de Paulo está alicerçada em sua visão de mundo, conseqüentemente, não é contrária à razão, mas vincula-se a um projeto racional. O ladrão arrependido na cruz não muda sua visão de mundo, mas vincula sua “conduta final” a um conjunto de ideias, valores e símbolos já elaborados²⁹.

²⁷ Evento que muitos contestam sua veracidade. Por exemplo, Dale B. Martin (Cap. I, 67-76), em *New testament, history and literature* (2012).

²⁸ Recorremos à interpretação como um documento capaz de gerar máximas referenciais à ação humana. As evidências históricas e as análises dos epistológos sugerem a contradição de tal episódio na vida real de Paulo. Tal “fato” é relatado nos Atos, sendo que em Paulo, nas 7 cartas atribuídas à sua pena pelos especialistas, não se encontra tal relato. Ver a obra de Dale Martin (2012, esp. Cap. Paul and Paulinism, p.197 a 273).

²⁹ Não podemos deixar de referir, aqui, o exemplo de racionalidade em relação à vigência da ordem, na *Economia e Sociedade* de Weber (2004, p. 20). O ladrão sabe da vigência da ordem.

Aristóteles (2012) inicia sua metafísica vinculando o ser humano à tendência para o conhecimento. A teoria da “visão de mundo” vincula o ser humano à necessidade de explicar o mundo. É preciso “contar uma história coerente sobre os eventos e os acontecimentos à volta. Tal reflexão não é necessária no campo da sociologia. Aliás, nem da filosofia, pois é uma tradição peculiar da filosofia (fato ocidental) o silêncio, o “calamento”, a suspensão do juízo sobre o não refletido, investigado, etc. O importante, na sociologia, é a noção de tipos-ideais.

Nenhum conceito, nenhuma categoria “brota” da realidade. Se caso fosse, poderíamos fechar as escolas e universidades. A “amarra” conceitual é fundamental à interpretação e análise científica.

Como não é possível, para nenhum ser humano, partir do “zero”, pois sempre nasce vinculado a uma sociedade específica com hábitos, crenças, enfim, uma cultura mais ou menos delimitada, parte-se sempre de um emaranhado significativo de conceitos, pré-noções e ideias para explicar o mundo. Logo, visões de mundo não se referem a uma teoria ou teorias altamente explicativas e racionais sobre a realidade, mas funcionam como guias abrangentes sobre a vida.

A visão de mundo de um ator, em grande medida, liga-se ao conhecimento comum referente às crenças sobre racionalidades, expressões culturais específicas, normas, leis, regras, instituições, costumes, ideologias. Assim, em conjunto, há a expressão de uma visão de mundo. Obviamente, é muito difícil mapear, *in totum*, uma visão de mundo, mas o “encaixe” razoavelmente coerente dos “itens” de uma visão de mundo respeitam uma hierarquia de ideias, na qual ideias principais desencadeiam ou ligam-se a outras ideias. Assim, se há uma ideia principal de um Deus criador, conforme a teologia judaica/cristã, muitas outras ideias vão se ligar a esta, até formar uma visão de mundo.

Estamos resumindo e simplificando ao máximo a nossa noção de visão de mundo, mas tal necessidade se dá por uma espécie de economia de tempo, pois o nosso interesse é apenas mostrar que concepções como esta, de visão de mundo, não podem se ancorar em uma ideia de felicidade. Pelo menos nas ideias de felicidade concebidas até hoje. Já o contrário ocorre quando uma ideia de felicidade está em posse de um agente por conta de sua visão de mundo. Ou, quando uma pessoa não tem nenhuma ideia de felicidade, positiva, por causa de sua visão de mundo.

2.2 A IDEOLOGIA

Assumimos a definição de ideologia de Raymond Boudon, da já referida obra *A ideologia* (1989). O primeiro suposto que assumimos é que a ideologia surge não a despeito de o ser humano ser racional, mas porque ele é racional. Segundo, se a ideologia ou a estrutura definissem a ação do ator, bastaria estudá-las sem o ator. Ao descobirmos suas lógicas internas, poderíamos prever os resultados em todos os lugares e tempos. É por isso que, ao reconhecer os fatores tradição e estruturas, não deixamos de prestar atenção às personas.

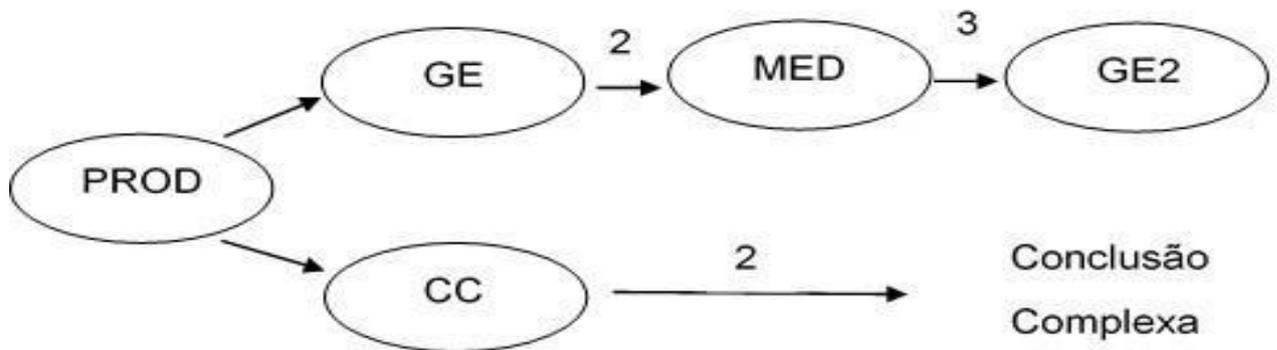
Assim, definimos ideologia como uma “(...) doutrina que repousa sobre uma argumentação científica e que é dotada de uma credibilidade excessiva ou não fundamentada” (BOUDON, 1989, p. 46). Devemos lembrar que argumentação científica extrapola a ciência; refere-se às bases racionais da argumentação, que tem seus pilares na lógica aristotélica e na demonstração e/ou verificação. Assim, uma ideologia pode repousar sobre uma doutrina ética ou teológica.

Frequentemente – e comumente – os atores sociais tratam e concebem as teorias como caixas-pretas, ou seja, como problemas que não se pode resolver porque não se tem conhecimento pelo acesso direto. É preciso análise e ferramentas adequadas (ferramentas intelectuais). Mas, apesar de que, para o indivíduo médio, a maior parte das teorias funcionem como caixas-pretas, isso não impede esse mesmo indivíduo de as possuir como verdadeiras. Por exemplo, muitos indivíduos têm como verdadeira a teoria gravitacional da terra e sua força de atração gravitacional, de Newton, mas não conseguem explicá-la em termos científicos.

Os mecanismos de difusão são responsáveis pela disseminação de ideias e teorias. Esses mecanismos são amplos e de difícil catalogação, mas seguem um certo padrão: “Os mecanismos de difusão (...) comportam, com efeito, uma consequência importante: logo que uma teoria é avalizada por um ou mais grupos específicos e que é tratada, ao menos parcialmente, como uma caixa-preta por estes grupos, acontece, frequentemente, que suas conclusões sejam simplificadas, radicalizadas ou deformadas” (p. 166).

Quando uma teoria toma o caminho desviante de GE (Grupos Específicos), ela se afasta da ciência normal, para usar uma expressão de Kuhn. Ou seja, já não segue o caminho CC, da Comunidade Científica, conforme esquema ilustrado na figura 1.

Figura 1- Esquema abordando teoria e ideologia.

Índice:PROD: Produção Científica;GE: Grupo Específico;MED: Mediação;CC: Comunidade Científica.

Fonte: Adaptação feita pelo autor em relação ao esquema do livro de Boudon (1989).

Conforme o esquema, apresentado acima, de Boudon (1989), qualquer teoria pode transformar-se em ideologia, pela ação de Grupos Específicos. Então, todas as teorias estão ou podem estar sob a influência de Grupos Específicos, desde que sirvam à práxis política, o que, convenhamos, restringe – e muito – as teorias utilizadas pelos Grupos Específicos em suas metas de intervenção política. Em nossa visão, a felicidade pode ser um conteúdo, um item a mais dentro de uma teoria atrativa; assim como é no caso do utilitarismo clássico, mas a felicidade apenas, ou melhor, uma teoria ético/política da felicidade não pode ser a base para uma ideologia. As teorias da felicidade não abrangem projetos políticos de intervenção³⁰. Para que uma teoria tenha tal possibilidade, ela deve ter o potencial político de intervenção e de mudança estrutural. A felicidade, repetimos, esteve presente enquanto componente simbólico

³⁰ Nem a teoria platônica nem a teoria benthamiana. A felicidade figura como elemento decisivo, mas há uma teoria do ser, do Bem, e de ciência nos casos referidos. Quer dizer, a partir dos Relatórios Mundiais da Felicidade, estamos vendo políticas públicas ancoradas na felicidade.

em várias teorias (vide as revoluções Americana e Francesa³¹), mas nenhuma teoria da felicidade transformou-se em ideologia até aos nossos dias.

Joseph-Marie Lequinio, revolucionário e defensor de Robespierre, nos tempos revolucionários franceses, ao subir no púlpito para convocar as massas, assim se expressou: "Todos, numa palavra, quem quer que sejamos – grandes ou pequenos, fortes ou fracos, jovens ou velhos –, todos sonhamos com a felicidade, só queremos ser felizes, só pensamos em ser felizes" (apud MACHON, 2009, p. 261).

Como sempre, a felicidade é um fim, individual ou coletivo, e a ideologia requer que se apresentem meios de intervenção. A ideologia, como a entendemos, não pode ser justificada e ancorada em nenhum tipo de ideia de felicidade. Mas, nessa dimensão e nessa esfera de ação, a felicidade pode ser um componente relevante, como podemos observar nos revolucionários franceses do século XVIII.

Nenhuma ideologia foi tão ligada à ideia de felicidade pública como a dos revolucionários desde os escritos de Platão. A própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) declarava – em seu artigo primeiro – que o objetivo da sociedade é a felicidade comum. Felicidade comum foi entendida como o objetivo maior de um povo e, também, da humanidade. Obviamente que essa felicidade comum residia antes em um sacrifício político e em uma revolução social. Só havia um caminho para a felicidade comum – e esta passava por um programa ideológico revolucionário. Robespierre, em 25 de setembro de 1792, incentivou seus cidadãos a ocuparem-se com a felicidade de um grande povo e com a felicidade da humanidade.

No entanto, mesmo que os revolucionários tenham se apegado a uma ideia/símbolo de felicidade, não construíram nada de novo. Platão também concebeu, em sua *República* (2000), principalmente nas Leis (2010), um lugar de destaque para a felicidade. No entanto, tais ideias figuram como elementos apenas dentro de uma ideologia, não como ideia principal. E esse fato é relevante à nossa tese de que não há ideologia do "ser feliz" ou uma ideologia, até hoje, em que a felicidade figure como o elemento principal. A ideia de felicidade pode compor uma ideologia, ser um elemento de mobilização política, etc., mas não uma ideologia. Então, para a nossa

³¹ "A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) garantia o esforço pela 'felicidade de todos' (*au bonheur de tous*) e o documento fundador do regime da época, a Constituição de junho de 1789 levou essa promessa a sério, 'o objetivo da sociedade é a felicidade comum', declarava no seu primeiro artigo '*Le but de la société est le bonheur commun*'" (MACHON, 2009, p. 267).

tese, não faz sentido teses como *a Indústria da Felicidade* ou *a Imposição da Felicidade*.

Obviamente que tal ideia não deixa de exercer um papel importante, desde os gregos, na tradição ocidental eurocêntrica. É claro que o conceito de felicidade pública, tanto na Revolução Americana quanto na Revolução Francesa, teve um papel apelo de convencimento e de capacidade de mobilização. Jefferson, o terceiro presidente dos Estados Unidos, escreveu sobre a busca da Felicidade³² e, obviamente, a ideia de felicidade está presente, desde os pais fundadores, na tradição estadunidense. Cabe destacar que ideologias tão distintas – como o comunismo platônico e o comunismo francês – utilizaram a ideia de felicidade pública. A promessa de felicidade, certamente, figura nas promessas dessas duas formações políticas e programas políticos. Não precisamos, porém, expor aqui, detalhadamente, que, apesar dessas duas ideologias buscarem, como meta, a felicidade pública, uma (Platão)³³ a compreende como uma vida de excelência do corpo e da alma tendo como base a retidão, a beleza, a boa reputação e a virtude; já a outra é calcada nos prazeres sensuais e na busca de condições materiais. Saint-Just assim escreveu sobre a felicidade revolucionária: “(...) oferecemos-vos uma felicidade de ódio à tirania, dos prazeres de uma pequena casa de campo e de um campo fértil lavrado pelas vossas mãos. Oferecemos ao povo a felicidade de estar tranquilo e de ser livre”³⁴.

Finalizamos, assim, nosso argumento sobre felicidade como ideologia. De acordo com nossa tese e em conformidade com os nossos conceitos, a felicidade não pode ser uma ideologia, talvez apenas um componente de alguma ideologia. Assim, verificamos – em todas as ideias de felicidade – uma projeção de vida boa. E esse ideal de vida boa varia conforme as várias visões de mundo.

³² JEFFERSON, T, 2012.

³³ PLATÃO. *Leis*, 2010, p. 210.

³⁴ SAINT-JUST, “Rapport au mon du comité de Salut publique sur les Factions de l'étranger” (apud MACMAHON, 2009, p. 268).

3 O DESENCANTAMENTO DA IDEIA DE FELICIDADE

Os gregos nos legaram dois *mythos*, *par excellence*, referentes aos perigos da separação irrestrita entre *logos*, o discurso racional, e as outras ordens de discurso, principalmente o discurso analógico dos mitos. O primeiro *mythos* é a Condenação de Sísifo, destinado, por desafiar os deuses, a empurrar uma rocha até o cume de uma montanha, de onde ela rolaria abaixo *ad eternum*, deixando o pobre Sísifo obstinado a equilibra-la no cume da montanha. Os deuses tinham retirado de Sísifo o *logos*, lhe restando apenas a esperança do sacrifício, do *mythos*. Apenas porque lhe toliram o *logos* que o seu “trabalho” era em vão. Sísifo estava obcecado pela ideia – sem *logos* – de conseguir equilibrar a rocha no cume da montanha. Já Ícaro, é o oposto do *mytho* de Sísifo. Este acreditou tão fielmente em sua tecnologia, advinda do *logos*, que se esqueceu de que a *Thike* também atinge os *logoi*. Aproximou-se do Sol e teve um fim trágico. Mas há, na historiografia ocidental, um documento fundamental sobre a cisão entre *logos* e *mythos*, o Evangelho de João, 1:1: “No princípio era o Logos, e Logos estava com Deus, e Deus era o Logos” (2017, p. 319). Incrivelmente, é no Novo Testamento, que encontramos os “sinais” mais nítidos do desencantamento do mundo ocidental.

Preferimos fazer uma distinção entre *techné* e *thike* baseada, principalmente, em Jaeger (1986) e Nussbaum (2019). Mas, nosso “método” genealógico se deve muito às leituras weberianas e, ao reconhecimento do que está em jogo, na genealogia de Weber, o “desencantamento”, lento, do “mundo” ocidental. Os séculos desencantados, que podemos remeter a partir da pré-modernidade ocidental (séculos XIV e XV), começam a operar uma verdadeira oposição entre o discurso racional (*logos*/logístico) e o discurso mitológico (*mythos*), ou seja, o discurso analógico (apropriado a alegorias, mitos, metáforas e símbolos). Na Antiguidade Clássica grega, o *logos* não era contraposto ao *mythos*, eram complementares. Assim é que podemos ver, nas obras platônicas, o encadeamento lógico de conceitos e definições até chegar ao momento em que Platão não pode mais usar apenas os recursos do *logos* e, ele, então, o complementa com alegorias e mitos. Todo estudante de Platão reconhece as

várias alegorias e mitos na obra platônica, sendo a mais difundida a do Livro VII de sua *República*: O mito da Caverna (que é, na verdade, uma alegoria).

As obras weberianas são difíceis. Todo estudante, diante delas, reconhece a rigidez discursiva de Weber e, por isso, usando o mesmo método genealógico, optamos por uma obra mais acessível em termos de clareza – a obra *Em defesa de Deus*, de Karen Armstrong (2011). Nela percebemos como, aos poucos, a ciência (*logos*) foi se separando da religião (*mythos*) até, no Ocidente, tornarem-se discursos opostos, sendo a religião relegada ao irracional e ao emotivo. Muito disso se deve à confusão criada pelos próprios defensores da fé. Muitos teólogos, afirma Armstrong (2011), foram influenciados por Descartes e seu discurso do método. Aliás, o pai do racionalismo moderno era cristão. Descartes (1965), com sua “prova” da existência racional de Deus, acirrou os novos ânimos dos teólogos que já “caminhavam” cada vez mais de encontro ao *logos* para provar a existência de Deus (ARMSTRONG, Parte II: O Deus Moderno, 2011). Mas a “religião” científica alcançou seu cume com o cristão fervoroso Isaac Newton, que começou a acreditar que poderia provar a existência de Deus com sua *mecânica*. A maior parte dos escritos de Newton são teológicos (BREWSTER, 1985, p. 347-348).

Logo, os físicos e os cientistas desenvolveram a física newtoniana – e “os dias de Deus” estavam contados. Se alguém afirmasse a Tomás de Aquino “Deus não existe!”, a resposta provável de Aquino seria: “Eu sei que não posso afirmar que Deus existe ou não, pois qualquer tentativa lógica de provar a existência de Deus é defini-Lo, é imaginá-Lo, o que é uma contradição em termos”. Para Aquino, ir além do Primeiro Motor, com o discurso lógico, é buscar compreender Deus, o que é inconcebível. Conhecer Deus ou afirmar que conhece Deus era – até o século XIII – um pecado: idolatria.

Os teólogos modernos, porém, não se interessam mais por Tomás de Aquino³⁵. Agora, a nova religião cristã (moderna) afirma que Deus é Onipresente e Onipotente, e não acha mais que essas afirmações sejam idólatras. Os cristãos modernos, por extensão, também se “banharam” com o discurso lógico e não aceitam, nos “séculos secularizados” (desencantados), outro discurso que não seja o da razão ou o oposto, o das emoções (sentir Deus dentro de si, agindo). Quando Weber (2011), em sua palestra “Ciência como Vocação”, disse que aquele que não concordasse com a

³⁵ Há exceções, é claro, como Paul Tillich (1962).

secularização do mundo que voltasse para o seio das “velhas igrejas”, não estava se referindo às igrejas que restaram na Alemanha, que não foram incendiadas ou destruídas pelos protestantes. Não, era uma afirmação taxativa: “volte em silêncio, com os ombros e a cabeça baixa, para o seio das velhas igrejas, ou seja, volte sozinho para a Antiguidade Clássica, quando o *logos* e o *mythos* não eram contrapostos, mas complementares. Mas saiba, que o Ocidente não irá te acompanhar” (WEBER, 2011, p. 63).

Para Weber, o conceito de racionalização do Ocidente refere-se a um processo histórico (como tipo ideal histórico, é claro) que abarca todas as dimensões da vida: da arquitetura à música, passando pelo Estado, até a economia e a ciência³⁶. Tal processo gera uma conduta racional com relação a fins ou objetivos, implicando a disposição dos indivíduos ocidentais (sob a cultura eurocêntrica) em adotar uma conduta de vida intelectualizada³⁷.

Um dos fatores preponderantes, que implicam a racionalização³⁸ do Ocidente, é a descoberta do conceito lógico/formal pelos gregos. Assim, vemos na ideia de felicidade, preponderante desde a Modernidade, uma dominação de conceitos utilitários de felicidade (tal fato se deve, supomos, à tentativa primordial da filosofia utilitarista em se “transformar” em corrente interpretativa/científica na área social), principalmente para o tratamento “científico” da felicidade. Para isso, remontamos (também como um tipo ideal) às ideias principais de felicidade desde os gregos até a contemporaneidade.

Como uma ideia “durável”, a felicidade nos remete aos gregos³⁹. Primeiro, “apareceu” como uma ideia, ou ideias encantadas vinculadas mais à sorte, ao acaso,

³⁶ Stephen Kalberg (2010), em seu artigo “Max Weber’s Types of Rationality: Cornerstones for the Analysis of the Rationalization Processes” (in History), atribui tal noção weberiana a uma das mais complexas noções na obra do autor. Weber distingue quatro tipos de racionalidade no processo de racionalização do Ocidente: racionalidade prática, racionalidade teórica, racionalidade substantiva e racionalidade formal. Nesse sentido, atribuir a Max Weber a pecha de teórico da racionalidade instrumental é, no mínimo, desconhecimento da obra do sociólogo alemão. É o que faz Horkheimer, em *Eclipse da Razão* (1976).

³⁷ Ver Weber (2004, p. 41-83) *Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, parte 1-2.

³⁸ Segundo Freud: “(...) a racionalização se apresenta como uma intelectualização progressiva da vida; despoja o mundo dos seus encantos e de sua poesia; a intelectualização é desencanto. Em suma, o mundo se torna cada vez mais a obra artificial do homem, que o governa quase como se comanda uma máquina. Não há, pois, motivo de espanto ante o impulso formidável da técnica e de seu corolário, a especialização, graças a uma divisão e uma subdivisão cada vez mais avançadas do trabalho” (1977, p. 107).

³⁹ O conceito “ideia durável” à felicidade remete à tese de que a noção de felicidade só pode ser uma construção (racional). Não há nenhuma prova de que a felicidade seja uma emoção humana (portanto, uma característica universal), nem um sentimento correspondente a certos “tipos” emocionais. Aliás, se tratado como sentimento, não há “provas lógicas/teóricas” de tal noção. A felicidade como

à intervenção divina. Sabemos, porém, desde Max Weber, para que algo se desencante⁴⁰ deve estar, primeiramente, encantada⁴¹. Também sabemos, com Weber, que “as coisas”, o mundo real, devem ser explicadas e simbolizadas. Logo, ideias, símbolos, conceitos, que se ligam a uma teoria, a uma explicação de mundo, forçam e participam das ações dos homens, guiando-os e justificando-os. Tal fato acontece porque a relação com ideias e significados exige formas de pensar (aqui, no sentido de projetar ações conforme...) e de agir⁴². Um dos fatores preponderantes, que implicam a racionalização⁴³ do Ocidente, é a descoberta do conceito lógico/formal pelos gregos. Assim, vemos, na ideia de felicidade, preponderante desde a modernidade, uma dominação de conceitos utilitários de felicidade (tal fato se deve, supomos, à tentativa primordial de a filosofia utilitarista se “transformar” em corrente interpretativa/científica na área social), principalmente para o tratamento “científico” da felicidade. Para isso, remontamos (também como um tipo ideal) às ideias principais de felicidade desde os gregos até a contemporaneidade.

Como uma ideia recorrente na história do pensamento ocidental, a felicidade nos remete aos gregos⁴⁴. Primeiro, “apareceu” como uma ideia, ou ideias encantadas

sentimento é um “produto” moderno, mas nem assim pode ser sustentada teoricamente. Mostraremos adiante que tanto economistas, filósofos utilitaristas, neurocientistas, partem de noções muito esquemáticas de felicidade (o que é legítimo), mas se valem de certo *status* propagandista de tal termo, geralmente associado a prazer e atividades prazerosas, limitando-se a apenas um aspecto de nossa tradição. Ver as provas apresentadas por William Davies no cap. II – *The Price of Pleasures* (41-70), em sua obra *The Happiness Industry* (2016).

⁴⁰ Lembramos, citando Pierucci (2000, p. 122, *grifos nossos*), que *desencantamento do mundo* não pode ser confundido com *secularização do mundo*. Esses termos não são sinônimos na obra weberiana. “Enquanto o desencantamento do mundo fala da ancestral luta da religião contra a magia [...], a secularização, por sua vez, nos remete à luta da modernidade cultural contra a religião”.

⁴¹ Ver Wolfgang Schluchter (2014, Cap. I)

⁴² O exemplo clássico, weberiano, é comparar duas visões de mundo. Resumimos: “Os judeus são o povo escolhido...”; contraponto: “De agora em diante, não há judeu nem gentio, homem ou mulher, senhor ou escravo, todos são filhos do Senhor”.

⁴³ Segundo Freud, “(...) a racionalização se apresenta como uma intelectualização progressiva da vida; despoja o mundo dos seus encantos e de sua poesia; a intelectualização é desencanto. Em suma, o mundo se torna cada vez mais a obra artificial do homem, que o governa quase como se comanda uma máquina. Não há, pois, motivo de espanto ante o impulso formidável da técnica e de seu corolário, a especialização, graças a uma divisão e uma subdivisão cada vez mais avançadas do trabalho” (1977, p. 107).

⁴⁴ A afirmação/concepção de “ideia durável” remete à tese de que a noção de felicidade só pode ser uma construção (racional). Não há nenhuma prova de que a felicidade seja uma emoção humana (portanto, uma característica universal), nem um sentimento correspondente a certos “tipos” emocionais. Aliás, se tratada como sentimento, não há “provas lógicas/teóricas” de tal noção. A felicidade como sentimento é um “produto” moderno, mas nem assim pode ser sustentada teoricamente. Mostraremos adiante que tanto economistas, quanto filósofos utilitaristas, neurocientistas, partem de noções muito esquemáticas de felicidade (o que é legítimo), mas se valem de certo *status* propagandistas de tal termo, geralmente associado a prazer e atividades prazerosas, limitando-se a apenas um aspecto de nossa tradição. Ver as provas apresentadas por William Davies no Cap. II – *The Price of Pleasures* (41-70), em sua obra *The Happiness Industry* (2016).

vinculadas mais à sorte, ao acaso, à intervenção divina. Sabemos, no entanto, desde Max Weber, que, para algo se desencantar⁴⁵, deve estar, primeiramente, encantado⁴⁶. Também sabemos, com Weber, que “as coisas”, o mundo real, devem ser explicadas e simbolizadas. Logo, ideias, símbolos, conceitos, que se ligam a uma teoria, a uma explicação de mundo, forçam as ações humanas e delas participam, guiando-os e justificando-os. Tal fato acontece porque a relação com ideias e significados exige formas de pensar (aqui, no sentido de projetar ações conforme...) e de agir⁴⁷.

Para Weber, o mundo encantado baseia toda a sua eficácia em *meios mágicos* de explicação e de ações. Tais meios mágicos fogem ao racional formal e ao controle epistêmico. Obviamente, para Weber “o mundo encantado” e o “mundo desencantado”, enquanto processos de compreensão individuais, sempre estarão presentes, mas, enquanto processos explicativos de períodos sócio-históricos temporais, um precede e dá lugar ao outro⁴⁸, mesmo que um não determine a exclusão do outro.

É o caso da ideia de felicidade, para os gregos trágicos, que estava sob o domínio do encantamento. As representações de felicidade que nos chegam, através dos trágicos gregos – como Heródoto e Homero e, mais tarde Sófocles, Eurípides e Ésquilo –, dão conta do emprego de palavras como *olbios*, *makarios* e *eutychia*⁴⁹ aos grandes heróis. Estes eram bem-aventurados, favorecidos pelos deuses e sortudos e favorecidos pelos deuses⁵⁰. Também o substantivo *eudaimonia*, nos trágicos, indicava a sorte de ter um bom demônio ao nosso lado⁵¹. Para os trágicos, a felicidade pertence ao mundo encantado. Para Jaeger, a obra de Sófocles revela o “afundamento do herói na dor trágica” (1986, p. 230-231). Tanto Édipo quanto Elétra elevam-se, apesar da e

⁴⁵ Lembramos, citando Pierucci, que “*desencantamento do mundo* não pode ser confundido com *secularização do mundo*” (2000, p. 122, *grifos nossos*). Esses termos não são sinônimos na obra weberiana. “Enquanto o desencantamento do mundo fala da ancestral luta da religião contra a magia [...], a secularização, por sua vez, nos remete à luta da modernidade cultural contra a religião” (WEBER, 2011).

⁴⁶ Ver Wolfgang Schluchter (2014, Cap. I)

⁴⁷ O exemplo clássico, weberiano, é comparar duas visões de mundo. Resumimos: “Os judeus são o povo escolhido...”; contraponto: “De agora em diante, não há judeu nem gentio, homem ou mulher, senhor ou escravo, todos são filhos do Senhor” (ver Epístola I aos Gálatas de Paulo. IN: BÍBLIA, vol 2. NOVO TESTAMENTO, 2018).

⁴⁸ “Weber não descreve, naturalmente, qualquer desenvolvimento linear, porém um processo em que o progressivo desencantamento do mundo e seu contínuo encantamento permanecem entrelaçados [...]” (SCHLUCHTER, 2014, p. 39).

⁴⁹ Sobre a tradução do grego, mantivemos a forma que encontramos nos textos dos tradutores. Assim, há formas como *téchne*, *techné* e *tékhnē*, *tekhné*, *tique*, *tikhé*, ou *týkhe* por exemplo, indicando o mesmo sentido do termo.

⁵⁰ Ver Heródoto, *História*, Livro I (2019).

⁵¹ Ver Darrin MacMahon (2009, p. 20 e 21).

pela “(...) completa destruição de sua felicidade terrena ou da sua existência física e social” (1986, p. 230). Segundo Jaeger, toda a tragédia grega anuncia o desenvolvimento ético do ser humano sofredor, do seu Ésquilo, que encontra o repouso do coração apenas quando compreende a “(...) inanidade espectral da força humana e da felicidade terrena” (1986, p. 231).

Na tragédia grega, os deuses destroem e constroem, ferem e salvam. É a parte do incompreensível que está em jogo. Tão incompreensível é a “senda da dor” quanto o milagre da salvação (JEAGER, 1986, p. 232). A ideia de felicidade começa a se desencantar, na Grécia, especialmente em Atenas, no século V a.C., esse desencantamento está associado a um processo muito maior, que engloba todas as concepções ideais de cultura e de formação para a pólis. “Foi das necessidades mais profundas da vida do Estado que nasceu a ideia de educação, a qual reconheceu no saber a nova e poderosa força espiritual daquele tempo para a formação de homens, e a pôs a serviço dessa tarefa” (JAEGER, 1986, p. 234).

Essa necessidade foi suprida, inicialmente, pelos sofistas – educadores que ensinavam um tipo especial de *arete* por dinheiro. Tal conhecimento estava relacionado à formação dos novos chefes de Estado, que agora deveriam convencer, pela eloquência, os demais cidadãos. Conforme Zeller (1955, p. 78-9), vários nomes consagrados na história grega do século V foram alunos dos sofistas, como Péricles, Tucídides, Sófocles, Aristófanes, Fídias, o que já demonstra a importância de tais educadores para a Grécia antiga, em que pesem as críticas de Sócrates e Platão⁵².

É com os sofistas – e só com os sofistas –, segundo Zeller (1955), Jaeger (1986) e Nussbaum (2019), que surge uma ideia e teorias da educação racionais⁵³. O primeiro passo para o desencantamento da ideia de felicidade, no Ocidente, é dado pelos sofistas. Tal ideia de felicidade (aqui o substantivo *eudaimonia* torna-se racional e faz parte do projeto de cultura e formação do homem grego) começa a se desembaraçar, a se afastar da ideia de *týkhe* e se volta à ideia de *areté* e de *tékhne*⁵⁴. Jaeger pretende-se sumário ao afirmar que “[a] velha educação helênica, anterior aos

⁵² Apesar de restarem poucos escritos “originais” dos sofistas, a crítica especializada encontra, nas obras de Platão e Aristóteles, o esboço e a delimitação de tais teorias. Ver, por exemplo, Zeller (1955), Jaeger (1986), Nussbaum (2019).

⁵³ Não nos arriscaremos a vincular o nascente Estado democrático ateniense à necessidade de homens eloquentes e treinados, como o faz Jaeger, Diels, Jardè e Foulanges. Tal afirmativa pode ser recorrente nos especialistas, mas nos interessa, aqui, “catar”, nas entrelinhas destes e nas suas interpretações, algo que não estava entre suas preocupações centrais: a felicidade enquanto ideia.

⁵⁴ Ver Nussbaum (2019, p. 277-298).

sofistas, ignora a distinção entre religião e cultura⁵⁵ (1986, 244). Está profundamente enraizada no religioso. A cisão tem lugar (começa a ter lugar, na verdade), no período dos sofistas, que é, ao mesmo tempo, a época da criação da ideia consciente de educação”.

Em nossa opinião, MacMahon (2009, p. 35-80), apresenta uma argumentação correta ao afirmar que – a partir dos sofistas e, sobretudo, com Sócrates – a *eudaimonia* se torna assunto predominante e liga-se ao bem supremo. Mas, para a nossa perplexidade, suas provas e a vinculação da felicidade aos rituais dionisíacos mostram-se totalmente desprovidas de justificação epistêmica. Podemos perceber o contrário, porque, tanto para os sofistas, quanto para Sócrates e Platão, a *eudaimonia* se prende a um conteúdo positivo e racional, ligando-se à *tékhnē*. Ligar, entretanto, sua argumentação a vasos gregos do século IV, disponíveis no Museu Britânico, em nada prova a vinculação da felicidade a banquetes e orgias.

Obviamente que MacMahon não estava muito interessado, em sua brilhante obra, na origem e no legado racional da felicidade, tanto que dedicou poucas páginas à cultura helênica, incluindo em tal capítulo figuras que não tiveram peso algum nesse debate. E mais: ainda atribuiu pesos equivalentes a Platão e Aristóteles para o mundo Antigo. Escreve MacMahon: “no contexto do mundo da Antiguidade, a importância dos dois era respeitosamente reconhecida (alude aqui a Platão e Aristóteles) (...)” (2009, p. 65). E continua: de tal modo que várias décadas após a morte de Aristóteles, um viajante instruído não poderia deixar de passar pelo jardim de Epicuro (...) (2009, p. 65).

E tem mais: “com o centro de ensino do próprio Aristóteles, o Liceu, e o do seu mestre, a Academia, estas e muitas outras escolas competiam abertamente por adeptos, oferecendo em troca a possibilidade da felicidade terrestre” (2009). Tais inverdades e erros históricos são tão óbvios que não nos deteremos em suas refutações⁵⁶. Apenas nos salta aos olhos a repetição de tais argumentos em teses e

⁵⁵ Não podemos esquecer que essas noções (religião, natureza e cultura) são muito mais distintas para os gregos helênicos do que para os europeus modernos banhados pela tradição judaico-cristã. Mesmo assim, com os sofistas os deuses começam a receber questionamentos consideráveis. Basta notarmos a velha frase – atribuída a Protágoras – de que “O Homem é a medida de todas as coisas”. Ver tal comparação em Nussbaum (2019, p. 374-375, nota 3).

⁵⁶ Aristóteles, de Éstagira, era uma *meteco* (sem direitos políticos) em Atenas. Tanto que, após a morte de seu mestre, Platão, não herda a sua Academia. O status social de Aristóteles é bem menor do que a de Platão. Apesar da grande influência de Aristóteles na política, vide seu pupilo Alexandre o Grande, o estagirita não pôde ser ombreado a Platão em influência no mundo antigo. Ver a bela introdução e comentários de Edson Bini em *Ética a Eudemo* (2015).

dissertações sobre o tema da felicidade. O desencantamento da ideia de felicidade não ocorreu de forma linear temporalmente, como exposto por MacMahon (2009), e Aristóteles foi sim personagem importante, mas não em seu tempo cronológico, pelo menos no que tange à ideia de felicidade para o Ocidente.

É preciso salientar a distinção entre o transcurso histórico da ideia de felicidade e a importância das teses sobre a felicidade que nos chegam dos antigos. Tanto as implicações históricas quanto as obras estão dispostas no *mercado de ideias*⁵⁷. Algumas obras influenciam desde o seu próprio tempo e outras não; repousam até que voltem a ser consumidas. As ideias de felicidade de Aristóteles não influenciam tanto o mundo helênico quanto as ideias platônicas. Não há, porém, nenhuma prova disso. Alegar que Aristóteles foi preceptor de Alexandre não satisfaz. Aliás, Aristóteles foi um dos que Plutarco, em sua *Biografia de Alexandre*, sugeriu como possível envolvido no assassinato do Imperador. Mas tal controvérsia não é necessária para a tese defendida aqui.

Fato é que as escolas “menores” – influenciadas tanto pela filosofia platônica quanto aristotélica – não lograram sucesso e popularidade a partir do século I em nosso “mundo ocidental”. O *sofrimento* ganhou a arena; estoicismo e epicurismo serviram apenas de “filosofias” de apoio à interpretação paulina do mundo.

Nem a possível perseguição e oposição do imperador Marco Aurélio aos cristãos (no século II) impediu a hegemonia cultural do cristianismo. Já no século I, antes do estoicismo ganhar um “fôlego” social e cultural, em 89, Domiciano expulsa os filósofos de Roma⁵⁸. Obviamente que, para o mercado de ideias, o estoicismo deu continuidade a duas tradições e, em especial, a duas noções caras ao pensamento filosófico grego: o problema da felicidade e o ideal do sábio. Dois temas que deviam “andar” juntos na filosofia clássica, segundo Veyne: “[...] a diferença era que o epicurismo visava sobretudo libertar os homens de suas falsas necessidades e suas angústias ilusórias, enquanto o estoicismo lhes ensinava a manter-se numa atitude de paciente esforço, a fim de limar pouco a pouco os maus hábitos de pensamento que lhes ocorreram desde o nascimento” (2016, p. 49-50).

⁵⁷ *Mercado de Ideias* (BOUDON, 1987) e *Mundo 3* de Popper (1991) são as teorias, conceitos, obras de arte que estão dispostas a nós (em livros, blogs, sites, paredes, telas, Cd's) e não dependem mais de seus autores, pois se tornaram públicas.

⁵⁸ Ver Paul Veyne (2016, p. 273).

3.1 PLATÃO E A RACIONALIZAÇÃO DA EUDAIMONIA

“Diga-me agora, ó Cálicles, um homem que tem uma comichão, se coça e pode se coçar até fartar-se, coçar-se a vida inteira, também pode ser feliz?” (Górgias, 494 d).

Apesar de começarmos com uma citação do Górgias da obra de Platão (2015), nossa análise da ideia de felicidade em Platão recai sobre outra obra sua: *As Leis* (2010). O Górgias é o diálogo mais citado quando se trata do tema da felicidade. Ali, a felicidade é teorizada como virtude, ou seja, resultado de ações virtuosas. A felicidade⁵⁹ está em atingir a ideia de Bem. É através da educação das paixões e sentimentos⁶⁰, quando os sentimentos se harmonizam com a razão, por meio de treinamentos adequados desde a infância, quando o amor, o prazer, a dor e o ódio nascem com justeza na alma antes do despertar da razão e uma vez que esta desperta, harmoniza-se com os sentimentos (Livro II, 653 b, c).

Nesse sentido, como expomos acima, a felicidade individual depende (p. 103), e é o que interessa a Platão, da felicidade do Estado (Livro III, 683,6) (p. 145). Ou seja: para Platão, assim como devemos harmonizar nossos sentimentos conforme a reta razão, pois é a razão que deve nos comandar, o Estado deve, para o filósofo, governar e harmonizar os governados pela razão (ver nota 3, Livro III, de Edson Bini, 2010, p. 153). Entre o começo, o meio e o fim de todos os seres que existem, a Justiça os acompanha sempre e esta é acompanhada por todo aquele que deseja a felicidade (716 a, 2010, p. 189, Livro IV). Há, para Platão, quatro vidas infelizes: a do tolo, a do covarde, a do licencioso e a do enfermo. Obviamente, o sábio, o corajoso, o temperante e o saudável têm vidas felizes. Assim, o prazer e a dor fazem parte da vida feliz, mas sob determinada medida (Livro V, 733 e, p. 209). Aqueles que vivem na intemperança vivem assim por ignorância (734 b, idem).

“Concluimos que o primeiro conjunto de vidas se classifica como mais prazeroso que o segundo, quer dizer, as vidas de temperança, de coragem, de sabedoria e de saúde são mais prazerosas que as vidas do licencioso, do covarde, do tolo e do enfermo” (PLATÃO, 2010, p.210). E prossegue: “Em suma, a vida que conta com a excelência da alma e do corpo comparada àquela que abriga o vício não é

⁵⁹ Nas *Leis*, faz parte da proposta política de Platão, e por isso nos interessa mais.

⁶⁰ Platão distingue *thymos* = paixão, sentimentos (p. 153) de *epithyia* – apetite; desejos.

apenas mais prazerosa como também é grandemente superior em beleza, retidão, virtude e boa reputação, de modo a fazer com aquele que a vive, viver sempre muito mais feliz do que quem vive a vida oposta” (PLATÃO, *Leis*, V, 734 e, 2010, p. 210).

No Livro VII das *Leis*, Platão conclui que a felicidade só é compatível com o bem coletivo. As boas leis devem reger corretamente tanto a casa quanto o Estado. Só assim o cidadão, isto é, o ser político, poderá atingir a felicidade (790 b, p. 277). Não só isso: os bebês devem, conforme o argumento do Livro VII, receber um tratamento apropriado quanto às suas almas e seus corpos.

Lendo as *Leis*, é difícil não concordar com Popper (1987, Cap. VI, A Justiça Totalitária, p. 100-134), quanto à supressão da liberdade individual nas *Leis* de Platão. Voltando às *Leis*, Platão põe um enorme peso à educação da criança. O faz concebendo a criança como a mais intratável das criaturas selvagens: “(...) a criança é uma criatura traiçoeira, astuciosa e sumamente insolente, diante do que deve ser atada, por assim dizer, por múltiplas rédeas, a começar quando deixa o cuidado da ama e da mãe, quando está com os tutores, que norteiam em sua puerilidade e depois disso com todos os professores de todas as modalidades de matérias e lições, que a tratam como convém a uma criança nascida livre. Por outro lado, precisa ser tratada como um escravo e qualquer homem livre que encontrar a criança, o tutor ou o professor agindo incorretamente a castigará” (2010, p. 302, 807 e).

O meio, por excelência, de atingir o melhor Estado possível é a educação e, por extensão, é pela educação do corpo e da alma conforme à razão que chegaremos à felicidade. A educação como técnica, conforme ao estabelecimento das leis racionais de um Estado, livra os cidadãos dos vícios e da infelicidade.

A felicidade, em Platão, se torna uma ideia transfigurada num ideal realizável conforme uma técnica racional. Passa definitivamente, no que se refere à filosofia, para o lado da *tékhne* e do *logos*, não caminha mais com a *týkhe*. Não é um componente da sorte ou do azar. Agora, mais ainda, há meios de se alcançar a felicidade. A felicidade é um projeto racional.

3.2 ARISTÓTELES E A EUDAIMONIA

Aristóteles, em sua *Ética a Nicômaco*, considera haver um consenso em relação ao bem supremo que os indivíduos almejam na vida, a *eudaimonia* (E.N. I, 4,

15-25). Mesmo que não haja acordo sobre o que é a felicidade, essa definição sugere um “estado de espírito mediante a posse de algo”. Para o filósofo peripatético, podemos dividir os vários entendimentos de felicidade em três tipos: 1) aqueles que buscam e identificam a felicidade com o prazer; 2) outros que identificam a felicidade com as virtudes políticas (honra, no caso aristotélico); e 3) os que identificam a felicidade com a vida contemplativa. Mas Aristóteles reconhece que a maioria das pessoas prefere uma vida de Sardanapalo⁶¹.

Essa busca, essa engenharia ou *téchne*, que leva à vida contemplativa, escolhida por Aristóteles como a via superior para a felicidade, é um legado da filosofia grega, perseguida pelas sociedades ocidentais, na tradição eurocêntrica. O *logos* e os sentimentos ligados à ideia de felicidade se internalizam tanto nos indivíduos desde a mais tenra infância, que se torna difícil, depois, alguém que nutra a ideia de infelicidade como objetivo; no máximo (voltaremos a esse ponto mais tarde), o sofrimento é encarado como algo libertador para uma vida de felicidade plena no *post-mortem*, como podemos observar na tradição cristã com sua *vita beata*.

Podemos asseverar, então, que há um certo “padrão” ou “molde” do “ser feliz” ligado à inquirição “quais as técnicas e as escolhas efetivas⁶² para se viver bem, feliz?”. Ao escolher a felicidade, escolhemos o que, por transitividade, para usar uma expressão de Sara Ahmed, se relaciona com ela: o que “ter” e o que “ser”, para usar um jargão popular⁶³.

3.3 O CRISTIANISMO

Tentar explicar, em termos sociológicos, que, a partir da primeira metade do século I, pescadores e leprosos, pessoas de baixa condição social, deficientes físicos/mentais e mulheres de baixo status social (donas de casa, prostitutas, parteiras) passaram a crer numa visão de mundo totalmente inusitada e que tal visão

⁶¹ Rei mítico da Assíria no século IV a.C. Segundo algumas versões gregas, estava escrito em seu epitáfio: “Eu, Sardanapalo, filho de Anacindaraxes, construí Anquial e Tarso em um dia. Comi, bebi, vivi em orgias; todo o resto não vale isto”.

⁶² Sobre *escolhas efetivas*, entendemos aquelas escolhas sobre casamento, profissão, estilo e status de vida. Escolha efetiva está em oposição teórica ao simples escolher diário, corriqueiro. Aliás, cremos que o “escolher corriqueiro” depende em muito das escolhas efetivas.

⁶³ Não trataremos da filosofia helênica, que seria o passo seguinte na pequena história da felicidade, porque se trata de maior radicalização ainda, em termos de controle racional, de *tekhné*, da ideia de felicidade. Basta referir, das muitas obras sobre o tema, o livro de Dejalma Cremonese (2017) e seu cap. VI sobre A Filosofia Helênica.

de mundo se tornou um dos pilares do mundo eurocêntrico é uma missão difícil, talvez bem mais difícil de explicar, em termos sociológicos, por que, em uma parte da Grécia, em dado momento histórico, surgiu a filosofia⁶⁴. Podemos apelar à exploração de classe, ao poder político (que enxergou em tal visão de mundo uma ética de cordeiros), à personalidade de um homem político, a todas essas hipóteses juntas e mais outras. Mas tal fenômeno, tal visão de mundo, contou com vários acidentes, ações não premeditadas e um retórico genial. Historiadores e especialistas não têm dúvida de que o Paulo histórico foi um grande retórico, filósofo e literato do Ocidente.

Ninguém, dos especialistas e das provas que nos chegaram, nega que existiu uma figura, no século I, que se chamava Paulo e escreveu pelos menos sete cartas (Epístolas; umas são fragmentos reunidos⁶⁵). Que fundou as primeiras comunidades cristãs, que conhecia muito bem o grego e, inexplicavelmente, sobreviveu a apedrejamentos, a intempéries e aos romanos por um bom período temporal. Sua mensagem era a de um deus que se deixou assassinar “pelos filhos do Senhor [Deus]”. De uma mulher qualquer que “gestou” o filho de Deus, do *Khristós* (Ungido), que pregou uma nova visão de mundo para os gentios, tendo como base o perdão e o amor (LOURENÇO, 2017, p. 21). A partir de Paulo – e do Cristo histórico –, é claro, o Ocidente abandonou o ideal grego de Homem. O sofrimento e o mal elevaram-se – como preocupação intelectual – às justificativas intelectuais. A felicidade, enquanto ideal, tema e problema filosófico, encontrou-se com o sofrimento; o bem continuou soberano, mas agora devia contrapor-se ao mal. Platão e Aristóteles viam no sofrimento (saber sofrer pelas coisas certas) um item de fortalecimento do caráter – e o cristianismo percorreu o seu caminho inicial tendo o sofrimento como um “item” indispensável nesse mundo⁶⁶. Mas, para os cristãos iniciais, isto é, do século I ao IV e do V ao XII, este mundo, o mundo terreno, era um mundo de sofrimento.

⁶⁴ Concordamos, com Dale B. Martin (2012, p. 34), que os ideais de tolerância religiosa, a partir de Alexandre o Grande, facilitaram o desenvolvimento tanto do judaísmo quanto, mais tarde, do cristianismo. Tal fato, pode lançar certa “luz” explicativa, mas não é suficiente para explicar fenômeno tão importante para a nossa civilização.

⁶⁵ As sete cartas consideradas autênticas da figura histórica de Paulo são: 1ª Carta aos Tessalonicenses, 1ª Carta aos Coríntios, 2ª Carta aos Coríntios, Carta aos Filipenses, Carta a Filêmon e Carta aos Romanos, em ordem cronológica, segundo Frederico Lourenço (2017, p. 16) e Dale B. Martin (2012, p. 202).

⁶⁶ Mas, segundo Sanders (2015, p. 597-598), apesar de, na Carta de Paulo aos Filipenses (4,11), demonstrar que o apóstolo teve contato com o estoicismo, o ideal cristão difere (diferia) muito do ideal estoico, pois (na interpretação desde Paulo) os cristãos se autoproclamavam escravos e não visavam a nenhum tipo de ideal autônomo como os estoicos, isto é, a mensagem de Cristo (interpretada, principalmente, pelo Paulo histórico) deveria ser aceita, com fé. Para os estoicos, como lembra Veyne, “só a razão importa” (2015, p. 192).

Para uma discussão inicial, de síntese argumentativa, citamos aqui a obra de Santo Agostinho, *De beata vita*⁶⁷, na qual o doutor da Igreja identifica a vida feliz como aquela que está em sintonia com Deus.

Mais tarde, em *Retractationes*, Agostinho reelabora sua tese, afirmando que a vida feliz está “na vida futura”. E em *De Trinitate*, Agostinho de Hipona registra que a felicidade mundana é ridícula, mesmo a dos sábios, pois o viver em plena felicidade não é humano, próprios dos mortais. A plena felicidade só se dará aos escolhidos na imortalidade. Sem imortalidade não existe felicidade (Lc, 13, 7 a10). Ainda, no cap. XIII (16 a 20), Agostinho assevera que os *males* e *sufrimentos* desse mundo, mesmo que tenham vindo do pecado original, são benéficos aos eleitos, para que lutem pela verdade, a fim de alcançarem a felicidade.

Tal posicionamento agostiniano remete, em última instância, ao posicionamento paulino e suas contribuições retóricas, vinculadas à sua visão de mundo, que fundam a Igreja Católica. O Paulo histórico, daquilo que podemos apanhar de comentadores como N. T. Wright⁶⁸, Frederico Lourenço⁶⁹, Dale B. Martin⁷⁰ ou Jacques Liébaert⁷¹.

Essa visão de mundo, totalmente negativa ou, se quiserem, realista da terra, é defendida pelo Papa Inocêncio III (Lothario dei Segni) em seu tratado *On the Misery of the Human Condition* (Século XII). Tal tratado faz do excerto “As misérias do mundo”, de Schopenhauer (2018), uma leitura amena. Em seu principal capítulo, “The Miserable Entrance Upon The Human Condition”, o Papa assim escreve: “Why did I Come of my mother’s wombe to see labor and sorrow, and that my days should be in confusion?” (1969, p. 5). E prossegue: “If he said such things of himself, he whom the Lord sanctified in the womb, what am I to say of myself, whom my mother conceived

⁶⁷ Não encheremos páginas e mais páginas com argumentos sólidos sobre o domínio não só cultural, mas também político e ideológico da Igreja Cristã a partir do século IV. Citamos aqui a obra de Robert Wilken em *The Spirit of Early Christian Thought*. New Haven: Yale University Press, 2003.

⁶⁸ Thomas Nicholas Wright detém a cátedra de Novo Testamento e Cristianismo primitivo na Universidade de St. Andrews, na Escócia. Ver, de sua autoria, *Paulo: uma biografia* (2018).

⁶⁹ Frederico Lourenço é professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É doutor em Línguas Clássicas pela Faculdade de Lisboa. Ver sua obra, principalmente sua Introdução a Paulo (p. 17 a 26) em *Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse* (2018).

⁷⁰ Dale B. Martin é professor de estudos religiosos na universidade de Yale. Ver o Cap. Paul and Paulinism em sua obra *New Testament, History and Literature* (2012).

⁷¹ Jacques Liébaert morreu no ano da edição do primeiro volume de seu *Les Pères de L’Église* (1986), não podendo completar sua empresa. Mas, em sua obra, traduzida para o português, é exemplar a ideia de sofrimento legada pelo cristianismo. Ver seu capítulo 2, “Cristianismo e Judaísmo: Inácio de Antioquia”: “Eu sou o trigo de Deus e sou moído pelos dentes das feras para ser apresentado como puro pão de Cristo... Para mim, é melhor morrer para ir ao encontro de Cristo Jesus do que reinar sobre as extremidades da terra [...]. (ST. INÁCIO 4, 6-7 apud LIÉBAERT, 2013, p. 26).

in sin? Ah me, I shall have to say, Mother, why did use conceive me, son of bitterness and sorrow? (Idem, p. 5). Em suma, para Inocêncio III, feliz é aquele que morre antes de nascer⁷². A influência da doutrina religiosa sobre a conduta prática é crucial em boa parte dos séculos dominados pela Igreja Católica; logo, também é crucial para a influência da ideia de felicidade. Não havendo tal ideia, vinculada à visão de mundo teológica, esta “perde força” no mundo⁷³.

Podemos notar que até mesmo o aristotélico Tomás de Aquino (século XIII), nos comentários da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles (Livros I-III), interpreta a busca da felicidade humana como fim, pelo Estagirita, como a busca pelo Bem Supremo: Deus⁷⁴. A felicidade só é possível como caminho que leva à *beatitude*. Tomás de Aquino não nega Aristóteles, apenas reelabora sua tese com vistas ao “outro mundo”.

A interpretação religiosa da felicidade só começa a mudar, no Ocidente, com o protestantismo. Lutero não deu muita atenção à felicidade. Sua interpretação da felicidade terrena não difere muito de Agostinho e Tomás de Aquino, por exemplo, mas o luteranismo reestabelece o mundo terreno como destinado à obra de Deus, e não como uma instância provisória. Aliás, as obras, a exterioridade, importam. A Reforma Protestante foi mais uma das maneiras que o cristianismo encontrou, com seu *ethos* racional ascético, de colocar o sofrimento em primeiro plano, ou melhor, continuar com sua racionalização do sofrimento, da doação. Como escreveu Max Weber, o *ethos* protestante, se comparado à dominação da Igreja católica, “(...) é a forma mais insuportável que poderia haver de controle eclesiástico do indivíduo” (2004, p. 31). Difícil explicar o motivo de o *ethos* moderno ligar-se à felicidade, individual, antiascética e hedonista, como a encontramos ainda. Obviamente, está ligada ao mundo moderno ocidental, mas, como escreve Max Weber (2004, p. 38), se é para encontrar alguma relação entre o espírito protestante e o moderno capitalismo, não é em relação à pretensa alegria com o mundo e, muito menos, com a felicidade terrena.

⁷² Lothario dei Segni: “Happy are those who die before they are born, who suffer death before they know life” (1969, p. 9).

⁷³ No Livro II, de sua obra supracitada, Inocêncio III escreve: “Men strive especially for three things: riches, pleasures, and honors. Riches lead to immorality, pleasures to shame, and honors to vanity. Hence the Apostle John says, ‘Do not love the world or the things that are in the world, because all that is in the world is the concupiscence of the flesh and the concupiscence of the eyes and the pride of life’. The concupiscence of the flesh pertains to pleasures, the concupiscence of the eyes to riches, and the pride of life to honors. Riches beget covetousness and avarice, pleasures give birth to gluttony and lechery, and honors nourish pride and boasting” (1969, p. 33).

⁷⁴ Ver Tomás de Aquino, “Comentário à *Ética a Nicômaco* de Aristóteles I-III” (2015, Lição 4, p. 47-53).

3.4 A MODERNIDADE

Ao inquirir sobre o tráfego emocional, Sara Ahmed, em sua teoria das “economias afetivas”, propõe um modelo de funcionamento das emoções como “políticas culturais geopoliticamente situadas”. Segundo Ahmed, há uma instrumentalização pública dos sentimentos negativos e positivos. Para nós, nos interessa, como *mote* inicial, sua análise da felicidade.

Para Ahmed, “(...) a felicidade dita a organização do mundo” (2019, p. 22). E mais: muitas vezes, as normas sociais são definidas como bens sociais quando movimentos intelectuais e políticos se utilizam da ideia ou de alguma ideia de felicidade. Há um grande exagero nas palavras da filósofa, talvez por sua influência anglo-saxônica. Tal julgamento se deve, por parte de Ahmed, pela influência moderna da filosofia utilitarista (ou melhor, pelo movimento intelectual).

Podemos citar aqui o movimento intelectual (ou escola intelectual) iniciado por Bentham e propagado, em sua versão clássica, por Stuart Mill e Henry Sidgwick: o utilitarismo, baseado na ideia segundo a qual os indivíduos agem levando em conta um cálculo, hedonista. Esse cálculo repousa na tese de que o ser humano busca a maior soma e intensidade de prazer e a menor intensidade e momentos de dor. Na política, essa ideia utilitária segue: o governo deve primar pela maior felicidade geral. Bentham formula seu princípio da utilidade da seguinte forma:

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos (1989, p. 3).

Bentham, como podemos perceber, acreditava que somos governados pela dor e pelo prazer⁷⁵. Assim, até mesmo nossos conceitos relativos ao certo e ao errado derivam da dor e do prazer. Maximizar a utilidade, para Bentham, nada mais é do que maximizar a felicidade. Logo, o objetivo máximo das sociedades, em matéria moral, é maximizar a felicidade. A felicidade ao maior número de pessoas!

A crítica que se pode fazer ao sistema de Bentham é que o filósofo britânico reduziu tudo o que tem importância “(...) a uma única escala de prazer e dor” (SANDEL, 2019, p. 63). Obviamente, John Stuart Mill, o mais renomado utilitarista, no seu *Utilitarismo* (2000) e em outras obras, como *Sobre a Liberdade*, reformula os princípios utilitários reconciliando-os com a liberdade individual. Para Mill, a felicidade não deve ser pensada caso a caso, mas, sim, deve ser calculada a longo prazo. Dessa forma, a liberdade individual e os direitos individuais levarão, a longo prazo, à máxima felicidade humana. Portanto, tornar uma sociedade fechada (mesmo que seja para um aumento da felicidade momentânea), não permitindo a livre ocorrência de ideias, faz dela uma sociedade infeliz.

Stuart Mill, no seu *Utilitarismo* (2000), fundamenta-se na distinção entre prazeres. Para Mill, ao contrário de Bentham (1989), há prazeres mais elevados, e não se pode ter por base apenas a maior ou menor intensidade de prazer ao avaliar uma experiência pessoal. Mas Stuart Mill segue o mestre ao definir a felicidade como prazer e ausência de sofrimento e a infelicidade por dor e privação de prazer (Cap. II do *Utilitarismo*). Mill também tinha a intenção de reformar a sociedade em busca da maior felicidade ao maior número. Por isso, foi um dos primeiros intelectuais a lutar pela libertação feminina (vide sua obra *A sujeição das mulheres*).

Já Henry Sidgwick, em seu tratado *Os métodos da Ética* (*The methods of Ethics*, publicado pela primeira vez em 1874), vê no utilitarismo a busca pela maximização da felicidade. Ao contrário de Bentham, Sidgwick concorda com a crítica ao utilitarismo no que concerne ao princípio benthamiano. Para Sidgwick (1977), há vários princípios que governam a ação, mas os princípios de prazer e dor são os principais. Assim, Bentham errou ao identificar apenas os dois princípios para o agir humano, mas acertou em seus protagonismos. Por isso, Sidgwick mantém-se fiel ao princípio utilitarista como o único que pode assumir o papel de princípio lexical, ou

⁷⁵ Aliás, a crítica que Freud dirige à felicidade, em *O mal-estar na cultura* (2010), é completamente influenciada pela ideia de felicidade dos utilitaristas, principalmente Stuart Mill. Freud concebe a busca pelo prazer e a repulsa à dor como busca pela felicidade.

lexicográfico, a saber, um princípio que ordene e coloque em ordem todos os outros (*The methods of Ethics*, 1977, cap. IV).

Segundo Amartya Sen (2011, p. 306 e ss.), o utilitarismo foi – por muito tempo – a “teoria oficial” da economia do bem-estar social. Em contrapartida, a “(...) economia do bem-estar concedeu à felicidade o status de importância única (...) colocando-a como base da avaliação social e da elaboração de políticas públicas (2011, p. 306).

O fato é, a felicidade é um signo carregado de anseios sociais. Tal como a honra, o “ser feliz” não se identifica apenas com as subjetividades, mas também com um status, uma conduta ou performance⁷⁶. A prova da felicidade como conduta em nossa sociedade pode ser acessada nas redes sociais. Nas postagens em plataformas de relacionamento, há, sempre, pairando, as imagens do “ser feliz”. Restaurantes, viagens, drinks, comidas, bens..., enfim, várias “coisas” simbolizando o “ser feliz”. Podemos sugerir que a felicidade é, também, um valor social, e que pessoas infelizes, ou que não se “sintam” felizes a reafirmam socialmente. É um “padrão social” difícil de contornar. Somos levados a pensar que, talvez, seja mais importante afirmar socialmente um padrão de felicidade do que sentir-se feliz.

Para Sarah Ahmed, há certos lugares ou *topos* da felicidade – e todos esses *topos* são valores sociais: casamento, emprego, família, comunidade. Há um certo “roteiro” pré-estabelecido à felicidade. Esse “roteiro”, ou, se quisermos algo mais claro, essa imagem de felicidade é dependente da época e do curso da nossa própria existência (2019, p. 29-30). Aceitamos, então, a tese de que sofremos e somos regulados por constrangimentos sociais. Tais constrangimentos não são determinados socialmente, à maneira de Durkheim, mas as normas, os valores e as crenças são disponibilizados socialmente aos indivíduos. É possível, assim, inferir que a felicidade é socialmente construída. Indivíduos ou grupos podem e efetivamente transformam as ideias de felicidade recebidas, mas, primeiramente, devem confrontar-se com as ideias disponíveis socialmente⁷⁷.

⁷⁶ Para uma prova retórica, ver os vários artigos de jornalistas sobre “a felicidade de facebook”. Ver Amauri Segalha em *A Felicidade Fajuta do Facebook* (<https://istoe.com.br/felicidadefajuta-do-facebook/>).

⁷⁷ As ideias são pontos de vista suprapessoais que articulam a relação homem/mundo. São imagens de mundo criadas por profetas, intelectuais, políticos. Não cabe à sociologia indagar se as ideias são falsas ou verdadeiras; no sentido lógico e epistêmico, importa verificar como as ideias obedecem a certas legalidades próprias, para usar uma expressão weberiana. “Algumas ideias, sob a compulsão de sua própria lógica interna (...), desenvolvem suas consequências racionais a tal ponto, que chegam a inflectir empírica e decisivamente a dinâmica dos interesses humanos. Feito *agujeros* de estradas

Uma notável ideia de felicidade que nos chega, como já mencionamos, remonta à tradição grega, dos dramaturgos e filósofos gregos. Desde as obras dos dramaturgos, passando pelas obras filosóficas do período helenístico, a *thýke* (acaso, sorte, fortuna) esteve como preocupação central. Eliminar a sorte, o acaso, o azar, mediante o controle da natureza e a utilização da arte, do ofício, da técnica, enfim, da *tékhne*, era um objetivo da classe intelectual grega.

É dessa forma, exposta acima, que a *razão* – para os gregos – é entendida como cálculo, ordem, controle e previsão. No acaso não há cálculo, controle e, muito menos, previsão. A vida idealizada pelos gregos também deveria ser uma *tékhne*, mesmo que tivessem consciência de que não era possível eliminar, de um todo, da vida, a *thýke*. A *thýke* e a *tékhne* representam polos opostos no pensamento grego e, claramente, a *tékhne* deve ser maximizada em relação à *thýke*. Assim, é possível ver, na vida grega e no pensamento dos filósofos, uma busca pelo conhecimento prático, ligado à *tékhne*. Esse conhecimento deve ser passível de controle, de repetição, de explicação e de ensinamento. E isso só poderia se dar mediante a investigação conceitual, como nos sugere Max Weber:

O apaixonado entusiasmo de Platão, em sua República, explica-se, em última análise, pelo fato de, naquela época, haver sido descoberto o sentido de um dos maiores instrumentos de conhecimento científico: o conceito (...). Foram os gregos os primeiros a saberem utilizar esse instrumento que permitia prender qualquer pessoa aos grilhões da lógica (...). Foi uma experiência extraordinária, que encontrou expansão entre os discípulos de Sócrates. Acreditou-se possível concluir que bastava descobrir o verdadeiro conceito do Belo, do Bem ou, por exemplo, o da Coragem ou da Alma – ou qualquer outro objeto – para ter condições de compreender-lhe o ser verdadeiro (2011, p. 38).

Na filosofia platônica, os valores morais e estéticos, o bom e o belo, assim como a prática política, devem ser agrupados ao lado da razão. A felicidade, a *eudaimonia*, está ligada, para os filósofos gregos, à *tékhne*. “A felicidade é uma tecnologia do eu, uma moldagem e uma compensação que valoriza a integridade, a constância e a sabedoria internas relativamente à mutabilidade, à perda e à morte externas” (POTKAY, 2010, p. 22). Pode-se concluir que, no lado oposto da *tékhne*, na *thýke*, está a alegria para os gregos. “A alegria (...) é uma expansão e, pelo menos, uma

de ferro, switchmen da racionalização (...) a qual vem sempre de cima, dos intelectuais” (PIERUCCI, 2013, p. 92-93).

perda parcial do eu (...), ela envolve uma aniquilação dos sentidos e uma cristalização da consciência como uma alteridade radical (Idem, p. 22). Ainda, segundo Potkay, a “(...) oposição entre felicidade e alegria é uma herança clássica. As filosofias helenística e latina opõem o florescimento humano àquelas alegrias com relação às quais nós somos passivos, especialmente às alegrias do amor erótico” (2010, p. 22).

No campo intelectual, o tema da alegria esteve, em grande parte, sob a apreciação dos poetas e literatos, não encontrando muito resguardo na filosofia.

Mas, se a filosofia encampa o tema da felicidade, vende uma dura receita às sociedades ocidentais. A procura da felicidade torna-se um incansável objetivo, mesmo que nunca realizado enquanto fim coletivo, basta lembrarmos da Declaração de Independência dos Estados Unidos. E quando uma sociedade, ou sociedades aspiram à felicidade, temos um tema e um problema sociológico.

Atualmente, a felicidade tornou-se um símbolo compartilhado, buscado e almejado por todas as camadas sociais. Pascal Bruckner, em sua obra *A euforia perpétua. Ensaio sobre o dever da felicidade* (2003), afirma que a felicidade se tornou um dever, apesar de as experiências cotidianas não dispensarem a dor e o sofrimento. O dever da felicidade é uma ideologia para Bruckner; assim, ninguém tem o direito à infelicidade. Mas a felicidade de que nos fala Bruckner é a felicidade dos prazeres, principalmente do sexo e do consumo.

Deixando de lado as elaborações de Bruckner relativas à felicidade como ideologia, com a qual não concordamos, aceitamos a afirmação de que as ideias de felicidade estão ligadas aos sentimentos de prazer e contentamento, contemporaneamente⁷⁸. Aliás, aceitando a tese weberiana de que as ideias desenvolvem suas potências racionais, as ideias de felicidade dividem-se em três linhas paralelas. Na primeira linha, a ideia de felicidade ligada à já mencionada *eudaimonia*. É uma busca por uma vida contemplativa, visando à felicidade. Na segunda, a ideia de felicidade como beatitude. A busca religiosa que leva à felicidade; e, na terceira, a ideia de felicidade como fruição dos prazeres e eliminação da dor e do sofrimento.

⁷⁸ Parece, atualmente, que o termo felicidade remete a bons sentimentos, bem-estar, afetividade. Basta lembrarmos a escola estoica e seus ensinamentos para o ser feliz, para reconhecermos que a ideia dominante, hoje, é só uma ideia vinculada a um “aparato sentimental e de desejos”.

4 OS RELATÓRIOS MUNDIAIS DA FELICIDADE 2022 – 2023

Uma das nossas intenções, nesta tese, é demonstrar o quanto a ideia utilitarista de felicidade se fez hegemônica no Ocidente a partir de Bentham⁷⁹ e o quanto essa ideia, com reformulações, aprofundamentos e delimitações, ainda é a fonte majoritária de pesquisas sobre o tema⁸⁰. Tal fato se deve, conforme frisamos, à necessidade de se estabelecer cientificidade às pesquisas; necessidade é um termo correto se pensarmos em imperativos referentes à legitimidade científica. A felicidade é um tema que migra, conforme argumentamos, da ética e da política para o campo científico, em se tratando de sua legitimidade acadêmica. O banco de dados da *Web of Science* registra que, desde 2003, aumentou em dez vezes o número de artigos referentes a felicidade, satisfação com a vida e bem-estar subjetivo, totalizando, em 2020, 4.217 artigos⁸¹.

Os Relatórios Mundiais da Felicidade (2022 – 2023), com seus dados e ranqueamentos, são uma ótima fonte para analisarmos a potencialidade e o alcance da ideia de felicidade aludida. Nesses relatórios, podemos observar que o grande mote orientador da pesquisa (subjetiva) da felicidade é a pergunta sobre o quanto as pessoas estão satisfeitas com suas vidas⁸². Obviamente, cada relatório é composto por pesquisadores e tem objetivos complementares em relação à felicidade: o WHR de 2022, como não poderia deixar de ser, teve uma preocupação central com a felicidade em tempos de pandemia (Covid-19), o WHR de 2023 está preocupado com a promoção da felicidade pelas instituições⁸³. As pesquisas também contam com o

⁷⁹ No Relatório Mundial da Felicidade de 2023, encontramos a seguinte afirmação: “(...) Unlike the British philosopher Jeremy Bentham, we do not think the average level of happiness (or the simple sum of happiness, per person) is all that matters. We should care about the distribution of happiness and be happier when misery can be relieved” (WHR, 2023, p. 21). Se a felicidade média não é tudo o que importa, ao contrário do que Bentham propunha, a ideia benthamiana de felicidade continua servindo de modelo, mesmo alterando alguns objetivos, como a Distribuição da Felicidade e Bem-Estar das gerações futuras.

⁸⁰ Como uma pequena amostra do que afirmamos, ver o artigo de Everton Rodrigo Santos, et all. Felicidade, satisfação com a vida e com a democracia no Brasil: 2017/2020. In: *Aletheia*, v. 55, n. 2, p 144-166, jul/dez. 2022.

⁸¹ Ver WHR 2022: Tendências na literatura acadêmica sobre felicidade (p. 59 e ss.).

⁸² Ver tópicos “As ideias básicas”, no Relatório de 2023 e “Caixa Técnica 1: Medindo o bem-estar subjetivo” no Relatório de 2022.

⁸³ Conforme o WHR: “Thus, the well-being revolution will depend on the performance of the social institutions in each country. The objective of every institution should be to contribute what it can to

apoio financeiro dos patrocinadores do WHR⁸⁴ e, ainda, utilizam os dados da Gallup World Poll.

Aliás, Richard Layard, o economista britânico que alcançou fama mundial com o livro *Felicidade: lições de uma nova ciência* (2008)⁸⁵, volta a integrar a equipe responsável pelo relatório. Layard (2008, p. 253) está convicto de que a felicidade é uma dimensão objetiva da vida das pessoas e pode ser medida, como afirmou o filósofo Bentham⁸⁶. Tal ideia concebe a felicidade como um fenômeno real e objetivo. Essa concepção só é possível quando se utiliza de um conceito de felicidade bem delimitado e capaz de ser generalizado. Obviamente, tal conceito deve ser delimitado para se adequar à pesquisa empírica, conforme as regras da ciência. Tal postura evidencia uma forte influência do utilitarismo no pensamento do economista (2008)⁸⁷. Layard ressalta, em seu livro, que o “(...) objetivo, óbvio, é a maior felicidade de todos” e que “(...) as pessoas querem ser mais felizes”; logo, esta deve ser a regra basilar dos comportamentos públicos e privados: valorizar a felicidade. Ao concluir seu argumento, Layard exclama: “Muito bem, Bentham, costume dizer” (2008, p. 153).

Para explicar as diferenças de bem-estar em todo o mundo, tal pesquisa utilizou tais fatores: saúde física e mental; relações humanas (na família, no trabalho e na comunidade); renda e emprego; virtudes de caráter, suporte social, liberdade pessoal, nível de corrupção e governo efetivo.

Nos relatórios mundiais sobre a felicidade, as avaliações subjetivas são o aporte para a felicidade. Avaliações que entrelaçam emoções positivas e negativas em determinado tempo/espço. Geralmente, avaliações de curto prazo para as emoções. Tal incremento teórico provém de fontes ancoradas no trabalho do psicólogo Daniel Kahneman, conforme sua teoria sobre emoções. Kahneman, em seu

human well-being. From our existing knowledge, we can already see many of the key things that institutions have to do. Let us take these institutions in turn” (2023, p. 23).

⁸⁴ O Relatório é apoiado pela Fondazione Ernesto Illy, Illycaffé, Davines Group, Unilever – Wall’s, The Blue Chip Foundation, The William, Jeff and Jennifer Gross Family Foundation, The Happier Way Foundation The Regeneration Society Foundation (Cf. Contracapa do WHR de 2023).

⁸⁵ O livro vendeu mais de 150.000 exemplares, sendo traduzido em mais de 20 línguas.

⁸⁶ Richard Layard afirma: “Creio que a ideia de Bentham estava certa e que devemos adotá-la sem medo e aplicá-la à nossa vida. É claro que você pode concordar com grande parte do que está neste livro sem concordar com Bentham. Mas uma ideia clara acrescenta grande poder a um conjunto de boas intenções” (2008, p. 138).

⁸⁷ Layard confirma tal influência da filosofia de Bentham já nas primeiras páginas de sua obra (2008, p. 18-19), no subcapítulo “Qual filosofia?” (2008, p. 18 a 20).

artigo “Felicidade objetiva”, continua a perspectiva benthamiana da felicidade⁸⁸. Seu foco está na possibilidade de checar ou poder avaliar a felicidade de uma pessoa num dado momento X. O psicólogo estabelece quatro níveis de bem-estar capazes de estabelecer e avaliar tal felicidade.

O primeiro, conhecido como *Instant utility*, caracteriza-se como a força de uma disposição para continuar ou interromper a experiência corrente, tendo como base o estar satisfeito (*Being pleased*) ou angustiado (*Distressed*). O segundo é o *Remembered utility* e liga-se a uma avaliação global que recorre a um episódio ou experiência similar no passado. O terceiro é a satisfação com questões referentes ao domínio da vida, como vida familiar ou trabalho. O quarto é o nível mais alto de integração, englobando todos os níveis da vida – e é aí que encontramos e nos deparamos com a dimensão da felicidade de bem-estar.

Há duas ênfases de felicidade ou bem-estar que norteiam a pesquisa de Kahnemann. A felicidade subjetiva, que pode ser avaliada pelas respostas do pesquisado sobre seu estado de felicidade: enfim, se o pesquisado se considera feliz; e a felicidade objetiva, que recorre ao *Instant utility* do pesquisado em um período determinado.

Então, para verificar a felicidade objetiva de uma determinada pessoa em um determinado tempo⁸⁹, momento ou dias, deve-se examinar se essa pessoa, no tempo determinado, gastou tempo em atividade que gostaria de continuar, pouco tempo em situações de que ela gostaria de escapar e não muito tempo em situações neutras⁹⁰.

Nos dois relatórios, podemos verificar referências à eudaimonia de Aristóteles. Coincidentemente, a parte em que o filósofo argumenta que a eudaimonia é desejada por todos os seres humanos. Tal referência serve para justificar a generalização da

⁸⁸ Mesmo permanecendo dentro da perspectiva utilitarista, Daniel Kahneman discorda de um preceito caro a Bentham, que serve de base à sua filosofia utilitarista: a da escolha racional como fio condutor à felicidade. Kahneman estabelece mais princípios de escolha, como explicado no texto.

⁸⁹ Bentham, em sua *Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, no capítulo IV (1989, p. 16) também estabelece quatro parâmetros para medir o prazer ou a dor: 1) *intensidade*; 2) *duração*; 3) *certeza ou incerteza*; e 4) *proximidade ou longinquidade no tempo*.

⁹⁰ No WHR (2023, p. 34), podemos ver, no Subtítulo do capítulo 2, intitulado “Box 2.1: Measuring Subjective Well-Being”, que as avaliações do bem-estar subjetivo continuam a se basear em três indicadores principais: *avaliações de vida*, *emoções positivas* e *emoções negativas*. Sobre o primeiro critério, *avaliações de vida*, utilizam-se os dados do Gallup World Poll, no qual, para tal investigação, opera-se a imagem de uma escala de 10 como a melhor possível e 0 como a pior possível – cada respondente fornece uma resposta numérica para essa escala. São cerca de 1.000 pesquisados por país. No caso do WHR, utiliza-se a média de três anos para tal aferição. Já para as *emoções positivas*, a pesquisa se baseia em três emoções: riso, prazer e interesse, que contrastam com as *emoções negativas*: preocupação, tristeza e raiva.

pesquisa em todas as sociedades e culturas. Assim, a felicidade é concebida como um sentimento universal. Em se tratando da parte subjetiva, temos questões do Gallup World Poll (GWP) do tipo: *Apoio Social* (Se você está com problemas, você tem parentes ou amigos com quem contar para ajudá-lo sempre que você precisar deles, ou não?); *Liberdade* (Você está satisfeito ou insatisfeito com sua liberdade de escolher o que fazer com sua vida?); *Generosidade* (Você doou dinheiro para uma instituição de caridade no mês passado?). *Corrupção* – a percepção de corrupção é resultante da média de respostas binárias a duas perguntas (A corrupção está disseminada em todo o governo deste país ou não? A corrupção é generalizada dentro das empresas deste país ou não?). Já os afetos *positivo* e *negativo* são definidos como a média de afeto do dia anterior para riso, diversão e fazer ou aprender algo interessante e preocupação, tristeza, raiva (Você experimentou os seguintes sentimentos durante grande parte do dia de ontem?) Para *Interesse* (Você aprendeu ou fez algo interessante no dia de ontem?).

Essas aferições baseiam-se inteiramente em... inferências. Obviamente, nenhum estudo científico pode ser realizado sem inferências. Na “ciência da felicidade”, porém (como queria Bentham e como propõe Layard), o termo está carregado não só de significados extensionais – para usarmos uma expressão de Hayakawa (1977) –, mas também de significados intencionais baseados em inferências provindas de relatos que formam nossos mundos verbais⁹¹ e dos respondentes.

Obviamente que os pesquisadores definiram o conceito de felicidade de antemão e o explicitaram. Dentro dos padrões de coerência científica, não há o que objetar: nosso intuito jamais será de negar a cientificidade do relatório; pelo contrário, afirmamos que relatórios como o do WHR são inteiramente baseados em padrões de cientificidade. O que afirmamos é que, a partir da Modernidade ocidental, a ciência se tornou o *argumentus autoritat*. Não nos cabe, aqui nesta tese, defender um termo ou o sentido verdadeiro da felicidade, estamos mais inclinados a tentar explicar o porquê

⁹¹ Hayakawa: “Chamemos mundos verbais a esse mundo que nos chega através de palavras, em oposição ao mundo extensional, que conhecemos, ou somos capazes de conhecer através de experiência própria (...). O ser humano, como qualquer outro ser animal, começa, na infância, a tomar conhecimento do mundo extensional. Entretanto, ao contrário do que acontece com os outros seres, tão logo possa entender, começa a receber cargas de relatos, relatos de relatos, relatos de relatos de relatos. Em adição, recebe inferências provindas de relatos, inferências feitas a partir de outras inferências, e assim por diante” (1977, p. 36). Essas informações (diretas e indiretas) constituem nosso mundo verbal.

dessa migração do tema, da filosofia para o campo da ciência. A ciência não tem por base descobrir ou descrever a verdadeira natureza das coisas e eventos, tal como observamos no *essencialismo metodológico*⁹² da filosofia.

O que é importante ressaltar na análise, proposta por nós, dos Relatórios Mundiais da Felicidade (2022 e 2023), é que, o referido relatório elege um conceito norteador de felicidade, com parâmetros estabelecidos vinculados a esta definição (como não poderia deixar de ser, visto que é o procedimento usado em todas as áreas científicas. A partir do estabelecimento das definições, partem à coleta de dados e sua consequente análise conforme o *tipo ideal*⁹³ estabelecido de antemão. Até aí não há o que discordar do método, da teoria e seus resultados; mas o WHR não é apenas isso. Há, nos capítulos seguintes, análises sobre a eficácia de governos em buscar a felicidade e, claro, prescrições baseadas em dados e na ciência da felicidade para que os governos elevem os níveis de felicidade de suas nações. Certamente que os dados produzidos a partir do relatório são “produtos científicos” e servem, ou podem servir, para que governos norteiem suas políticas e suas ações governamentais. Mas os campos científico e político permanecem distintos. Não há ação governamental científica, muito menos governos científicos.

Os Relatórios em análise confirmam o que já foi exposto, nesta tese, de que foi a partir da Modernidade que se iniciou o projeto de transferir o tema da felicidade para o campo científico. Mas os WHRs demonstram, também, uma tentativa de fazer com que os governos sejam apenas aplicadores de políticas públicas e ações governamentais produzidas por cientistas. Tal propósito, no entanto, só pode ser estabelecido levando-se em conta uma visão de mundo que respalde essa finalidade. O que é lícito; porém, visões de mundo englobam muito mais do que hipóteses, teses e dados científicos: há, também valores, ideologias, sentimentos e emoções vinculados. Talvez este seja o paradoxo do WHR e seus proponentes: uma ciência da felicidade que tenta estabelecer valores e metas comuns para as sociedades. Mais ou menos, com isso, volta-se à velha discussão do papel da ciência na definição do certo e do errado em valores morais.

⁹² Ver, sobre isso, Karl Popper, no Cap. 3: “A teoria platônica das Formas ou Ideias” em *A Sociedade Aberta e seus Inimigos* (1987, p. 31 a 48).

⁹³ Para usar uma expressão de Weber (1999).

Ainda, a felicidade é um símbolo que evoca sentimentos e emoções (como bem argumentado nos Relatórios Mundiais⁹⁴) e pode, inclusive, ser vinculada a ideologias. Basta lembrarmos das Revoluções Americana e Francesa e suas Declarações frisando a felicidade como bem comum.

Obviamente que os Relatórios Mundiais da Felicidade analisados estão balizados nos movimentos de políticas públicas baseados em evidências científicas. O que nos parece salutar, em nossa pesquisa, para diferenciá-la de pesquisas como a do Relatório Mundial da Felicidade, é distinguir emoção, sentimento e felicidade.

No Houaiss (2001), o verbete emoção designa: “Ato de deslocar, movimentar, agitação de sentimentos, abalo afetivo de moral, turbação, comoção, reação orgânica acompanhada de alterações respiratórias, circulatórias, etc. e de grande excitação mental (...)”.

A emoção, parece-nos abranger um estado não só psíquico, mas, também, físico, incluindo estados de alteração do sistema nervoso e, decorrente disso, alteração na frequência cardíaca, sudorese (às vezes), mudança abrupta da pressão arterial. Assim, as emoções, segundo Damásio (1996), têm componentes orgânicos e expressivos, além de reações psicológicas. As emoções são tratadas, por Damásio, como universais, independente de cultura ou sociedade, concepção com a qual estamos de acordo com o neuropsiquiatra e filósofo.

Paul Ekman (2011) revela, em seus estudos (Papua-Nova Guiné), que a expressão facial é o mais breve e imediato dos sinais emocionais. Assim, Ekman (2011, p. 70 e ss) estipula sete emoções universais: raiva, surpresa, medo, tristeza, aversão, desprezo e alegria (felicidade). Cada uma dessas emoções, por sua vez, desencadeia outras emoções afins que mudam em intensidade e tipo. Por exemplo, a raiva desencadeia o ressentimento.

Albert Newen e Alexandra Zinck (2013), em *O Jogo das Emoções*, ligam Darwin aos primeiros grandes estudiosos das emoções humanas. Para Darwin, as emoções são classificadas em quatro níveis: pré-emoções, emoções básicas, emoções cognitivas primárias e emoções cognitivas secundárias. Pré-emoções seriam o bem-estar e o desconforto; emoções básicas seriam felicidade, medo, raiva, tristeza. Dessas emoções básicas, teríamos, por decorrência, emoções cognitivas primárias:

⁹⁴ Basta conferir o subcapítulo (ou Box 2.1): “Medindo o bem-estar subjetivo”.

satisfação, ansiedade, irritação, decepção; e, por último, mas como resultado, as emoções cognitivas secundárias: amor, ciúmes, desprezo, luto.

Certamente, os estudos sobre as emoções avançaram, mas, em todos os estudos, mesmo aqueles que mencionaram a felicidade como emoção, usam o termo como contraponto da tristeza. Para nós, sem sermos essencialistas, mas em conformidade com a nossa tese, o termo contrário à tristeza é a alegria. A alegria, quando sentida, afeta nossos sentidos e nossa psique e, talvez, seja um grande componente da felicidade. Entretanto, a felicidade, como é possível observar na nossa pesquisa empírica, na análise dos resultados, depende de uma visão de mundo e de interesses mais amplos em outros campos da existência, como a política, por exemplo.

Outro capítulo relevante do WHR (2022), que corrobora o argumento da nossa tese, é o capítulo VI, intitulado “*Insights da Primeira Pesquisa Global de Equilíbrio e Harmonia*” Tim Lomas et al. (2022, tradução nossa), neste capítulo, lançam a primeira Pesquisa Global de Equilíbrio e harmonia. Já na introdução ao capítulo, os autores. (2022) esclarecem que as pesquisas, no Gallup⁹⁵, são importantes, mas questões relacionadas com equilíbrio e harmonia estavam sendo negligenciadas até o momento e que equilíbrio e harmonia, então, passaram a fazer parte do conjunto de dados coletados pelo Gallup a partir de 2020. As questões inclusas no Gallup foram: 1) Equilíbrio/harmonia são importantes para todas as pessoas; 2) Equilíbrio e harmonia são dinâmicas importantes para o bem-estar. Tais questões servem para poder analisar se equilíbrio/harmonia são importantes para a felicidade. Segundo Lomas e outros (2022), uma pesquisa “leiga” sobre felicidade – em sete nações ocidentais – descobriu que os participantes definiram felicidade, principalmente, como “equilíbrio psicológico e harmonia” (WHR, 2022, p. 29).

Lomas et al. (2022) citam Aristóteles e o que eles entendem pelo conceito de “meio-termo de ouro”, da *Ética Nicomaqueia*, para justificar que não só os povos orientais se preocupam com o equilíbrio e a harmonia, mas essa também é uma preocupação ocidental. Por isso, é preciso depurar tais termos até virarem conceitos científicos passíveis de estudos também científicos.

Os próprios estudiosos sentem que as pesquisas sobre a felicidade estão centralizadas na visão de mundo ocidental (mundo secular e racionalizado). Por essa

⁹⁵ A Escala de Cantril, na qual o Gallup se baseia, foi criada em 1965. Ver H. Cantril em O padrão das preocupações humanas News Brunswick e N J: Rutgers University Press, 1965.

razão, é preciso redefinir o conceito de felicidade, usado no Ocidente, para outros contextos, não só ocidentais:

(...) em vez de comparar culturas em conceitos e métricas desenvolvidos em contextos ocidentais, há um crescente reconhecimento da importância de estudar as culturas através do prisma de suas próprias ideias e valores e de explorar as diferenças interculturais em que as pessoas experimentam e interpretam a vida (LOMAS et al. 2022, p. 132)⁹⁶.

Essa citação, igualmente, corrobora nossa tese (weberiana) sobre a secularização da vida no Ocidente, pois Lomas e outros reconhecem que a visão de mundo interfere no sentido da felicidade. E logo já partem para uma redefinição sobre os conceitos de equilíbrio e harmonia, afirmando que estes ainda estão muito ligados a estados emocionais de baixa excitação:

A maior parte desse trabalho se concentra em estados de baixa excitação, em vez de equilíbrio e harmonia *per se*. No entanto, há algum interesse emergente nas últimas construções em si. A pesquisa sugere, por exemplo, que a harmonia social está intimamente associada à felicidade, nas culturas orientais, a ponto dessa harmonia subjetiva ser vista como constituindo a própria felicidade (em contraste com as culturas ocidentais, que tendem a interpretar a felicidade de maneira mais individualizada). Nesse sentido, a felicidade pode ser considerada o mais comum *fenômeno interdependente*, no Oriente (em vez de independente), conforme encontrado em um trabalho recente na Escala de Felicidade Interdependente (WHR, p. 133, tradução nossa).

Mas, a seguir, Lomas e seus associados (2022), mediante dados do Gallup, estabelecem hipóteses a serem testadas com os dados: a) experimentados pela pessoa; b) preferidos pelas pessoas; e c) influenciados pelas avaliações das pessoas. Assim, (a) é coberto pelos itens que perguntam se as pessoas experimentam equilíbrio, paz e tranquilidade em suas vidas. Para (b), se as pessoas preferem uma vida calma ou emocionante; e para (c), a avaliação de equilíbrio/harmonia, em relação à vida do entrevistado. O Ranking de Equilíbrio/Harmonia ficou assim: no topo estão Finlândia e Malta, 90,4% dos entrevistados consideraram suas vidas equilibradas; seguidas da Suíça (88,7%), Romênia (88,3%), Portugal (88,2%), Lituânia (88,1%),

⁹⁶ Ver Lomas et al. (2022 p. 132) e notas 33, 34, 35, 36 e 37 do referido relatório.

Noruega (87,5%), Eslovênia (87,2%), Dinamarca (87,1%) e Holanda (86,9%). Os dez últimos são: Camboja (55,1%), Camarões (49,4%), Congo Brazzaville (48,0%), Gabão (46,5%), Zâmbia (44,0%), Benin (42,5%), Uganda (41,9%), Líbano (39,1%), Mali (32,1%) e, por último, Zimbábue (20,2%).

Assim, concluem, os primeiros dez países são todos europeus e a grande maioria dos últimos é africana. Afirmam, ainda, haver uma coincidência entre países ricos/países ricos/equilíbrio/harmonia e países economicamente pobres menos equilibrados e harmônicos. China e Taiwan estão em 13º e 14º lugares no referido Ranking.

Acreditamos não ter sido percebido pelos autores, que estão tão imbuídos em quantificar, o peso do taoísmo e do hinduísmo no sentido de equilíbrio e harmonia. Poucos hindus e taoístas se dirão equilibrados e harmônicos, pois esse estado do *atma* (estado de espírito) decorre de longos exercícios de meditação, respiração e silêncio. É uma busca para a vida toda. Antes de um iogue, por exemplo, adentrar em um dogma e ser aceito por seu mestre, ele deve passar por uma limpeza espiritual que pode durar anos: não se zangar, não matar nem se quer uma mosca, ser gentil e cordial, até que seu mestre perceba que ele está pronto para os exercícios que o levarão em direção ao *brahman*. Isso requer muita força corporal e espiritual. A ioga é uma prática dolorida primeiramente, requer muito esforço mental e corporal, o que pode levar o iogue à exaustão. Ficar imóvel, feito uma pedra, desde que o sol nasce até ele se pôr, não nos parece nada relaxante. Nós ocidentais, é claro, temos poucos conhecimentos sobre os *upanishads* e usamos o que chamamos de ioga como práticas de respiração e relaxamento físico e psíquico. A tese defendida aqui, revela-se mais uma vez, pois nos parece óbvio que a visão de mundo dos respondentes tenha interferido em suas respostas sobre equilíbrio e harmonia.

O estudo continua com relação à aspiração a uma vida calma ou agitada. E “descobre” que a aspiração à vida calma não tem nenhuma relação, nem associação especial, com os países orientais, mas com países com um PIB baixo: “novamente parece haver uma dimensão econômica, mas, dessa vez, os países com classificação mais alta são relativamente pobres” (WHR, 2022, p. 138).

No WHR de 2022, há um estudo sobre a base biológica da Felicidade. E podemos notar que é para o lado da sociobiologia que os estudos sobre felicidade estão “caminhando” a passos largos. O estudo se baseia nos experimentos de Tellegem e seus colegas, que estudaram gêmeos idênticos separados desde a

infância e compararam com outro grupo de gêmeos não idênticos criados junto à família. A equipe de Minnesota Twin Study reuniu dados coletados de gêmeos separados entre 1979 e 1986. Ao coletar as informações, a equipe comprovou (este é o termo) que gêmeos idênticos criados separados acabaram sendo e tendo mais semelhanças em seu bem-estar do que gêmeos não idênticos que cresceram juntos. A correlação para gêmeos idênticos criados separados foi de 0,48, enquanto a correlação entre gêmeos fraternos, criados juntos, foi de 0,23. Assim, conclui o estudo, mesmo que esses gêmeos idênticos nunca tivessem se encontrado antes do estudo, seus índices de felicidade ainda seriam mais semelhantes do que os de gêmeos bivitelinos que cresceram juntos, na mesma família e no mesmo ambiente. Esse estudo foi o primeiro indicativo de que as diferenças genéticas entre as pessoas são uma fonte de diferenças na felicidade.

Desde 2015, o design de gêmeos foi usado em mais de 15 estudos para investigar a hereditariedade do bem-estar e felicidade, mediante a aplicação de diferentes métodos e medidas de bem-estar. O estudo afirma, baseado em uma gama de outros estudos (WHR, 2012, ver p. 107 a 122), que, aproximadamente, 40% das diferenças de felicidade entre as pessoas são explicadas pelas diferenças genéticas, enquanto o restante, cerca de 60%, são explicadas pelas variâncias ambientais, que são exclusivas de indivíduos para indivíduos. Ou seja, para os proponentes do Relatório Mundial da Felicidade, a genética é uma grande fonte de felicidade ou infelicidade. Assim, algumas pessoas nascem com uma pré-disposição ou, melhor, um conjunto de variantes genéticas que facilitam a sensação de felicidade, enquanto outras são menos afortunadas, geneticamente.

Tais estudos servem não só para compreender a felicidade e o bem-estar humanos, mas têm a clara intenção de interferir e pode ser a base de políticas públicas baseadas em evidências científicas. Assim, Meike Bartels e outros argumentam:

Dada a estimativa robusta de hereditariedade de 40% e o progresso no campo da genética molecular, é importante ir além de uma estimativa baseada em designs de famílias gêmeas para procurar diferenças nos padrões reais de DNA de humanos (o genoma humano) para explicar diferenças no bem-estar. O genoma humano é o conjunto completo de DNA (ácido desoxirribonucleico) – cerca de 3 bilhões de pares de bases – que torna cada indivíduo único. O DNA contém as instruções para construir proteínas que realizam uma variedade de funções em uma célula. Um melhor conhecimento entre a ligação do genoma humano e o bem-estar pode aperfeiçoar a compreensão dos processos biológicos subjacentes para apoiar

a melhoria de programas de prevenção e intervenção (WHR, 2022, p. 112, tradução nossa).

Isso, segundo os autores do capítulo, referente ao WHR de 2022, “pode até permitir intervenções personalizadas de bem-estar” (idem, p. 112). Só podemos exclamar, como o selvagem: “Oh, admirável mundo novo!”⁹⁷. Cremos que só este capítulo basta de evidências – a quem quiser buscar – à nossa tese de que a ciência é o grande discurso de autoridade de nossa época e a felicidade é só mais um dos temas de que a ciência se apossou e agora lhe pertence. A ciência, como já alertou Popper (1986), não é uma entidade, mas uma comunidade de pessoas (cientistas) que publicam e testam suas teses que constituem o *Mundo 3*, o mundo dos livros, dos dicionários, das teses e desses escritos.

⁹⁷ HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo* (2014).

5 O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA E OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA

Uma escola técnica é uma instituição de ensino focada em oferecer educação e treinamento em áreas técnicas e profissionais específicas. Diferentemente das escolas de ensino médio tradicionais, que proporcionam uma educação geral, as escolas técnicas preparam os estudantes com habilidades práticas e conhecimentos especializados necessários para trabalhar em diversas indústrias e profissões, tais como engenharia, tecnologia da informação, saúde, mecânica, entre outras.

A tradição das escolas técnicas tem raízes históricas diversas, variando de acordo com cada região do mundo. Na Europa, por exemplo, pode-se traçar o início das escolas técnicas ao desenvolvimento das guildas medievais, que treinavam aprendizes em habilidades artesanais específicas⁹⁸.

Portanto, a tradição de escolas técnicas surgiu de necessidades específicas de formação profissional em diferentes momentos históricos e geográficos, “evoluindo” para o sistema complexo e diversificado de educação técnica e vocacional que temos hoje.

5.1 O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Os Institutos Federais (IFs), são instituições de ensino que verticalizam os graus de educação formal. Os IFs devem atuar nas modalidades de ensino superior e de educação básica e profissional, podendo oferecer também pós-graduações lato e stricto sensu, e têm, em sua organização, objetivos pluricurriculares, dispostos em estruturas multicampi.

Os Institutos Federais consistem em uma política de expansão de ensino e, por isso, estão inseridos em todo o território brasileiro. Tais instituições têm como objetivo

⁹⁸ Sobre o tema, ver a obra de Marcelo Cândido da Silva. História Medieval. São Paulo: Editora Contexto, 2019. Os dois primeiros parágrafos, da presente tese, estão baseados nesta obra.

a qualificação técnica e tecnológica de seus estudantes (há também os objetivos educacionais morais, tipo formação cidadã) e, como objetivo de longo prazo, contribuir na redução das disparidades socioeconômicas brasileiras ou das regiões onde estão instalados. É o que – comumente – se designa como função social dos IFs. Há bem mais, a como democratização do ensino⁹⁹.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) foi criado pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, surgindo da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET, criado em 1954) e de sua unidade de Júlio de Castilhos (cujo funcionamento iniciou em 2008), além da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (criada em 1954) e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto (cujo funcionamento iniciou em 2007) e, anteriormente, pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Atualmente, o IFFar é composto pelas seguintes unidades administrativas: Reitoria; Campus Alegrete, Campus Santo Augusto, Campus Jaguari, Campus Júlio de Castilhos, Campus Panambi, Campus Santa Rosa, Campus Santo Ângelo, Campus São Borja, Campus São Vicente do Sul, Campus Frederico Westphalen, Campus Avançado de Uruguaiana, além dos Polos de Educação a Distância e dos Centros de Referência.

No campus Santo Augusto, a oferta de cursos presenciais se dá da seguinte maneira: a) cursos técnicos Integrados ao Ensino Médio nas áreas de Administração, Agropecuária, Alimentos e Informática no período diurno; b) cursos de nível superior em: Tecnologia em Gestão do Agronegócio, Tecnologia de Alimentos, Licenciatura em Computação, Ciências Biológicas, Bacharelado em Administração e Bacharelado em Agronomia. Também há o curso Técnico em Agroindústria na modalidade EJA/EPT (Proeja), todos no período noturno, com exceção de Agronomia, que acontece durante o período da tarde e noite concomitantemente.

O Campus Santo Augusto conta com 966 alunos, distribuídos entre os cursos de nível médio, superior na modalidade presencial, sem contar os alunos de Pós-

⁹⁹ Os objetivos dos Institutos Federais e suas funções sociais estão descritas em seus PDIs (Planos de Desenvolvimento Institucional). Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>>. Acesso em: 07 fev. 2022. E no projeto de lei de criação dessas instituições. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 07 fev. 2022.

Graduação e dos cursos de Educação a Distância. Levando em consideração todas as matrículas, o campus atende, atualmente, 1.053 alunos. Possui um quadro de servidores formado por 75 professores e 54 técnicos administrativos em Educação, além de 24 colaboradores terceirizados¹⁰⁰.

De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2012)¹⁰¹, a região de abrangência do IF Farroupilha - Campus Santo Augusto está situada na Região Celeiro do Rio Grande do Sul, composta por 21 municípios dispostos no entorno do Vale do Rio Turvo: Barra do Guarita; Bom Progresso; Braga; Campo Novo; Chiapetta; Coronel Bicaco; Crissiumal; Derrubadas; Esperança do Sul; Humaitá; Inhacorá; Miraguaí; Redentora; Santo Augusto; São Martinho; São Valério do Sul; Sede Nova; Tenente Portela; Tiradentes do Sul; Três Passos e Vista Gaúcha. Essa região político-administrativa é organizada pelo COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento, conforme Lei Estadual n.º 10.283 de 17 de outubro de 1994. A região Celeiro ainda mantém um forte vínculo com o seu núcleo de origem, tendo em vista que o COREDE Celeiro se desmembrou do COREDE Noroeste Colonial em 2008¹⁰². A região Celeiro tem 141.482 habitantes (1,32% da população gaúcha), 43% desta habitando áreas rurais. É a terceira região com a maior população rural do estado. Um dado importante da Região Celeiro é a presença de indígenas, que em 2010 chegaram a 7.225 pessoas (5% da população da região)¹⁰³. A terra indígena denominada Inhacorá II, localizada no município de São Valério do Sul, está a 16,5 km do campus Santo Augusto. Já a Aldeia Indígena Setor Irapuá, no município de Redentora, está a uma distância de 52 km do campus. Há, ainda, a Aldeia Indígena Setor Estival, também no município de Redentora e a cerca de 52 km de distância.

A população total do Rio Grande do Sul atingiu 10,7 milhões de habitantes em 2010. Em 2016, chegou a 11.289.922 milhões de habitantes (IBGE). O estado representa 5,77% da população brasileira, com tendência de queda nessa participação. O censo demográfico do IBGE, de 2010, revelou que 83,22% dos

¹⁰⁰ Informações obtidas no site do Campus Santo Augusto: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o-acessoinfo>>. Acesso em 06/02/2022.

¹⁰¹ Conforme Perfil Socioeconômico COREDE 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134129-20151117101441perfis-regionais-2015-celeiro.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2021. Conforme pesquisa recente, os dados disponíveis do Corede Celeiro ainda não foram atualizados com a última pesquisa do IBGE, de 2023.

¹⁰² Informações retiradas do Plano Estratégico Regional 2015-2030 – COREDE Celeiro. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104_701-plano-celeiro.pdf>. Acesso em 05 fev. 2021.

¹⁰³ Conforme Censo do IBGE de 2010.

gaúchos se definem como brancos, 16,13% como negros (pardos e pretos), 0,33% como amarelos e 0,31% como indígenas. Nos últimos dados da população autodeclarada quanto à raça, temos: 82,3% como brancos, 11,4% como pardos, 5,9% como pretos e 0,4% como amarelos ou indígenas¹⁰⁴.

O Produto Interno Bruto da Região, em 2012, foi calculado em R\$ 1,8 bilhão, correspondendo a 0,8% do total do Estado do Rio Grande do Sul. O COREDE Celeiro ocupa a 25ª posição entre os 28 COREDEs gaúchos. O Valor Agregado Bruto da Produção está dividido em: 58% no setor de Serviços, 32% na Agropecuária e 10% na Indústria. Mais de 90% das propriedades rurais da região têm menos de 50 hectares. Na Pecuária, a produção de bovinos, suínos, leite e derivados representa 46% do Valor Total Produzido, enquanto, na Agricultura, soja, trigo e milho representam 40% da produção regional. Também há outro dado importante: 56% das propriedades rurais participam de algum tipo de cooperativa. Em 2012, a Região Celeiro contava com cinco sedes de cooperativas de produção agropecuária¹⁰⁵.

Em relação à formação básica, os dados mostram que apenas 16% das pessoas com mais de 18 anos têm ensino médio completo. A média do estado é de 25%. É pequeno o número de instituições de ensino médio e há, também, uma carência de instituições de ensino superior na região. Os dados do IBGE, realizado em 2020, deverão mostrar se houve algum impacto do IFFar – Campus Santo Augusto na região, pois o campus do IFFar na região Celeiro está em atividade desde 2007.

5.2 O PROFESSOR EBTT – STATUS SOCIAL E ELEMENTO SITUACIONAL NA SOCIEDADE

Um truísmo, facilmente encontrado em obras relativas à Sociologia da Educação, pode ser expresso mais ou menos assim: a sociedade é, em sua totalidade, composta de situações educativas¹⁰⁶. Tal afirmativa, em nossa visão, resvala na impossibilidade lógica de avaliação. Podemos transpor muitas afirmativas, conformes

¹⁰⁴ Conforme consulta no site do IBGE sobre o Panorama do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>>. Acesso em 02 fev. 2021.

¹⁰⁵ Conforme Relatório do Plano Estratégico Regional 2015-2030 – COREDE Celeiro, p. 76 a 78. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104_701-plano-celeiro.pdf>. Acesso em 05 fev. 2021.

¹⁰⁶ Ver, a esse respeito, Kruppa (1994).

à anterior: “tudo é cultura”, “tudo é social”. Nenhuma dessas afirmativas, porém, é capaz de oferecer alguma base explicativa. Trataremos da educação conforme expressa em nossa Constituição. Reduziremos, assim, a educação a seu estatuto legal. Tal procedimento, obviamente, tem o alcance do conjunto de nossa tese conforme nossos objetivos com a categoria *Professor*.

Nossa delimitação conceitual atende a dois “procedimentos epistemológicos” que nos são caros: a não substancialização de nenhuma categoria ou conceito e, muito menos, uma busca por uma espécie de essência dos mesmos. Assim, o Art. 205, de nossa Constituição, vincula a educação à escola. É dever do Estado prover condições igualitárias para o acesso e para a permanência escolar. Portanto, a educação é uma ação específica estabelecida e garantida pelas leis do Estado, conforme a Constituição vigente. Os seus objetivos macros são a cidadania e a qualificação para o trabalho. Ressalta-se que qualquer tipo de educação deve passar pelo “crivo” do Estado. Assim, os elementos principais, para nós, são os professores e os alunos.

Entendemos por professor todo aquele funcionário (que cumpre uma função), reconhecido e balizado pelo Estado, a lecionar em uma instituição escolar também reconhecida e balizada pelo Estado. O aluno ou estudante, como o gosto do freguês, é todo aquele que está matriculado em uma instituição escolar reconhecida e que está submetida às leis estatais, ou seja, à nossa Constituição. Dessa forma, nos interessa conceituar “professor” a partir dessa definição, que, apesar de restringir muitos aspectos, nos parece ainda “vasta” demais. Buscamos definir, em linhas gerais e conforme a Constituição, o “professor EBTT”. Primeiramente, professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) é aquele que exerce o cargo de professor (específico) após aprovação, nomeação e posse em concurso público federal. Logo, o professor EBTT é um servidor público e está submetido às leis gerais do serviço público e às normas específicas da categoria EBTT.

Conforme a Lei n.º 9.527, de 10 de dezembro de 1997, em seu Art. 20, o pleno desempenho do cargo de servidor público requer: I) Assiduidade; II) Disciplina; III) Capacidade de iniciativa; IV) Produtividade; e V) Responsabilidade. Isso conforme as características e especificidades do cargo em questão.

Em referência à lei específica, Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, conforme o Art. 20, apenas o profissional com Dedicção Exclusiva pode estar submetido às atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de gestão institucional.

Além disso, o professor EBTT está, conforme suas atribuições, “disposto” ao ensino básico, técnico e tecnológico e, ainda, à pós-graduação lato sensu e, conforme Regimento Interno stricto sensu. Tal especificidade “cria”, conforme a legislação, um professor de tipo específico, que deve ser capaz de atuar tanto no ensino básico quanto no ensino tecnológico, superior e na pós-graduação. Como as atribuições, em relação ao ensino são estruturadas em diversos níveis de ensino e conforme diversas relações de ensino-aprendizagem, a carga horária destinada ao ensino tem, como estabelecido, para professores com Dedicção Exclusiva, conforme a Portaria n.º 983, de 18 de novembro de 2020, em seu anexo 7.2, I: fica estabelecido o mínimo de quatorze horas mínimas para docentes em regime integral e conforme anexo 7.2, II, dez horas para docentes em regime de tempo parcial. Mas, conforme as disposições finais da Portaria, a pesquisa e a extensão devem estar vinculadas às ações ou projetos curriculares.

O plano de carreira, conforme a tabela IX, estabelece como salário inicial (Dedicção Exclusiva), mestrado ou doutorado, classe DI, R\$ 4.014,00. Cada progressão de classe deve respeitar os 18 meses¹⁰⁷. Logo, o tipo de vínculo desse professor centra-se em um docente com remuneração apenas inferior aos professores do Magistério Superior, tendo uma média salarial, conforme pirâmide referente às classes do IBGE, figurando na ponta da pirâmide, apenas abaixo da classe A. Os salários iniciais podem variar de, aproximadamente, R\$ 4.000,00, para docentes apenas com graduação. Mas há, na história dos concursos recentes, uma média baixíssima de aprovados apenas com a titulação de graduados.

No caso do Campus Santo Augusto do IFFar, apenas dois docentes obtiveram aprovação em concurso apenas como graduados. Mesmo no caso de aprovação apenas com titulação obrigatória mínima, o Plano de Carreira estimula a busca por especialização, mestrado e doutorado. A condição dos aprovados em concursos, no IFFar, favorece os doutores, o que gera um percentual de aprovação favorável a estes. Outro fator que gera concorrência a um maior número de doutores pode ser inferido do número de doutores na região Sul, conforme dados da Capes. Há maior concentração de pós-graduados, stricto sensu, em nossa região. Obviamente,

¹⁰⁷ Informações retiradas do Portal do Ministério da Educação, com os novos valores, conforme tabela do Plano de Carreira Docente. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11230-tabela-superior-ebtt-03-pdf&category_slug=julho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 05 fev. 2021.

conforme a lei, os concursos devem estabelecer critérios que favoreçam o mais qualificado. É um princípio básico da Administração Pública o princípio meritocrático. Mesmo sendo um condicionante “acidental” dentro da estrutura, tal condicionante não pode ser relegado, visto seu poder definitório do tipo de professor. Tais condicionantes “acidentais” devem ser explicados.

Definimos condicionantes “acidentais” todos aqueles fatores que não estão dispostos em leis, decretos, estatutos, de forma obrigatória, pelo Estado. Outro condicionante “acidental”, que influencia na delimitação do professor, é a estrutura física disposta nos campi dos IFs. Salas climatizadas, quadros brancos, projetores, laboratórios equipados, refeitórios, estruturas de apoio, orçamento por campus de, aproximadamente, 5 milhões de reais/ano. Estrutura esta que possibilite uma condição, no mínimo, suficiente para preparação e desenvolvimento das aulas. A relação hora aula/planejamento também estabelece a paridade 1 hora por 1 hora de planejamento, o que, mais uma vez, posiciona o professor EBTT em uma colocação intermediária em relação à maioria dos professores do ensino básico e entre os professores do magistério superior. Basicamente, tem uma situação de DE (Dedicação Exclusiva), o que lhe confere possibilidade de trabalhar em um único local.

5.2.1 Tipo Específico de Professor

As condições estruturais objetivas do tipo de docente da carreira EBTT, como abordamos no parágrafo acima, apresentam características *sui generis*. Sua carga horária diferencia-se, também, das outras categorias: tanto do Magistério Superior (público), quanto do Ensino Fundamental (público)¹⁰⁸.

Outra especificidade encontra-se na transversalidade do ensino. O professor, como já referimos, pode atuar em vários tipos de níveis de ensino; desde o ensino básico até a pós-graduação lato sensu. Estão contempladas, no plano docente, horas para a pesquisa e a extensão. Obviamente que a pesquisa e a extensão não são atividades fins, equiparadas ao ensino, mas estão estabelecidas e complementam a carga horária docente.

¹⁰⁸ Optamos por comparar e referendar apenas professores públicos, visto que há uma gama muito heterogênea de instituições privadas.

Há uma distinção entre professores EBTT de áreas específicas, professores EBTT das disciplinas básicas, além de professores EBTT das disciplinas técnicas. Portanto, há professores que atuam apenas em um eixo tecnológico e professores das disciplinas comuns ou básicas, que podem atuar em todos os eixos tecnológicos existentes em um campus. Assim, por exemplo, o professor do eixo X, geralmente, atua apenas no seu eixo; o professor do básico (por exemplo, física, matemática, língua portuguesa) pode atuar, desde que não extrapole sua carga horária máxima, em vários eixos tecnológicos.

Por exemplo, no IFFar, um professor pode, conforme normativa¹⁰⁹, chegar a 24 horas em sala de aula. Tal normativa afeta, para o total de horas em sala de aula, bem mais os professores das disciplinas básicas. Mais carga horária em sala de aula requer menos tempo para pesquisa e extensão; no entanto, a relação planejamento/carga horária é proporcional ao tempo em sala de aula. Assim, por exemplo, um professor com 20 horas em sala de aula não precisa preencher seu tempo com outras atividades, como pesquisa e extensão. Logo, pode-se observar tantos professores com o máximo, permitido por lei, de carga horária em sala de aula, quanto professores que mal conseguem cumprir o mínimo da carga horária estipulada.¹¹⁰

Quando o professor EBTT se depara com as leis estabelecidas, referentes aos níveis de educação, deve familiarizar-se com cada qual. As garantias e obrigações são referentes tanto ao estudante de ensino básico quanto às garantias e obrigações dos estudantes de nível superior. Também não podemos esquecer dos estudantes do ProEja, que requerem outro relacionamento por constituírem, no caso, outro tipo de estudante, conforme a Lei. Se uma imagem sintetizasse tal docente, seria esta: de manhã ensina conceitos básicos aos seus estudantes, mas, à noite, deleita-se com teorizações de sua especialização! Aí, entretanto, já adentramos em aspectos subjetivos das características do docente. Agora, nos cabe apenas seus aspectos objetivos, que assim resumimos:

- Leciona em um único local; salvo exceções e conforme anuência.
- Compartilha uma sala apenas com docentes de seu eixo ou área;

¹⁰⁹ Normativa n.º 983, de 18 de novembro de 2020. Disponível em: Diário da União de 19/11/2020. Edição 221, Seção 1, p. 58.

¹¹⁰ Tal distinção pode ser importante (ou não) para inferirmos se tais condições de trabalho revelam-se (ou não) importantes na perspectiva de nossa pesquisa.

- Todas as salas contam com climatizadores, projetores, quadro branco;
- Há laboratórios especializados conforme os eixos tecnológicos;
- O docente não pode ultrapassar, em sala de aula, 24 horas¹¹¹;
- Há verbas para pesquisa e extensão¹¹²;
- Há verbas para visitas técnicas;
- Há tempo para pesquisa e para extensão (e verbas alocadas para tais atividades);
- Laboratórios de informática (gerais, além dos laboratórios específicos);
- Salas de lazer; jogos, música;
- Auditório;
- Profissionais de saúde (médico, enfermeiro, psicólogo);
- Núcleos especializados (NAPNE – Núcleo de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais, NEABI – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas, NUJEDIS – Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual);
- Técnicos em educação;
- Refeitório gratuito (profissionais especializados. Ex.: nutricionista);
- Bolsas de auxílio¹¹³;
- Biblioteca;
- Sala de convivência;
- Sala de estudos;
- Micro-ônibus; ônibus (licitado conforme planejamento).

Essas são, nos parece, os meios que possibilitam, para o professor EBTT, condições razoáveis para o desenvolvimento letivo.

¹¹¹ Reiteramos que há uma discussão no CONSUP para modificar as horas máximas.

¹¹² Obviamente que dependem da política de governo e do planejamento de cada Campus.

¹¹³ Há bolsas oferecidas pelos campi e bolsas ofertadas pela Reitoria. As bolsas do Campus são: Estágio curricular não obrigatório remunerado; Monitorias e Projetos de Ensino. Já a Pró-Reitoria de Ensino: Auxílio Atleta (Programa Federal) e Auxílio Permanência. Pró-Reitoria de Extensão: Ações de Extensão (Projetos com bolsas), Programa de Inclusão Social. A Pró-Reitoria de Pesquisa oferece, além dos programas de fomento (CNPq, FAPERGS), programas de apoio à pesquisa, para estudantes do Técnico, Tecnológico e Graduação, próprios (PIBIC – Programa de Iniciação Científica no Tecnológico e no Superior e PAIC – Programa de Iniciação Científica ao Ensino Médio).

6 A PESQUISA

Este capítulo pretende apresentar o modelo de investigação utilizado para a realização de um estudo sociológico sobre as compreensões de felicidade dos professores do IFFar – campus Santo Augusto – RS, tendo como base os objetivos de investigação e a revisão da literatura já apresentadas.

Assim, o capítulo abordará a caracterização do contexto em que se insere esta pesquisa e na sequência serão apresentados os modelos utilizados e o instrumento utilizado para coleta de dados, bem como as técnicas de análise dos dados coletados a fim de compreender como os investigados percebem a ideia de felicidade.

“Estou feliz”; “estou infeliz”... são locuções recorrentes no dia a dia. Escutamos tais afirmações e, também, as proferimos. Tais afirmações correspondem a algum “estado mental” do declarante? Parece que sim. Mas são sempre de uma imprecisão tacanha; tanto para aquele que profere, quanto àquele a quem as afirmações foram destinadas. Obviamente que, em uma conversa, o diálogo é situado. Assim, tornam-se mais precisas, ou melhor, menos imprecisas as afirmações. “Estou feliz porque meu time ganhou a partida!”. Sem dúvida, a afirmação ganha mais sentido. Mas, se a afirmação fosse proferida assim: “estou alegre porque meu time ganhou a partida!”, o sentido da afirmação “sofreria” mudanças bruscas? Bom, não cabe aqui citar os filósofos da linguagem, Wittgenstein e outros. Cabe ressaltar que a investigação a que nos propomos só faz sentido quando observamos, inquirimos, interpretamos a partir de um questionamento, que gera uma definição de um problema e, a partir disso, tentamos fazer uma correlação explicativa. Para tanto, é preciso situar a pesquisa.

Nossa compreensão de metodologia está relacionada ao estudo do método. O método é um meio, um caminho, para atingir certos objetivos. Em ciências o método, *par excellence*, é a crítica às teorias existentes e estabelecidas pela comunidade científica. A crítica pode estar voltada à tese científica em si ou a parte da tese, incluindo as ferramentas metodológicas. Mas só a crítica à tese pode refutar uma teoria. Críticas às ferramentas metodológicas podem, inclusive, reforçar a teoria em disputa. No entanto, o caminho da “observação” se dá mediante ferramentas metodológicas. Portanto, essas devem ser refletidas, pois são partes importantes da

teoria. Também, há métodos mais adequados conforme o tipo de pesquisa, os problemas e os objetivos colocados.

Em relação à nossa pesquisa, não usamos algumas técnicas, como a observação participante ou a história de vida. Primeiramente, desenvolvemos pesquisa e análise bibliográfica e, depois, fomos a campo e aplicamos um questionário.

Na pesquisa com os professores, procuramos estabelecer cinco eixos balizadores: 1) trajetória de vida; 2) relacionamentos interpessoais; 3) trabalho; 4) valores considerados supremos; e 5) projetos de vida.

Inquirir sobre as *trajetórias de vida* tem por objetivo verificar, nos respondentes, suas interpretações valorativas/avaliativas de como chegaram à vida atual e como a mantêm. Obviamente, por se tratar de um questionário, as questões giram mais em torno das avaliações subjetivas; por exemplo, “você sempre quis ser professor (a) ou foi algo acidental, ao acaso, ou foi um caminho possível?”; “Você cursou e se formou no que queria ou foi uma formação possível?”. Tais itens do questionário não estarão subdivididos em cinco eixos, mas, para a exposição analítica, elucidamos dessa maneira.

Sobre os *relacionamentos interpessoais*, também procuramos verificar as interpretações valorativas/avaliativas dos pesquisados. Assim, o questionário busca as relações destes com seus familiares, colegas de trabalho e comunidade.

Sobre o eixo *trabalho*, nossos questionamentos giram em torno da satisfação com o trabalho, remuneração, condições de trabalho, horas de trabalho efetivo, planejamento, carreira, saúde em relação ao trabalho.

Sobre o eixo dos *valores supremos*, nossa proposta foi verificar quais as hierarquias de valores de cada indivíduo e se essa hierarquia influenciava no bem-estar e felicidade de cada indivíduo. Aqui entraram de maneira direta questionamentos sobre Deus, Felicidade, Honra.

Sobre a categoria *projeto de vida*, elencamos questionamentos tanto referentes ao passado, aos objetivos traçados quanto ao futuro, que espera e, conseqüentemente, a satisfação com o projeto de vida planejado, ou não.

Ao delinear a categoria *Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica*, procuramos analisar suas percepções sobre felicidade. Deixamos claro, desde já, que optamos por um questionário fechado a fim de comparar (de forma

ensaística) os dados obtidos, ou melhor, alguns dados obtidos com um relatório mundial. Trata-se do famoso Relatório Mundial da Felicidade. Frisamos, é claro, que apenas partes selecionadas desse relatório, partes que estão em conformidade com nossa pesquisa, serão analisadas e, minimamente, comparadas. Até porque tal relatório é elaborado por equipes de pesquisadores e nossa pesquisa é um empreendimento individual.

A questão central é “Você é feliz?”. Tal questão pode ser comparada com tal relatório e servir, dentro de nossa pesquisa, como ponto inicial para reflexões, inferências e hipóteses. Claro, estamos conscientes de que essas análises servem como exercício reflexivo e não podem – nem devem – ser universalizadas. Assim, nossa pesquisa pode ser relevante enquanto ponto de partida a pesquisas futuras, nunca como conclusão geral de uma categoria, por exemplo. Para nada serve se não for tomada como ferramenta, ferramenta heurística. Não se deve tomá-la como prova da realidade, como verdade científica ou como uma verdade desvelada.

Ao empreendermos uma pesquisa, a partir de um questionário, reconhecemos o suposto inferencial desse tipo de ferramenta metodológica, mas ressaltamos que inferências, em nossa pesquisa, têm um alcance limitado e não devem ser interpretadas como provas indutivas com poder generalizador. Admitimos, assim, que tal tese é apenas uma interpretação entre muitas possíveis. Tal pesquisa empírica só ganha sentido diante do conjunto teórico presente nesta tese. Por exemplo, no WHR (2022), já há o pressuposto de que o inquirido sabe, ou não, se é feliz. Aqui, em nossa tese, o inquirido apenas busca (racionalmente) a melhor ideia de felicidade.

A felicidade, então, para nós, não é uma sensação objetiva, muito menos uma emoção, é uma ideia disponível no “mercado de ideias”. Tomar a felicidade como um valor, uma sensação, é incorrer em outra interpretação, contrária a esta tese¹¹⁴. Por isso, nos é irrelevante pesquisar a felicidade dos povos indígenas da América do Sul, por exemplo, ou a felicidade da sociedade X. Tais pesquisas podem ser relevantes, mas a partir de outros pressupostos e bases teóricas. A tradição ocidental relegou, para o bem e para o mal, as ideias de felicidade que denominamos eurocêntricas, a partir da herança filosófica grega clássica. Generalizar outras formas de felicidade, diferentes dessa tradição, é afirmar a felicidade como um universal, do que discordamos veementemente, mesmo tendo consciência de que essa tese está

¹¹⁴ Contrária, é claro, do ponto de vista da definição conceitual.

expressa já no Livro I da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. Qualquer ideia, mesmo parecendo absurda a um observador, é tomada, pelos indivíduos, como mais racional. O indivíduo que aceita cometer um ato extremo, baseado em suas crenças, em meio a uma multidão, por exemplo, é um indivíduo que fez uma escolha racional; obviamente, a partir das bases teóricas expressas e definidas por nós¹¹⁵.

Toda a confusão está em interpretar o conceito de razão como a faculdade de chegar a conclusões verdadeiras a partir de premissas igualmente verdadeiras. Claro que a razão se liga, em nossa opinião, a conclusões a partir de “premissas”, mas tais elementos basilares não devem ser assim interpretados. O indivíduo sempre encontra boas razões para escolher uma ideia frente a outras, como encontra boas razões para mudar de ideia referente¹¹⁶.

Assim, precisamos deixar claro que pesquisas como a do World Happiness Report interpretam a felicidade com um sentimento universal. E o fazem tendo como base a ideia benthamiana de felicidade, que, conseqüentemente, associa o ser humano e a natureza humana a dois princípios basilares: a *dor* e o *prazer*. Tais pesquisas, segundo Layard (2008, p. 51-52), igualam o termo *feliz* a *satisfeito*. Tal procedimento é válido e legítimo, desde que não seja tomado como a verdade absoluta, independentemente de qualquer teoria.

Voltando ao nosso instrumento, o questionário, utilizado para a realização do estudo sobre as compreensões de felicidade dos docentes do IFFar, campus Santo Augusto – RS, o questionário, e utilizando as recomendações feitas pela Resolução CNS/466 de 2012, a aplicação de tal instrumento oferece riscos mínimos, os quais dizem respeito a possíveis desconfortos e constrangimentos; porém, foi assegurado que tais dados serão utilizados apenas para fins acadêmicos, sem qualquer identificação do indivíduo que respondeu ao questionário. Nesse sentido, o benefício da realização da pesquisa é a colaboração voluntária para o avanço de uma melhor compreensão sobre o entendimento dos professores quanto ao tema felicidade. Tais contribuições podem colaborar para estratégias de melhoria da qualidade de vida desta categoria, os professores¹¹⁷. As informações foram utilizadas somente para os

¹¹⁵ Não concordamos com o tipo de ação denominada, por Weber, como afetiva. Para nós, o feminicídio, por exemplo, é uma ação proferida por um indivíduo que escolheu racionalmente uma hierarquia valorativa.

¹¹⁶ Ideia referente liga-se a determinado assunto e contexto situacional e, quase que invariavelmente, está ligada a outras ideias, gerando o que se costumou denominar de visão de mundo.

¹¹⁷ Obviamente que tal pretensão não é o objetivo da pesquisa.

fins desta pesquisa e foram tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade dos participantes. Os dados foram armazenados durante o período de desenvolvimento da pesquisa até a publicação dos resultados na forma de tese e/ou artigo científico.

Os critérios de inclusão/exclusão dos pesquisados foram simples. Participaram da pesquisa todos aqueles docentes que estavam lecionando na instituição pesquisada e trabalhando com algum curso técnico. Foram excluídos das pesquisas aqueles professores afastados da sala de aula por qualquer motivo.

Os participantes foram acessados de maneira remota e on-line, via questionário, enviado de modo digital (o modelo com o questionário na íntegra está apresentado no Apêndice C). O questionário foi dividido em duas partes: a primeira parte, com oito questões para caracterização dos entrevistados; e a segunda, abordando questões mais específicas, nove no total, sobre felicidade, utilizando a Escala Likert, variando de 1 a 6, indo de discorda totalmente a concorda totalmente.

A elaboração do índice de felicidade perceptual foi realizada em dois modelos distintos. No Modelo 1, utilizou-se o somatório das respostas do questionário, com a adoção da Escala *Likert* variando de 1 a 6, do discorda totalmente a concorda totalmente, respectivamente. No Modelo 2, adotou-se a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) com rotação *oblimin* e extração dos resíduos mínimos, atribuindo pesos a cada pergunta do questionário em função da sua importância relativa para o modelo fatorial.

Para a avaliação da associação entre as características socioeconômicas e o índice de felicidade, adotou-se o *Generalized Linear Models* (GzLM) com distribuição gaussiana e função de ligação do tipo identidade. Para a comparação entre os grupos das variáveis que apresentaram significância estatística, adotou-se o *post-hoc* de Bonferroni. $P < 0,05$ foi utilizado como nível de mínimo de significância estatística.

As análises estatísticas e os gráficos foram elaborados com a utilização do *software* Jamovi v2.3.28.

7 ANÁLISE DOS DADOS

Ao longo do processo de coleta de dados, foram recolhidos um total de 23 questionários numa população que totaliza 75 docentes do IFFar-Campus Santo Augusto. A taxa de retorno ou taxa de resposta obtida de questionários preenchidos, no processo de investigação, foi de 30,7%. As taxas de retorno variam amplamente, dependendo de uma série de fatores, como o relacionamento com a amostra, o tamanho e a complexidade da pesquisa e – até mesmo – o tema das perguntas. Para questionários on-line, de uma forma geral, uma taxa de resposta de 20% a 30% é considerada excelente. Uma taxa de resposta de 10% a 15% é um palpite mais conservador e seguro, caso ainda não tenha aplicado questionários à sua população. Por isso, essa taxa de retorno é bem mais alta que a estimativa tida como conservadora e mais alta que a taxa considerada excelente. Alguns autores ainda trazem a taxa de retorno dita normal na faixa de 5 a 10% (ALRECK, 1995; FOX, 1987).

A amostra é caracterizada, majoritariamente, por pessoas do sexo feminino (56.5%), com idade entre 36 a 45 anos (65.2%), casadas (52.2%), com renda entre 10 a 20 mil reais por mês, em sua maioria com doutorado (43.5%) seguida de mestrado (39.1%), sendo, em prevalência, da área de ciências exatas e da terra (26.1%). Dentre as religiões, a mais referida foi a Católica (47.8%). Quanto à “Condição para felicidade”, a resposta majoritária foi “Momentos prazerosos, alegres, tanto privadamente quanto publicamente, que você usufrui em sua vida” (52.2%).

Cabe aqui destacar a homogeneidade da amostra. A própria seleção e os concursos nas instituições federais tornam o acesso, de certa forma, restrito às pessoas com nível de instrução maior, favorecendo o ingresso do professor já doutor, por exemplo. A faixa etária também foi bem homogênea, sendo que poucos entrevistados estavam fora da faixa de 36-40 e 41-50 anos, fato que também pode ser explicado fazendo um link com a trajetória de vida dos entrevistados em anos de trajetória acadêmica. Além da escolaridade e idade, o fator renda também pouco diferiu na população entrevistada. Na tabela 1, estão explicitados os dados sobre a descrição das variáveis sociodemográficas.

Tabela 1 – Descrição das variáveis sociodemográficas. n=23.

Variáveis sociodemográficas	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Faixa Etária		
26-30	1	4.3 %
31-35	1	4.3 %
36-40	8	34.8 %
41-45	7	30.4 %
46-50	3	13.0 %
51-55	1	4.3 %
56-60	2	8.7 %
Sexo		
Feminino	13	56.5 %
Masculino	10	43.5 %
Estado civil		
Casado(a)	12	52.2 %
Solteiro(a)	7	30.4 %
Divorciado(a)	3	13.0 %
Outro	1	4.3 %
Renda		
2.000 - 5.000	1	4.3 %
5.000 - 10.000	1	4.3 %
10.000 - 20.000	21	91.3 %
Nível de Instrução		
Doutorado	10	43.5 %
Doutorado incompleto	4	17.4 %
Mestrado	9	39.1 %
Área de Atuação		
Ciências Agrárias	4	17.4 %
Ciências Biológicas	2	8.7 %
Ciências Sociais e Aplicadas	2	8.7 %
Ciências Exatas e da Terra	6	26.1 %
Linguística, Letras e Artes	2	8.7 %
Ciências Humanas	5	21.7 %
Ciências da Saúde	1	4.3 %
Engenharias	1	4.3 %
Religião		
Católico(a)	11	47.8 %
Espírita	4	17.4 %
Evangélico tradicional (Luterano/Calvinista)	1	4.3 %
Umbandista	1	4.3 %
Agnóstico(a)	2	8.7 %
Ateu/Ateia	1	4.3 %
Outra	3	13.0 %
Condição para Felicidade		
Momentos prazerosos, alegres, tanto privadamente quanto publicamente, que você usufrui em sua vida.	12	52.2 %
A sua condição de vida (econômica e social e de status)	5	21.7 %
As condições política, econômica e social da sociedade	4	17.4 %
A sua espiritualidade	1	4.3 %
A sua formação intelectual/acadêmica e, conseqüentemente, os objetivos alcançados, ou não, a partir disso.	1	4.3 %

Na tabela 2, estão explicitados os dados sobre a descrição das respostas para as perguntas do questionário de percepção de felicidade.

Tabela 2 – Descrição das respostas para as perguntas do questionário de percepção de felicidade. n=23

Questionário de percepção de felicidade	de	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Ser feliz			
	Concordo totalmente	6	26.1 %
	Concordo moderadamente	14	60.9 %
	Concordo ligeiramente	3	13.0 %
Participação Política			
	Concordo moderadamente	14	60.9 %
	Concordo ligeiramente	5	21.7 %
	Discordo ligeiramente	1	4.3 %
	Discordo moderadamente	2	8.7 %
	Discordo totalmente	1	4.3 %
Política/ bem comum			
	Concordo totalmente	4	17.4 %
	Concordo moderadamente	13	56.5 %
	Concordo ligeiramente	3	13.0 %
	Discordo ligeiramente	2	8.7 %
	Discordo totalmente	1	4.3 %
Deus/ Religião			
	Concordo totalmente	4	17.4 %
	Concordo moderadamente	3	13.0 %
	Concordo ligeiramente	6	26.1 %
	Discordo ligeiramente	3	13.0 %
	Discordo moderadamente	2	8.7 %
	Discordo totalmente	5	21.7 %
Eleitos/ Religião			
	Concordo moderadamente	2	8.7 %
	Concordo ligeiramente	1	4.3 %
	Discordo ligeiramente	2	8.7 %
	Discordo totalmente	18	78.3 %
Bens/ Serviços			
	Concordo totalmente	1	4.3 %
	Concordo moderadamente	4	17.4 %
	Concordo ligeiramente	11	47.8 %
	Discordo ligeiramente	3	13.0 %
	Discordo moderadamente	4	17.4 %
Prazer/ Dor/ Sofrimento			
	Concordo totalmente	4	17.4 %
	Concordo moderadamente	12	52.2 %
	Concordo ligeiramente	5	21.7 %
	Discordo ligeiramente	1	4.3 %
	Discordo moderadamente	1	4.3 %
Objetivos Alcançados			
	Concordo totalmente	2	8.7 %
	Concordo moderadamente	15	65.2 %
	Concordo ligeiramente	6	26.1 %
Busca Interior Individual			
	Concordo totalmente	3	13.0 %
	Concordo moderadamente	14	60.9 %
	Concordo ligeiramente	4	17.4 %
	Discordo moderadamente	2	8.7 %

Os dados apresentados, na tabela 1, nos trazem informações sociodemográficas já discutidas. No entanto, vale destacar que a última pergunta da primeira parte do questionário apresenta informações sobre a base da felicidade para o entrevistado. A maioria respondeu que os momentos prazerosos, alegres, tanto privadamente quanto publicamente que usufruem na vida são a base da felicidade. Na sequência, os indicativos que mais obtiveram resposta foram a condição de vida (econômica, social e de status) e as condições política, econômica e social da sociedade. Tais respostas vêm ao encontro da relação entre felicidade e sensação de bem-estar apresentada pelos relatórios mundiais da felicidade tanto de 2022 quanto de 2023, que também relacionaram a felicidade às emoções

Na sequência, analisando os resultados apresentados na tabela 2, é possível verificar que, pelas respostas à primeira pergunta da segunda parte do questionário: “Você é feliz?”, os docentes do Campus Santo Augusto se sentem felizes, não ocorrendo nenhuma resposta sinalizando a discordância sobre a pergunta. A maioria das respostas assinalou a opção “concordo moderadamente”.

A participação política e nas decisões públicas como caminho correto em busca da felicidade também foi indicada pelos entrevistados na sua maioria, com mais de 60% dos docentes “concordando moderadamente” com a afirmação. Resultado semelhante foi observado quando os entrevistados foram questionados se a felicidade estaria ligada à política e ao bem comum: a maioria registrou a opção “concordo moderadamente” (56.5%).

As afirmações e os questionamentos sobre religião foram os que registraram a maior heterogeneidade nas respostas. “Deus, através da minha religião, é o caminho para uma vida feliz”. A maioria dos entrevistados escolheu opções de concordância, sendo mais registrada a de “concordo ligeiramente” (26.1%), percentual próximo dos que “discordam totalmente” (21.7%). Já para a “A felicidade está reservada apenas às eleitas e aos eleitos, conforme minha religião”, 78.3% dos entrevistados “discordaram totalmente”.

Para o consumo de bens e serviços, os eventos sociais e status, 47.8% dos entrevistados “concordam ligeiramente” como o caminho para a felicidade. Enquanto 91.3% acreditam que a felicidade está ligada a sentimentos prazerosos e a infelicidade a sentimentos de dor e sofrimento, sendo a opção de “concordo moderadamente” a mais registrada (52.2%). Todos concordam que os objetivos traçados, racional e

objetivamente, são o caminho para uma vida feliz. No entanto, a felicidade como busca interior, individual, ligada a um projeto de vida (racional, planejado, alcançado), não foi unanimidade, apesar de 60.9% “concordarem moderadamente”, 8.7% “discordaram moderadamente”.

A partir dessas considerações, foi efetuada a análise inferencial, relacionando os dados socioeconômicos com a percepção de felicidade, mediante os modelos 1 e 2.

7.1 ANÁLISE INFERENCIAL (SOCIOECONÔMICAS X PERCEPÇÃO DE FELICIDADE) MODELO 1

Ao avaliar o efeito das variáveis socioeconômicas sobre os valores de felicidade percentual adotando o Modelo 1, não foi possível observar nenhum efeito significativo para isso. Ou seja: nenhuma das variáveis socioeconômicas influenciou nos valores de felicidade percentual (tabela 3). A homogeneidade da amostra certamente contribuiu para os resultados apresentados.

Tabela 3 – Modelo de avaliação da associação das variáveis socioeconômicas com a percepção de felicidade observada.

Variável	X²	Graus de Liberdade	Valor de p
Idade	10.161	6	0.118
Sexo	1.135	1	0.287
Estado Civil	0.264	3	0.967
Renda	4.168	2	0.124
Nível de Instrução	1.581	2	0.454
Área de Atuação	3.814	7	0.801
Religião	10.478	6	0.106
Condição para Felicidade	1.674	4	0.795

7.2 ANÁLISE INFERENCIAL (SOCIOECONÔMICAS X PERCEPÇÃO DE FELICIDADE) MODELO 2

Ao avaliar o efeito das variáveis socioeconômicas sobre os valores de felicidade percentual adotando o Modelo 2, observou-se significância estática para as variáveis

idade ($X^2_6 = 21,61$ e $p = 0,001$) e renda ($X^2_2 = 16,90$ e $p < 0,001$). Dessa forma, idade e renda foram as únicas variáveis sociodemográficas que apresentaram influência sobre os níveis de felicidade perceptual (tabela 4).

Ao avaliar a comparação de médias par a par (*post-hoc*), foi possível observar que a faixa etária de 26 a 30 anos apresentou valores perceptuais de felicidade estatisticamente inferiores às demais faixas etárias, não havendo diferença significativa entre as demais faixas etárias (tabela 5 e figura 2).

Já ao avaliar o *post-hoc* para a renda, foi possível observar que indivíduos com faixa de salário entre 2 a 5 mil reais apresentaram índices perceptuais de felicidade inferiores à média observada para indivíduos da faixa de 5 a 10 mil e 10 a 20 mil reais, não havendo diferença entre as faixas de 5 a 10 mil e 10 a 20 mil (tabela 6 e figura 3). Cabe ressaltar que os entrevistados que declararam a menor renda foram os mais jovens, apresentando uma percepção menor de felicidade.

Tabela 4 – Modelo de avaliação da associação das variáveis socioeconômicas com os scores percepção de felicidade observada obtidos através da análise fatorial exploratória.

Variável	X ²	Graus de Liberdade	Valor de p
Idade	21.631	6	0.001*
Sexo	0.01	1	0.919
Estado Civil	3.18	3	0.365
Renda	16.907	2	< .001*
Nível de Instrução	0.183	2	0.913
Área de Atuação	5.383	7	0.613
Religião	4.833	6	0.565
Condição para Felicidade	6.24	4	0.182

* significância estatística

Tabela 5 – Comparação de médias par a par (*post-hoc*) da percepção de felicidade para cada faixa etária.

Comparação		Média das diferenças	Erro padrão	Valor de P
26-30	31-35	-3.815	1.022	0.002*
26-30	36-40	-2.668	0.767	0.003*
26-30	41-45	-3.261	0.773	< .001*
26-30	46-50	-3.31	0.835	0.001*
26-30	51-55	-3.019	1.022	0.009*
26-30	56-60	-3.227	0.885	0.002*
31-35	36-40	1.146	0.767	0.154
31-35	41-45	0.554	0.773	0.484
31-35	46-50	0.505	0.835	0.553
31-35	51-55	0.796	1.022	0.447
31-35	56-60	0.587	0.885	0.516
36-40	41-45	-0.593	0.374	0.133
36-40	46-50	-0.641	0.489	0.209
36-40	51-55	-0.35	0.767	0.654
36-40	56-60	-0.559	0.571	0.343
41-45	46-50	-0.049	0.499	0.924
41-45	51-55	0.242	0.773	0.758
41-45	56-60	0.034	0.58	0.954
46-50	51-55	0.291	0.835	0.732
46-50	56-60	0.082	0.66	0.902
51-55	56-60	-0.209	0.885	0.817

* significância estatística

Figura 2 - Gráfico de barra de erros (IC95%) das médias de percepção de felicidade em função das faixas etárias. Barras de erros que não se cruzam indicam diferença estatisticamente significativa a partir do *post-hoc* de Bonferroni.

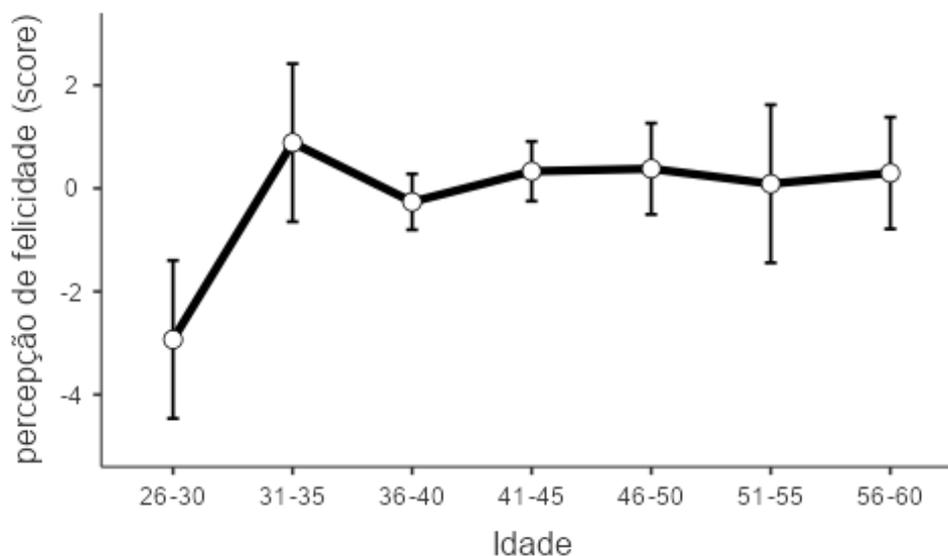
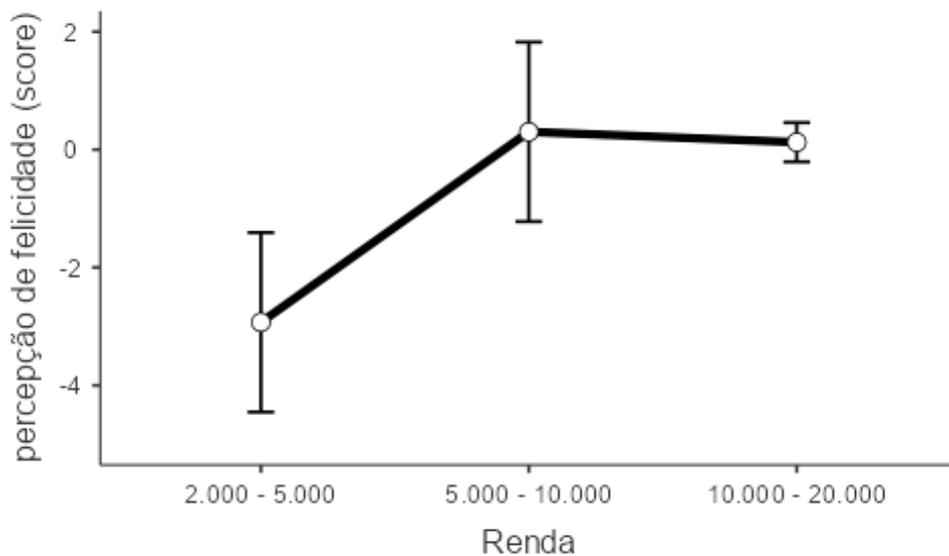


Tabela 6 – Comparação de médias par a par (*post-hoc*) da percepção de felicidade para cada faixa de renda.

Comparação		Média das diferenças	Erro padrão	Valor de P
2.000 - 5.000	10.000 - 20.000	-3.055	0.747	< .001*
2.000 - 5.000	5.000 - 10.000	-3.232	1.032	0.005*
5.000 - 10.000	10.000 - 20.000	0.176	0.747	0.816

* significância estatística

Figura 3 – Gráfico de barra de erros (IC_{95%}) das médias de percepção de felicidade em função das faixas de renda. Barras de erros que não se cruzam indicam diferença estatisticamente significativa a partir do *post-hoc* de Bonferroni.



7.3 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA

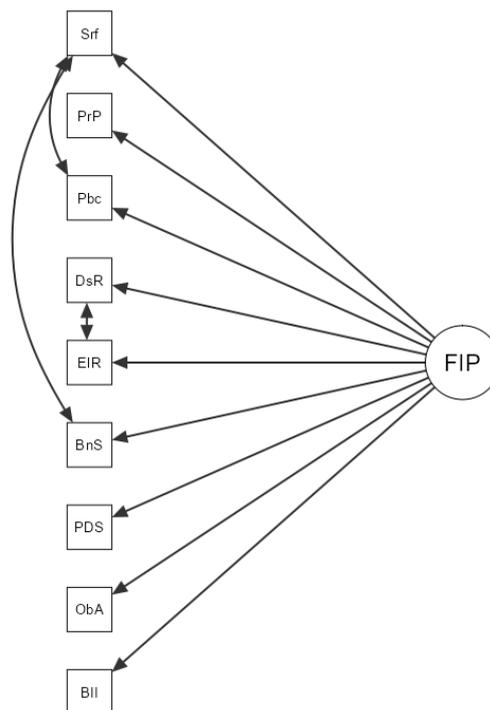
Para avaliar a qualidade do questionário, utilizou-se a análise fatorial confirmatória. Foi possível observar os seguintes valores: ($X^2_{24} = 24.3$ $p = 0,445$) CFI (0,991) RMSEA (0,023), tendo sido todos considerados adequados para o modelo fatorial.

No entanto, ao avaliar o modelo proposto com o observado, foi possível constatar que as variáveis com maiores significantes foram apenas as seguintes: Participação Política, Política bem comum, Objetivos alcançados.

Tabela 7 – Parâmetros do modelo fatorial confirmatório para a felicidade perceptual.

Variáveis	Carga Fatorial	Erro Padrão	Z	Valor de p
Ser Feliz	0.03801	0.151	0.1574	0.875
Participação Política	-0.89739	0.208	-4.9514	< .001*
Política bem comum	-0.91015	0.196	-5.1992	< .001*
Deus Religião	-0.00496	0.378	-0.0229	0.982
Eleitos Religião	0.1051	0.284	0.483	0.629
Bens Serviços	0.21726	0.233	0.9908	0.322
Prazer Sofrimento	-0.1617	0.204	-0.7461	0.456
Objetivos Alcançados	-0.52466	0.116	-2.5548	0.011*
Busca Interior Individual	-0.33332	0.228	-1.4565	0.145

Figura 4 – Diagrama de caminhos apresentando as relações entre as variáveis do questionário e o nível de percepção de felicidade.



Ser feliz só se explica através da correlação com outras variáveis, como política/bem comum e com bens e serviços. As variáveis com maior significância são: participação política, política e bem comum e objetivos alcançados. Os resultados apresentados pelo modelo vão de encontro aos parâmetros discutidos e colocados como importantes nos relatórios mundiais da felicidade. Além disso, outros fatores constantes na amostra, por conta da sua homogeneidade, não puderam ser minuciosamente avaliados, traz dentro dos fatores avaliados a questão da política, na abordagem de liberdade pessoal, nível de corrupção e governo efetivo.

Fica, como sugestão a próximos estudos na área, aplicar e validar o questionário a populações heterogêneas para verificar a possível influência de variáveis sociodemográficas na percepção de felicidade de professores em diferentes realidades de condições de trabalho, renda e escolaridade.

8 CONCLUSÃO

Do que se estabeleceu em nossa tese: a felicidade, até a modernidade, nunca foi tratada como emoção, mas sim como “estado de alma”, sentimento. Por isso, primeiro temos que separar o que é emoção do que é sentimento. A emoção é universal, o sentimento depende de hábitos, culturas, tradições. E mais: envolve as emoções e dá a elas um sentido (público, digamos assim, provisoriamente).

Então, temos a felicidade como o núcleo de preocupação e de tentativas de teorização sobre, na filosofia. Obviamente, vários temas e problemas que hoje fazem parte e definem-se em ciências com seus respectivos campos faziam parte da área filosófica. Mas, ao contrário de muitos temas estabelecidos da filosofia básica, que continuaram a ser refletidos e teorizados ao longo da história euro-ocidental, a felicidade enfrentou um longo tempo de “imobilidade” teórica, devido ao cristianismo e à filosofia cristã.

A felicidade reaparece como tema e objetivo de vida a partir do século XIV. Mas aí, a felicidade toma o rumo da política, sendo parte da mesma e tendo símbolos ligados à ideologia, pelo menos na Europa. Ela toma corpo nas revoluções Americana e Francesa e se torna tema filosófico importante, novamente. Mas, no século XX, começa uma “guinada” importante nos estudos sobre a felicidade. Ela, a felicidade, começa a criar, em seu entorno, todo um aparato de estudos e teorias que se ligam e ligam-na à ciência. E é aqui que estamos, atualmente, como foi possível perceber pela análise dos WHR de 2022 e 2023, os estudos sobre felicidade estão caminhando muito mais para a área da sociobiologia.

Portanto, concluímos, neste ensaio sociológico, uma obviedade, mas, ao mesmo tempo, não salientada/constatada/revelada por nenhum autor da área que conhecemos, pelo menos não de maneira explícita. O deslocamento, assim como a supressão, do tema felicidade por séculos atendeu e atende, no mundo euro-ocidental, que é nossa estrutura cultural mais saliente, aos anseios dos tempos. Foi uma criação grega, uma elaboração racional que dominou o pensamento e as escolas helênicas. Com a dominação cultural cristã, a felicidade “hibernou” por longos séculos: seu tema, discurso, escritos... A Modernidade trouxe, nos seus anseios por igualdade

e liberdade, a felicidade novamente ao palco – então o palco político –, mas também trouxe, consigo, a ciência moderna, que logo “engoliu” os discursos filosófico/teológico e metafísico. Assim, alguns pensadores começaram a discutir a viabilidade científica para uma humanidade feliz e com bem-estar. Agora, a felicidade ainda encontra vozes na filosofia, mas são vozes cada vez mais distantes, o palco está preparado para a sociobiologia e para políticas públicas, baseadas em evidências científicas. Não há o que reclamar ou contestar, *C’ est la vie!* Também sabemos que a felicidade “medida”, “sentida”, depende de uma visão de mundo e de interesses mais amplos em outros campos da existência, como a política e o bem-estar comum, por exemplo.

Sobre a categoria estudada – os docentes do IFFar-Campus Santo Augusto –, a homogeneidade da amostra – já descrita quando abordamos na tese o professor EBTT e suas particularidades, com relação à renda, idade, formação – refletiu-se nas respostas dadas ao questionário pelos professores. As variáveis que mais contribuíram para a felicidade pelo modelo aplicado foram “participação política”, “política bem comum” e “objetivos alcançados”. E, por sua vez, “momentos prazerosos, alegres, tanto privadamente quanto publicamente, usufruídos durante a vida” também foram avaliados pelos entrevistados como a base para a sua felicidade. Tais condição e variáveis também foram apontadas pelos relatórios mundiais da felicidade. É claro que os dados produzidos a partir do relatório são “produtos científicos” e servem, ou podem servir, para que governos norteiem suas políticas e suas ações governamentais. Mas os campos científico e político permanecem distintos. Não há ação governamental científica, muito menos governos científicos.

Rogamos para que os cientistas prosperem, progridam e que possamos fazer bom uso de suas propostas políticas e, por que não, de suas pílulas para a felicidade.

9 REFERÊNCIAS

- ADAM, P. **Uma história da alegria**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010
- AGOSTINHO, S. **Solilóquios. A vida feliz**. 2. ed. (Col. Patrística), Vol. 11. São Paulo: Paulus, 1998. (Formato digital).
- AGOSTINHO, S. **De Trinitate (IX – XIII)**. Covilhã: Paulinas Editora, 2007/8. [trad. Arnaldo do Espírito Santo, Domingos Dias, João Beato e Maria Cristina Pimentel]. (formato Digital em <www.lusofia.net>).
- AHMED, S. **La promesa de la felicidad**. Una critica cultural al imperativo de la alegría. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.
- A9ADO, J. O grande mentiroso. Tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, 14: 125-136, 1996.
- AQUINO, T de. **Comentário à Ética a Nicômaco de Aristóteles**: o bem e as virtudes. Rio de Janeiro: Mutuus, 2015 [trad. Paulo Faitanin e Bernardo Veigas].
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007 [trad. Mauro W. Barbosa].
- ARISTOTLE. **Nicomachean Ethics**. Kitchener: Batoche books, 1999 [trad. W. D. Ross].
- ARISTÓTELES. **Ética a Eudemo**. São Paulo: EDIPRO, 2015 [trad. Édson Bini].
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Edição Especial. São Paulo: EDIPRO, 2015 [trad. Édson Bini].
- ARMSTRONG, K. **Em Defesa de Deus**: o que a religião realmente significa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [trad. Hildegard Feist].
- BARBARET, J. M. **Emoção, teoria social e estrutura social**: uma abordagem Macrossocial. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2001 [trad. Paula Taipas].
- BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. (Os Pensadores). 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [trad. Luiz João Baraúna].
- BECKER, H S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BÍBLIA. **Novo Testamento**: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 [trad. Frederico Lourenço, apresentação e notas].

BOUNDON, R. **A ideologia ou a origem das ideias recebidas**. São Paulo: Ática, 1989 [trad. Emir Sader].

BOUDON, R. **A sociologia como ciência**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016 [trad. Francisco Morás].

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

BOUDON, R. **O Justo e o Verdadeiro**: estudos sobre a objetividade dos valores e do conhecimento. Lisboa/Portugal: Instituto Piaget, 1998 [trad. Maria Figueiredo].

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia de pesquisa na sociologia. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 07 fev. 2022.

BRASIL. **Normativa n.º 983, de 18 de novembro de 2020**. Disponível em: Diário da União de 19/11/2020. Edição 221, Seção 1, p. 58.

BREWSTER, D. **Memories of The Life, Writings and Discoveries of Sir Isaac Newton**. Endinburg, 1985.

CREMONESE, D. **Ética e Felicidade**: lições da filosofia antiga para uma vida boa. Curitiba: Appris, 2017.

CREMONESE, D. **Monges Barbudos de Soledade (RS)**: uma história de perseguição e morte. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2016 [E-Book].

COHN, G. **Crítica e resignação**. Fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: TA Queiroz, 1979.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução CNS/466 de 2012**. Diário Oficial. Acesso em: 14 out. 2021.

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes**: emoção, razão e cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [trad. Dora Vicente e Regina Segurado].

DAMÁSIO, A. **Looking for Spinoza**: Joy, Sorrow, and the Feeling. Mariner Books; Illustrated San Diego/California: Harcourt, 2003.

DAVIDSON, D. **Mente, mundo y acción**. Barcelona/ES: Paidós/I. C. E. – U. A. B., 1992.

DESCARTES, R. **Discourse on Method, Optics, Geometry and Meteorology**. Indianápolis, 1965.

DURKHEIM, E. **As regras do Método Sociológico**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social; As regras do Método Sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Edipro, 2016.

DURKHEIM, E. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

EKMAN, P. **A linguagem das emoções**. 4. ed. São Paulo: Rua de Papel, 2011.

FACHEL, J F. **Monge João Maria: recusa dos excluídos**. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS; Editora da UFSC, 1995.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística**: Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Noeste+Colonial>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FREUD, S. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010 [trad. Renato Zwick].

FREUND, J. **A sociologia de Max Weber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS, C. (Org.). **Max Weber: ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971 [trad. Waltensir Dutra].

GRAHAM, C. **O que nos faz felizes por esse mundo afora**. O paradoxo dos camponeses felizes e dos milionários miseravelmente infelizes. Alfragide: Texto Editores, 2011.

GREVE, B. **Felicidade**. São Paulo: Unesp, 2013 [trad. Pedro Barros].

HERÓDOTO. **História**. Vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

HESSE, H. **O lobo da estepe**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 [trad. Ivo Barroso].

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976 [trad. Sebastião Uchoa Leite].

HUXLEY, A. **Admirável Mundo Novo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul/Globo Libros, 2014. [trad. Vidal de Oliveira].

IBGE. **Censo demográfico 2020**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 01 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2026**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1986 [trad. Artur M. Parreira].

KALBERG, A. Max Weber's Types of rationality: cornerstones for the analysis of the Tacionalization. In.: **The American Journal of Sociology**. Vol. 85, n. 5. Mar/1980, p. 1145-1179.

KAHNEMAN, D. Objective Happiness. In: KAHNEMAN, D., DIENER, E. and SCHWARZ, N., E. **Well-Being**: The Foundations of Hedonic Psychology, Russell Sage Foundation, New York, p. 3-25, 1999.

KRUPPA, S M. P. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LAYARD, R. **Felicidade**: Lições de uma nova ciência. São Paulo: BestSellers, 2008.

LE BRETON, D. **Antropologia da dor**. São Paulo: FAP-Unesp, 2013. [trad. Iraci D. Poletti].

LIÉBAERT, J. **Os padres da Igreja**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

LIPOVESTSKY, G. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [trad. Maria Lúcia Machado].

LOURENÇO, F. **Apresentação, notas e tradução do grego do Novo Testamento**: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARTIN, D B. **New Testament, history and literature**. USA: Yale University, 2012.

McMAHON, D. M. **Uma história da felicidade**. Lisboa: Edições 70, 2009.

MISES, L von. **Ação humana**: um tratado de economia. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

MORRIS, C. **Fundamentos de la teoria de los signos**. Buenos Aires, Barcelona, Mexico: Ediciones Paidós, 1985 [trad. Rafael Grasa].

MOURA, José A. Ribeiro de, SANTOS, Everton Rodrigo, CABRAL, Sueli e ALMEIDA NETO, Honor. Felicidade, satisfação com a vida e com a democracia no Brasil: 2017/2020. In: **Aletheia**, v. 55, n. 2, p 144-166, jul/dez. 2022.

NUSSBAUM, M C. **A fragilidade da bondade**: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega. São Paulo: Martins Fontes, 2019 [trad. Ana Aguiar Cotrim].

OLSON, M. **The logic of collective action**: public good and the theory of groups. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

ORTEGA Y GASSET, J. **O que é filosofia?** Campinas: Vide Editorial, 2016 [trad. Felipe Denardi].

PAIVA, L H. **Weber e Popper**: filosofia das Ciências Sociais. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

PEIRCE, C. S. **Escritos coligidos**. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1980 [trad. Armando Moura de Oliveira e Sérgio Pomerangblum].

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977 [trad. José Teixeira Coelho].

PIERUCCI, A F. Secularização segundo Max Weber. In: SOUZA, J. (Org.) **A atualidade de Max Weber**. Brasília: UnB, 2000.

PIERUCCI, A F. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2013.

PIGLIUCCI, A. F. **Massimo. Nonsense on Stilts**: how to tell Science from bunk. Chicago: The University Chigago Press, 2010.

PLATÃO. **A República**. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

PLATÃO. **Górgias**. 1ª Edição. Editora Independente, 2015.

PLATÃO. **Leis**. São Paulo: Edipro, 2010.

POPPER, K. **A miséria do historicismo**. São Paulo: Cultrix, 1986.

POPPER, K; ECCLES, J. **O Eu e seu Cérebro**. Campinas: Papyrus; Brasília: UnB, 1991.

POPPER, K. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da UnB, 1978.

POPPER, K. **Three Worlds**: the tanner lectures on human values. Michigan: The University of Michigan, 1978.

POTKAY, A. **A história da alegria**: da Bíblia ao romantismo tardio. São Paulo: Globo, 2010 [trad. Eduardo Henrique Aubert].

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. 4. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2016 [trad. Jussara Simões e Álvaro de Vita].

REBÔLO, F; BUENO, B O. O bem-estar docente: limites e possibilidades para a felicidade do professor no trabalho. **Acta Sentiarum Education**. Maringá, vol. 36, n. 2, p. 323-331, jul./dez., 2014.

ROQUE DANTAS, A N de A. **A construção social da felicidade**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

ROQUE DANTAS, A N de A. **A felicidade enquanto recurso emocional socialmente desigual**: uma abordagem sociológica do sentir. Tese de doutoramento apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2015.

SEGALHA, A. **A felicidade fajuta do Facebook**. Disponível em: [https://istoe.com.br/felicidad e-fajuta-do-facebook/](https://istoe.com.br/felicidad-e-fajuta-do-facebook/). Acesso em: 08 set. 2019.

SANDERS, P. **Paul**: the apostle's Life, Letters and Thought. Minneapolis: Fortress, 2015.

SEJNI, L. **On the misery of the human condition**. New York: The Bobbs-Merrill Company, 1969 [trad. Margaret Mary Dietz].

SEN, A. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [trad. Denise Bottmann e Ricardo Dominelli Dorneles].

SIDGWICK, H. **The methods of Ethic**. 7. ed. New York: The Free Press, 1977. Disponível em: [https://as.nyu.edu/content/dam/nyuas/faculty/documents /j_ustint.pdf](https://as.nyu.edu/content/dam/nyuas/faculty/documents/j_ustint.pdf). Acesso em: 05 jun. 2019.

SILVA, Marcelo Cândido. **História Medieval**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

SCHOPENHAUER, A. **As dores do mundo**: o amor – a arte – a moral – a religião – a política – o homem e a sociedade. São Paulo: Edipro, 2018 [trad. José Souza de Oliveira].

SCHLUCHTER, W. **O desencantamento do mundo**: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SCHLUCHTER, W. Politeísmo dos valores. Uma reflexão referida a Max Weber. In: SOUZA, J. (Org). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: UnB, 2000.

STUART MILL, J. **A Liberdade/Utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TILLICH, P. **The Courage To Be**. Glasgow, 1962.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987 [trad. Neil Ribeiro da Silva]

TURNER, J. H. **Human emotions**: a sociological theory. London: Routledge, 2007.

VEENHOVEN, R; JONKERS, T. **Conditions of happiness**. Berlin: Springer, 1984.

VEENHOVEN, R. Hedonism and Happiness. **Journal of Happiness Studies**, vol. IV, p. 437-457. Disponível em: <<http://www2.eur.nl/fsw/research/veenhoven/index2.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

VEENHOVEN, R.; HAGERTY, M. Rising happiness in nations 1946-2004: a replay to Easterlin. In: **Social indicators Research**, 79 (3), p. 421-436, 2006.

VEYNE, P. **Sêneca e o estoicismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2017 [trad. André Telles].

WEBER, M. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. 18. ed. 4ª reimp. São Paulo: Cultrix 2011 [trad. Leônidas Hegember e Octany Silveira da Mota].

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. Vol. I e II. São Paulo: Cortez, 1992 [trad. Augustin Wernet].

WEBER, M. A “Objetividade” das Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber**. São Paulo: Ática, 1986.

WENDT, A. **Teoria Social da Política Internacional**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2014 [trad. Vivian Mannheimer e Paula Vedovelli].

WILKEM, R L. **The Spirit of Early Christian Thought**. New Haven: Yale University Press, 2003.

WRIGHT, N. T. **Paulo**: uma biografia. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018 [trad. Elissamai Bauleo].

ZELLER, E. **Sócrates y los sofistas**. Buenos Aires/ARG: Editorial Nova Buenos Aires, 1955 [trad. J. Rovira Armengol].

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa:

“Um estudo sociológico sobre as compreensões de felicidade de docentes do IFFar - Campus Santo Augusto-RS”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **“Um estudo sociológico sobre as compreensões de felicidade dos professores do IFFar - Santo Augusto-RS”**, realizada no município de Santo Augusto. O objetivo da pesquisa é compreender como docentes significam a felicidade em suas vidas. O público-alvo da pesquisa será docentes do IFFar - Campus Santo Augusto/RS. O levantamento dos dados quantitativos será obtido através da aplicação de questionários aos docentes da instituição. As atividades serão realizadas de maneira remota e online, sendo que o questionário será aplicado de acordo com esses critérios. O questionário utilizará uma escala *Likert* com seis (6) opções de respostas; discordo totalmente, discordo moderadamente, discordo ligeiramente, concordo ligeiramente, concordo moderadamente, concordo totalmente, permitindo aos entrevistados responderem a cada questão em níveis de percepções variadas.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. O desenvolvimento da pesquisa oferece riscos mínimos, os quais dizem respeito a possíveis desconfortos e constrangimentos, porém fica assegurado que esses dados serão utilizados apenas para fins acadêmicos e sem qualquer identificação do indivíduo que respondeu ao questionário. O benefício da realização da pesquisa é a colaboração voluntária para o avanço de uma melhor compreensão sobre o entendimento dos professores quanto ao tema felicidade. Tais contribuições podem colaborar para estratégias de melhoria da qualidade de vida desta categoria. Garantimos que seu anonimato está assegurado e as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados a este projeto de pesquisa. Está garantido que o (a) senhor (a) não terá nenhum tipo de despesa financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, como, também, não será

disponibilizada nenhuma compensação financeira. O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considerem necessário em qualquer etapa da pesquisa. Eu, Ricardo Corrêa, assumo toda e qualquer responsabilidade no decorrer da investigação e garanto que as informações somente serão utilizadas para esta pesquisa, podendo os resultados virem a ser publicados. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue ao(a) senhor(a). Qualquer dúvida, nos disponibilizamos ao atendimento e esclarecimento, bem como seu encaminhamento, caso haja necessidade.

Cidade: _____, ____ de _____ de 20__.

Pesquisador Responsável: Ricardo Corrêa

RG: 1075098432

Telefone: (55) 981015812, e-mail: ricardo.correa@ifarroupilha.edu.br

Contato do Comitê de Ética na Pesquisa (CEP): cep@ifarroupilha.edu.br

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: _____

APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA 

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Um estudo sociológico sobre as compreensões de felicidade de docentes do Ensino Médio Técnico de Santo Augusto-RS. **Pesquisador:** RICARDO CORRÊA **Área Temática:**

Versão: 3

CAAE: 50983221.2.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.115.179

Apresentação do Projeto:

Estudo que busca a compreensão e as percepções dos docentes de ensino médio acerca da felicidade e sua relação com o consumo, religião, execução bem-sucedida de um plano racional e a compreensão negativa da felicidade.

Objetivo da Pesquisa:

Verificar o papel que a felicidade assume na estruturação de projetos de vida de professores do Ensino Médio pesquisados de Santo Augusto-RS (IFFar).

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS **Município:** SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA 

Continuação do Parecer: 5.115.179

Avaliação dos Riscos e Benefícios: Adequado

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: Adequado

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: Adequado

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As sugestões e alterações solicitadas no parecer anterior foram atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP: O CEP acata o parecer do(a) relator(a).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 19 de Novembro de 2021

Assinado por:
RACHEL DOS SANTOS MARQUES
(Coordenador(a))

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1783070.pdf	11/11/2021 23:03:15	
Outros	RespostaComitedeEtica.pdf	11/11/2021 23:02:43	RICARDO CORRÊA
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoafelicidade.pdf	11/11/2021 23:02:12	RICARDO CORRÊA
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/11/2021 23:01:41	RICARDO CORRÊA
Outros	AutorizacaoIFFar.pdf	27/09/2021 20:27:43	RICARDO CORRÊA
Outros	AutorizacaoIMEAB.pdf	27/09/2021 20:27:22	RICARDO CORRÊA
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	27/07/2021 22:10:37	RICARDO CORRÊA

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195
Bairro: Nossa Sra. das Dores
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685
E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO

Um estudo sociológico sobre as compreensões de felicidade dos docentes do IFFar - Campus Santo Augusto-RS

Marque as respostas com o máximo de precisão. É resguardada a privacidade do entrevistado.

Esta entrevista foi desenvolvida pelo pós-graduando, doutorando em Ciências Sociais da UFSM, Ricardo Corrêa.

Parte 1 – Instruções: As questões do número 1 ao número 8 são de múltipla escolha. Por favor, opte apenas por uma das alternativas.

1. Idade:

- 1 () Menos de 25 anos
- 2 () 26 a 30 anos
- 3 () 31 a 35 anos
- 4 () 36 a 40 anos
- 5 () 41 a 45 anos
- 6 () 46 a 50 anos
- 7 () 51 a 55 anos
- 8 () 56 a 60 anos
- 9 () Mais de 60 anos

2. Sexo:

- 1 () Masculino
- 2 () Feminino

3. Qual o seu estado civil?

- 1 () Solteiro (a)
- 2 () Casado (a)
- 3 () Separado (a)/desquitado (a)/divorciado (a)
- 4 () Viúvo (a)
- 5 () Outro _____

4. Qual a sua renda bruta aproximada?

- 1 () De R\$ 2.000,00 a R\$ 5.000,00

- 2 () De R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00
- 3 () De R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00
- 4 () Mais de R\$ 20.000,00

5. Qual o seu nível de instrução/alfabetização?

- 1 () Ensino Superior Completo
- 2 () Pós-Graduação, *lato sensu*, Incompleto
- 3 () Pós-Graduação Completo
- 4 () Mestrado Incompleto
- 5 () Mestrado Completo
- 6 () Doutorado Incompleto
- 7 () Doutorado Completo

6. Qual sua área de atuação no IFFar

- 1 () Ciências Exatas e da Terra;
- 2 () Ciências Biológicas;
- 3 () Engenharias;
- 4 () Ciências da Saúde;
- 5 () Ciências Agrárias;
- 6 () Ciências Humanas;
- 7 () Linguística, Letras e Artes;
- 8 () Ciências Sociais Aplicadas.

7. Quanto à orientação religiosa, defino-me como:

- 1 () Católico
- 2 () Evangélico tradicional (Luterano/Calvinista)
- 3 () Evangélico Pentecostal
- 4 () Espírita
- 5 () Ateu
- 6 () Agnóstico
- 7 () Budista
- 8 () Origem africana (Umbanda, Candomblé)
- 9 () Outra

8. Sua felicidade tem como base:

- 1 () Sua condição de vida (econômica e social e de status);
- 2 () Sua espiritualidade, baseada em valores religiosos;
- 3 () Sua formação intelectual/acadêmica e, conseqüentemente, os objetivos alcançados, ou não, a partir disso;
- 4 () As condições política, econômica e social da sociedade;
- 5 () As condições de saúde sua e dos seus familiares e amigos;
- 6 () Os momentos prazerosos, alegres, tanto privadamente quanto publicamente que você usufrui em sua vida.

Parte 2 - Instruções: As questões seguintes são sobre **felicidade**. Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda, marcando a opção correspondente, de acordo com a escala que vai de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente).

9 – Você é feliz?

- 1 () discordo totalmente
- 2 () discordo moderadamente
- 3 () discordo ligeiramente
- 4 () concordo ligeiramente
- 5 () concordo moderadamente
- 6 () concordo totalmente

10. Participar da política e das decisões públicas é o caminho correto em busca da felicidade.

- 1 () discordo totalmente
- 2 () discordo moderadamente
- 3 () discordo ligeiramente
- 4 () concordo ligeiramente
- 5 () concordo moderadamente
- 6 () concordo totalmente

11. Acredito que a felicidade esteja ligada à política e ao bem comum.

- 1 () discordo totalmente
- 2 () discordo moderadamente
- 3 () discordo ligeiramente
- 4 () concordo ligeiramente
- 5 () concordo moderadamente
- 6 () concordo totalmente

12. Deus, através da minha religião, é o caminho para uma vida feliz.

- 1 () discordo totalmente
- 2 () discordo moderadamente
- 3 () discordo ligeiramente
- 4 () concordo ligeiramente
- 5 () concordo moderadamente
- 6 () concordo totalmente

13. A felicidade está reservada apenas às eleitas e aos eleitos, conforme minha religião.

- 1 () discordo totalmente

- 2 () discordo moderadamente
- 3 () discordo ligeiramente
- 4 () concordo ligeiramente
- 5 () concordo moderadamente
- 6 () concordo totalmente

14. O consumo de bens e serviços, os eventos sociais dos quais participo e o status social levam à felicidade.

- 1 () discordo totalmente
- 2 () discordo moderadamente
- 3 () discordo ligeiramente
- 4 () concordo ligeiramente
- 5 () concordo moderadamente
- 6 () concordo totalmente

15. A felicidade está ligada a sentimentos prazerosos e a infelicidade a sentimentos de dor e sofrimento

- 1 () discordo totalmente
- 2 () discordo moderadamente
- 3 () discordo ligeiramente
- 4 () concordo ligeiramente
- 5 () concordo moderadamente
- 6 () concordo totalmente

16. Atingir os objetivos traçados, racional e objetivamente, é o caminho para uma vida feliz.

- 1 () discordo totalmente
- 2 () discordo moderadamente
- 3 () discordo ligeiramente
- 4 () concordo ligeiramente
- 5 () concordo moderadamente
- 6 () concordo totalmente

17. A felicidade é uma busca interior, individual, ligada a um projeto de vida (racional, planejado, alcançado).

- 1 () discordo totalmente
- 2 () discordo moderadamente
- 3 () discordo ligeiramente
- 4 () concordo ligeiramente
- 5 () concordo moderadamente
- 6 () concordo totalmente